Relatório de Gestão 2017

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA 8

1. Apresentação e enquadramento 10

1.1. Síntese histórica 10

1.2. Missão, Visão e Valores 13

1.3. Empresas participadas pela Transtejo 15

2. Factos relevantes ocorridos em 2017 16

3. Estrutura Organizacional 22

4. Atividade 24

4.1. Atividade Comercial 24

4.1.1. Atividade Desenvolvida 24
4.1.2. Procura 24
4.1.3. Receitas Tarifárias 26
4.1.4. Receitas Não Tarifárias 27
4.1.5. Reclamações 27
4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva) 28

4.2. Exploração Operacional 29

4.2.1. Frota 29
4.2.2. Transporte de Veículos 30
4.2.3. Oferta 30
4.2.4. Taxa de Regularidade 31

4.3. Segurança de Exploração (Safety) 32

5. Gestão Corporativa 33

5.1. Segurança (Security) 33

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho 33
5.1.2. Vigilância e Segurança Humana 33
5.1.3. Sinistralidade 34

5.2. Gestão Ambiental 35

5.3. Recursos Materiais 37

5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota - Transtejo 37
5.3.2. Gestão e Manutenção da Frota - Soflusa 38
5.3.3. Gestão das Infraestruturas 39

5.4. Recursos Tecnológicos 39

5.4.1. Bilhética e Controlo de Acessos 39
5.4.2. Sistemas de Informação 39
5.4.3. Inovação e Desenvolvimento 40

5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco 41

5.6. Comunicação e Marketing 41
5.7. Relações Internacionais 45
6. Gestão de Pessoas 46
6.1. Gestão do Efetivo 46
6.1.1. Movimentações Transtejo 46
6.1.2. Movimentações Soflusa 47
6.2. Princípio de Igualdade do Género 48
6.3. Política Salarial 49
6.4. Formação 50
6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho 52
6.5.1. Horário de Trabalho 52
6.5.2. Taxa de Absentismo 52
6.5.3. Horas Trabalhadas 53
7. Situação Económica e Financeira 54
7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas 54
7.2. Análise sobre as Contas Individuais 55
7.2.1. Fluxos Financeiros 55
7.2.2. Modelo de Financiamento 56
7.2.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro 58
7.2.4. Esforço Financeiro do Estado 60
7.2.5. Investimento 61
7.2.6. Estrutura Patrimonial 61
7.2.7. Resultados Globais 63
7.2.7.1 Evolução de Resultados 63
7.2.7.2 Evolução dos Rendimentos Operacionais 64
7.2.7.3 Gastos Totais por Natureza 65
7.3. Análise sobres as Contas Consolidadas 73
7.3.1. Fluxos Financeiros 73
7.3.2. Modelo de Financiamento 74
7.3.3. Investimento 74
7.3.4. Estrutura Patrimonial 75
7.3.5. Resultados Globais 76
7.3.5.1. Evolução de Resultados 76
7.3.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 76
7.3.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza 78
8. Governo Societário 82
9. Cumprimento das Orientações Legais 83
10. Notas Finais 102

10.1. Agradecimentos 102
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 102
11. Declaração de Cumprimento 103

Apêndice I - Contas Individuais 2017 – Demonstrações Financeiras & Anexo
Apêndice II - Contas Consolidadas 2017 – Demonstrações Financeiras & Anexo

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Diagrama de rede Transtejo/Soflusa 11
Ilustração 2 – Estrutura Organizacional até março de 2017 22
Ilustração 3 – Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2017 23
Ilustração 4 - Frota TRANSTEJO em 31.12.2017 29
Ilustração 5 - Frota SOFLUSA em 31.12.2017 29

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura por ligação fluvial (2017) – (TT/SL) 25
Gráfico 2 – Estrutura da Procura por Título de Transporte (2015-2017) – (TT/SL) 26
Gráfico 3 – Receitas Tarifárias (2017-2016) 26
Gráfico 4 – Evolução do número de veículos transportados (2014-2017) 30
Gráfico 5 – Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial (2017) 31
Gráfico 6 –Supressões por motivo (2017) 31
Gráfico 7 - Distribuição do efetivo, por faixa etária e área de atividade a 31 de dezembro de 2017 (TT/SL) 47
Gráfico 8 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2017 52
Gráfico 9 - Causas do absentismo – 2017 53
Gráfico 10 - Evolução dos Juros suportados (2011 - 2017) 59
Gráfico 11 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2011-2017) 64
Gráfico 12 - Estrutura de Rendimentos TT (2017) 65
Gráfico 13 - Estrutura de Gastos TT (2017) 66
Gráfico 14 - Evolução do custo médio do Gasóleo consumido nos últimos 10 anos 67
Gráfico 15 - Estrutura de FSE (2017) 68
Gráfico 16 – Evolução dos Gastos Totais (2017-2015) 71
Gráfico 17 – Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2017-2011) 77
Gráfico 18 – Contas Consolidadas - Evolução de Gastos Totais (2017-2015) 81

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2015-2017) 25
Tabela 2 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2015-2017) – (TT/SL) 27
Tabela 3 - Reclamações por motivos (2015-2017) 28
Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2015-2017) 30
Tabela 5 – Taxa de Regularidade (2016-2017) 31
Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade TANSTEJO (2015-2017) 34
Tabela 7 - Indicadores de Sinistralidade SOFLUSA (2015-2017) 35
Tabela 8 - Gastos de Manutenção por Navio Transtejo (2017) 37

Tabela 9- Gastos de Manutenção por navio Soflusa (€) 38
Tabela 10 - Gestão do Efetivo (2015-2017) 46
Tabela 11 - Variação do número de efetivos (2015-2017) 47
Tabela 12 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2017 48
Tabela 13 - Remunerações pagas em 2017, por género 49
Tabela 14 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2015-2017) 50
Tabela 15 - Formação - Horas, ações e participações (2015-2017) 50
Tabela 16 - Evolução da Taxa de Absentismo (2015-2017) 52
Tabela 17 - Horas Trabalhadas (2015-2017) 53
Tabela 18 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2015-2017) 55
Tabela 19 - Variação de caixa e seus equivalentes (2015-2017) 56
Tabela 20 - Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o estado (DGTF) até 31-12-2017 57
Tabela 21 - Montantes utilizados e Operações realizadas (2013-2017) 58
Tabela 22 - Stock da Dívida - Evolução 59
Tabela 23 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2014-2017) 60
Tabela 24 - Despesa de Investimento (2015-2017) 61
Tabela 25 - Variação do Património (2015-2017) 61
Tabela 26 - Resultados (2015-2017) - Contas Individuais 63
Tabela 27 - Resultados (2015-2017) 65
Tabela 28 - Síntese de Gastos (2015-2017) 66
Tabela 29 - Detalhe CMVMC (2015-2017) 67
Tabela 30 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2015-2017) 67
Tabela 31 - Detalhe de FSE (2015-2017) - Contas Individuais 69
Tabela 32 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2015-2017) - Contas Individuais 70
Tabela 33 - Gastos de Financiamento (2015-2017) 70
Tabela 34 - Plano de Redução dos Gastos (2010-2017) 72
Tabela 35 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2015-2017) 73
Tabela 36 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2015-2017) 74
Tabela 37 - Contas Consolidadas - Despesa de Investimento (2015-2017) 74
Tabela 38 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2015-2017) 75
Tabela 39 - Contas Consolidadas - Resultados (2015-2017) 76
Tabela 40 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2015-2017) 77
Tabela 41 - Contas Consolidadas - Gastos (2015-2017) 78
Tabela 42 - Contas Consolidadas - CMVMC (2015-2017) 78
Tabela 43 - Contas Consolidadas - FSE (2015-2017) 79
Tabela 44 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2015-2017) 80
Tabela 45 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2015-2017) 80
Tabela 46 - Grelha-resumo das boas práticas de governação 82
Tabela 47 - Indicadores de Acompanhamento 2017 83
Tabela 48 - Indicadores de Execução PAO (2017) 84
Tabela 49 - Execução Orçamental (2017) 86
Tabela 50 - Execução Orçamental (2017) 86
Tabela 51 - Passivo Remunerado (2017 - 2013) 87
Tabela 52 - PMP (2016-2017) 88
Tabela 53 - Atrasos nos Pagamentos (2017) 88
Tabela 54 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 90
Tabela 55 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração 90
Tabela 56 - Acumulação de Funções 90
Tabela 57 - Estatuto do Gestor Público 90

Tabela 58 - Remunerações CA 91
Tabela 59 - Benefícios Sociais 91
Tabela 60 - Encargos com Viaturas 91
Tabela 61 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 91
Tabela 62 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal 92
Tabela 63 -Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal 92
Tabela 64 - Identificação do ROC 92
Tabela 65 - Remuneração do ROC 92
Tabela 66 - Identificação do Auditor Externo 93
Tabela 67 -Remuneração do Auditor Externo 93
Tabela 68 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2014-2017 93
Tabela 69 - Gastos com Comunicações 93
Tabela 70 - Gastos com Viaturas 94
Tabela 71 - Avaliação do cumprimento do PRC (2017) 96
Tabela 72 - Cumprimento Princípio UTE 99
Tabela 73 - Informação divulgada no SEE 100
Tabela 74 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2017) 101

NOTA DE ABERTURA

A atividade desenvolvida pela Transtejo - Transportes Tejo, SA (Transtejo) e o modelo de governo desta sociedade têm vindo a ser marcados nos últimos anos, por efeitos decorrentes do contexto e enquadramento institucional, com particular destaque para os seguintes aspetos:

i) Condição de Entidade Pública Reclassificada determinada em 2013, equiparada a Serviço e Fundo Autónomo, com efeitos ao nível da sujeição à disciplina orçamental e cumprimento de orientações legais, aplicáveis ao setor das Administrações Públicas;

ii) Integração em 2015, no projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa, enquadrado pela nomeação de um Conselho de Administração único e comum às empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro e dando seguimento ao Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro);

iii) A partir de 2016, merece particular destaque o novo enquadramento ministerial do setor, com a sua inclusão na tutela do Ministério do Ambiente, que passou a assumir responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação;

iv) Desde 01 de janeiro de 2017, foi reestabelecida a autonomia jurídica das sociedades em regime de gestão conjunta (Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E, Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.), conforme determinado pela Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, que revogou os Decretos-Lei nº 98/2012 e 161/2014, de 03 de maio e 29 de outubro, respetivamente.

O programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, contemplou uma política de transportes, enquadrada num projeto marcado pela inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa.

A alteração de enquadramento ministerial do setor, visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia", pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária, a reversão dos processos de subconcessão, que se encontravam projetados e que estiveram na origem do processo que levara à concentração das empresas em 2015.

O acionista Estado nomeou, a 30 de dezembro de 2016, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, um novo Conselho de Administração para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e para a sua participada Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Soflusa), em acumulação de funções, para o mandato 2017-2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 30-12-2016	
Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Vogal	Sara Maria Murta Ribeiro
Vogal	José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão

Esta medida, constituiu o ponto de partida para o restabelecimento da autonomização das empresas e reversão do processo empreendido nos anos 2015 e 2016, caracterizado pelo já referido projeto de Gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa.

A necessidade de assegurar a estabilidade do processo de Gestão, até à completa autonomização das empresas de Transportes de Lisboa, levou a que, para o efeito, tivessem sido prolongados, até final do 1º trimestre de 2017, os contratos de comissão de serviço celebrados com os Dirigentes da Macroestrutura nomeada em 2015 (quadros das várias empresas de transportes mencionadas) que asseguravam, em regime de acumulação de funções, a coordenação das áreas corporativas da Transtejo, Soflusa, Metropolitano de Lisboa e Carris.

Não obstante as condições acima referidas, o Conselho de Administração, nomeado exclusivamente para a Transtejo e para a Soflusa, abraçou os exigentes desafios, decorrentes da necessidade de recompor com celeridade, a estrutura organizacional de cada uma das empresas e recuperar processos, selecionar recursos e formar unidades orgânicas, constatando desde então, a situação de insuficiência de recursos, competências técnicas e fragilidades de várias ordens que foi necessário colmatar.

Este relatório apresenta a síntese do desempenho do Exercício de 2017, primeiro ano de vigência deste desafio que se reconhece, implicou um esforço apreciável, sendo de assinalar o empenho da equipa de gestão, a sua resiliência, confiança e dedicação, fatores que permitiram recuperar sem medir esforços, os atrasos em muitos processos críticos. Sem este comprometimento de todos, não teria sido possível assegurar a continuidade da prestação do serviço público e o cumprimento da missão desta empresa.

Face ao tempo entretanto decorrido e à impossibilidade de concluir este processo documental com maior antecedência, cumpre salientar que com efeitos a 14 de dezembro de 2018, cessou funções o Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão, tendo sido nomeado com efeitos a 1 de fevereiro de 2019, o Senhor Eng.º Luis Filipe Dias Carvalho Maia que na qualidade de Vogal em funções, assinará as várias peças deste documento, agora finalizado.

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Síntese histórica

A sociedade Transtejo foi constituída em 17 de dezembro de 1975[1], sob a forma originária de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados[2] de transporte fluvial no rio Tejo, como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

A atividade de transporte fluvial de passageiros no rio Tejo, com carácter de regularidade, destina-se a fazer face à necessidade coletiva essencial de mobilidade entre as duas margens do rio, havendo, nesta medida, que acautelar a satisfação das necessidades da população.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 Cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas, para passageiros.

Em 21 de julho de 1992, através do Decreto-Lei n.º 150/92 a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado. Nos termos dos estatutos aprovados pelo referido diploma, o seu objeto consubstancia-se na *"exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização."*

A Soflusa foi constituída em 1992, no âmbito de um projeto subjacente à intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, integrada na rede ferroviária nacional, motivo que levou à constituição do "setor fluvial" da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. ("CP")

Desde então, nos termos dos seus Estatutos, a Soflusa assegura o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo, na travessia entre Lisboa (Terreiro do Paço) e o Barreiro, desenvolvendo *"a exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer atividades comerciais ou industriais conexas ou complementares"*.

Em 2001, a totalidade do capital social da Soflusa foi adquirido à CP pela Transtejo, passando esta a ser acionista única da sociedade.

[1] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75 de 17 de dezembro.
[2] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda.

De referir que, em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Soflusa, no montante de 44.500.000€, se encontrava totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 8.900.000 ações com valor nominal de 5,00€, mantendo-se integralmente detido pela Transtejo.

No final de 2017, a Transtejo operava quatro ligações fluviais:

i) Montijo – Terreiro do Paço (Desviada, temporariamente, para o Cais do Sodré);
ii) Seixal – Cais do Sodré;
iii) Cacilhas – Cais do Sodré;
iv) Trafaria – Porto Brandão – Belém;

servidas por navios de passageiros e mistos, de tipo catamarã ou convencional, gerindo 4 terminais e 3 estações fluviais.

Por seu lado, a Soflusa (empresa subsidiária) assegura a ligação Barreiro – Terreiro do Paço, utilizando para o efeito 2 terminais fluviais (Barreiro e Terreiro do Paço).

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, a Transtejo e a Soflusa desenvolvem um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento), procurando oferecer aos seus clientes serviços adicionais.

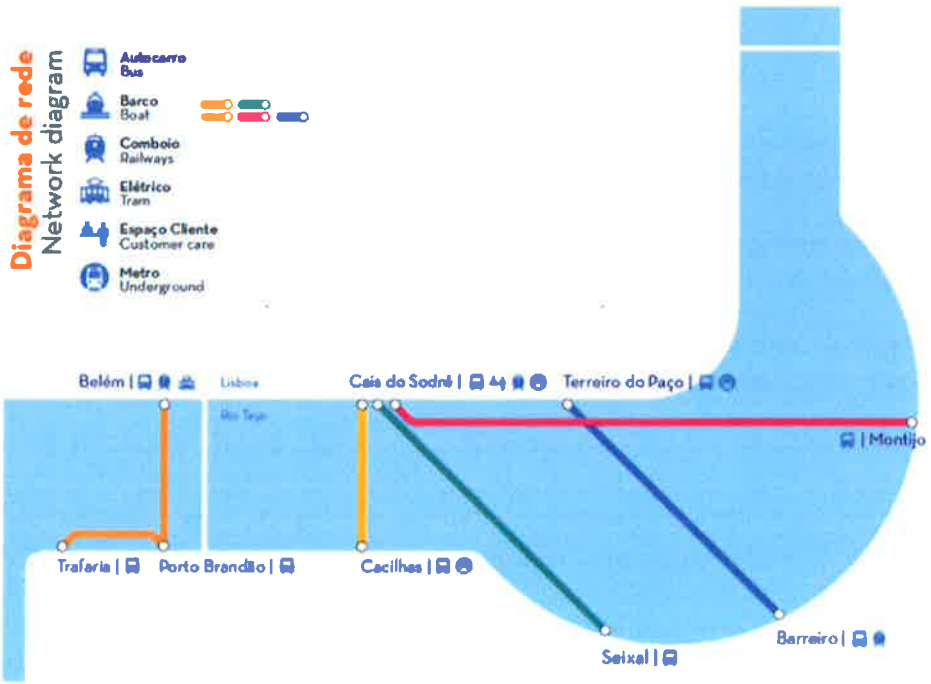

Ilustração 1 - Diagrama de rede Transtejo/Soflusa

De referir que, em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Transtejo, no montante de 208 025 085€, se encontrava totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 41 605 017 ações com valor nominal de 5,00€, mantendo-se integralmente detido pelo Estado.

Desde 2001, os sucessivos Conselhos de Administração, comuns às duas empresas (Transtejo e Soflusa), procuraram dar seguimento à concentração societária, com o objetivo de concretizar a reorganização e uniformização do modelo de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do Tejo.

Neste sentido, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 15 de dezembro, que enquadrava as medidas de consolidação orçamental referentes ao OE2011 decorrentes do Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, foi incluída no Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o período 2011-2015, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro, a operação de extinção da Soflusa por integração na Transtejo.

Considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, os Conselhos de Administração das sociedades Transtejo, Soflusa, Metro e Carris passaram a ser integrados pelos mesmos membros, a partir de 8 de janeiro de 2015, data em que foram nomeados por Resolução do Conselho de Ministros.

Em 2015, foram contempladas medidas operacionais, que constituíam fatores facilitadores da concentração empresarial, tendo em vista potenciar a já referida concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo desse exercício.

Considerando este enquadramento legal, a concretização da fusão entre as duas sociedades passou a estar presente nos objetivos da Gestão, destacando-se, no percurso desenvolvido até final de 2016:

i) A efetiva concretização da concentração da atividade comercial e das áreas de suporte (administrativa, financeira e recursos humanos);

ii) O esforço de aproximação e integração das duas sociedades, subjacente à preparação de Planos de Atividades numa base consolidada;

iii) A aprovação de Instrumentos de Gestão unificados, aplicáveis ao Grupo, designadamente Código de Ética, Sistema de Gestão Ambiental e Sistema de Avaliação de Desempenho;

Não obstante a orientação seguida no antecedente, a aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, com especial referência à autonomização das várias sociedades (até então em fase de integração), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, deu origem a uma nova abordagem deste enquadramento, com impactos relevantes ao nível do modelo organizacional e da Gestão da Atividade desenvolvida pela Soflusa.

A perspetiva de autonomização assumiu inevitáveis reflexos ao nível da estrutura de gastos operacionais e de funcionamento, como adiante se demonstrará. Não obstante, esta alteração permitiu recuperar o foco da Gestão no cumprimento da Missão assumida pela empresa, no âmbito da prestação de um serviço público de

transporte fluvial de passageiros, com níveis de qualidade, frequência e fiabilidade efetivamente persentidos pelos seus Clientes.

1.2. Missão, Visão e Valores

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, destaca-se o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão

A Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, seguindo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecido pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores de natureza ética que regem a atuação da Transtejo/Soflusa e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação;
- Proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens;
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores;
- Melhoria constante do serviço;
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação destas empresas e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no Código de Ética, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta, tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência. Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, o código de ética do Grupo Transtejo encontra-se disponível para consulta nos *sites* da DGTF e da Transtejo (https://ttsl.pt/).

Com o objetivo de melhorar continuamente o serviço de transporte público fluvial e a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, mais especificamente entre as margens do rio Tejo, foi criada a Carta do Cliente, documento que procura fortalecer a relação entre as empresas do grupo e os seus Clientes, estabelecendo os seguintes **compromissos para com o cliente:**

- Fornecer um serviço com qualidade, fiável e adequado às expectativas e necessidades dos clientes;
- Reforçar a articulação intermodal;
- Definir horários ajustados e adaptados às necessidades dos clientes;
- Garantir a segurança e proteção dos passageiros;
- Contribuir para a facilitação do quotidiano do cliente;
- Manter canais abertos de comunicação com o cliente, fornecendo a informação e o apoio necessários de forma clara e correta;
- Manter a frota e os terminais fluviais em bom estado de conservação e limpeza;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos da Empresa;
- Melhorar o desempenho energético e ambiental das embarcações e terminais, contribuindo para um consumo eficiente dos recursos naturais e para a proteção do rio;
- Atender às reclamações e sugestões dos clientes, utilizando a informação obtida para aperfeiçoamento do serviço;
- Respeitar os direitos humanos agindo com ética, profissionalismo, respeito, honestidade e empatia.

Por outro lado, o mesmo documento procura suscitar as seguintes **responsabilidades do Cliente:**

- Ser portador de título válido na sala de embarque e no navio (Lei n.º 28/2006, de 4 julho);
- Respeitar e estimar o bem comum que é o património público, evitando sujar e danificar durante a sua utilização;
- Não fumar dentro do terminal e no navio (Lei n.º 37/2007);
- Respeitar os direitos dos outros clientes e dos colaboradores do Grupo Transtejo, agindo de forma cívica, respeitadora e conscienciosa;
- Respeitar os avisos de segurança e as normas de transporte de animais e de objetos;
- Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida, sempre que necessário;
- Alertar os colaboradores para a existência de alguma situação anómala ou perigosa;
- Proteger o Tejo e a sua biodiversidade, não poluindo o rio.

Ao longo do exercício de 2017, a Transtejo/Soflusa, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

1.3. Empresas participadas pela Transtejo

Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2017:

Aa empresas participadas pela TRANSTEJO são:

i) SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100%;

ii) OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) que tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte.

A OTLIS é detida em partes iguais pela Companhia Carris de Ferro, S.A., CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transporte Tejo, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., TST - Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

7

2. Factos relevantes ocorridos em 2017

Durante o ano 2017 a Transtejo/Soflusa deparou-se com um conjunto de constrangimentos no cumprimento da sua Missão, ao nível da insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais e disponibilidade de meios para a operação, situação que conduziu à supressão de algumas ligações, condicionando os níveis de oferta nas travessias em operação.

A situação de desinvestimento a que as empresas estiveram sujeitas nos últimos anos, conduziu a um estado de degradação dos ativos de exploração, com impacto na disponibilidade de navios para operar e assegurar a oferta nas ligações em operação. As dificuldades na disponibilidade da frota resultaram essencialmente, do elevando número de navios com certificados de navegabilidade caducados, por incapacidade de cumprimento do plano de docagens obrigatórias exigidas pelas Autoridades Marítimas (por restrições orçamentais e condicionantes processuais), situação que foi urgente inverter e solucionar, sob pena de se revelar limitativa da prestação dos níveis mínimos de serviço público.

Salientam-se as restrições orçamentais (cativações e redução de dotações) que foram aplicadas às empresas, em sede de aprovação do OE para 2017 - Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro, tendo os orçamentos líquidos atribuídos sido limitados aos valores da execução do ano de 2016 (medida decorrente da aplicação do artigo 49º do referido diploma, que estabeleceu um conjunto de regras relativas à celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços). Merece destaque, o efeito das cativações sobre a dotação para Gasóleo, que ameaçou ser outro fator condicionante da prestação do serviço público a que as empresas se encontram obrigadas.

Em 30 de março de 2017, foi aprovada uma nova Macroestrutura de Gestão, que iniciando funções, foi confrontada com um conjunto de fatores críticos que exigiram imediata intervenção para minimizar constrangimentos no desenvolvimento da prestação do serviço público, com destaque para as severas condicionantes decorrentes da aplicação da disciplina da Lei do Orçamento de Estado para 2017 e para a urgente necessidade de recuperar atrasos nas intervenções na frota de navios, constatando o risco de não renovação de certificados de navegabilidade, indispensáveis à continuidade da operação.

Na sequência do alerta às tutelas para o risco de supressão do serviço público, foi possível alcançar no final do 1º semestre de 2017, acordo entre o Ministério das Finanças e do Ambiente, tendo sido autorizado:

- À Transtejo através do Despacho nº 535/2017/SEO, emitido em 10 de julho de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, a assunção de encargos com conservação e reparação da frota, dispensando a empresa do cumprimento do n.º 1, do artigo 49º, da Lei do OE2017, podendo ultrapassando os encargos globais com contratos de aquisição de serviços pagos em 2016, até ao montante global de 2.500.000 €.
- À Soflusa através do Despacho nº 536/2017/SEO emitido em 10/07/2017 pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, a assunção de encargos com conservação e reparação da frota, dispensando a empresa do cumprimento do nº 1, do artigo 49º, da Lei do OE2017, podendo ultrapassando os

encargos globais com contratos de aquisição de serviços pagos em 2016, até ao montante global de 2.910.000 €.

Foram ainda concedidas descativações parciais dos montantes retidos no agrupamento "aquisição de bens e serviços":

- À Transtejo no montante de 791.762 €, para assegurar o enquadramento orçamental das intervenções na frota especificamente identificadas, tendo para o efeito, sido obtido Despacho nº 515/2017/SEO, emitido em 07/07/2017, pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento.
- À Soflusa no montante de 2.345.284 €, para assegurar o enquadramento orçamental das intervenções na frota especificamente identificadas, tendo para o efeito, sido obtido Despacho nº 514/2017/SEO, emitido em 07/07/2017, pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento.

Na sequência deste enquadramento, ao longo do 2º semestre de 2017, foram desenvolvidas diligências no sentido de recuperar o atraso e dinamizar o lançamento dos procedimentos contratuais necessários para concretizar o plano de intervenções na frota de navios de ambas as empresas.

A reposição dos recursos operacionais teve subjacente a estratégia de contenção dos níveis de degradação de ativos considerados críticos para assegurar os níveis de oferta programada, com particular destaque para a frota de navios e pontões.

Relativamente ao desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público e níveis de desempenho, apresentam-se no painel seguinte os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2017 em cada uma das empresas nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2015-2017.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício, numa perspetiva de contas individuais (Transtejo) e na ótica consolidada (Grupo)

TRANSTEJO

PAINEL DE INDICADORES *(Individual)*

INDICADORES DE ATIVIDADE		2015	2016	2017	Δ 2017/2016 Abs	Δ 2017/2016 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	7 983 207	8 313 292	8 825 133	511 841	6,2%
PKT (Passageiros x Km)	Un.	35 866 164	37 856 481	39 484 866	1 628 385	4,3%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)	Un.	213 433 749	219 285 306	214 737 007	-4 548 299	-2,1%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	99,6%	98,6%	98,6%	-0,03 pp	-
Taxa de Ocupação	%	17%	17%	18%	1,12 pp	-
INDICADORES DE RH		**2015**	**2016**	**2017**		
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	303	297	301	4	1,3%
Número médio de efetivos	Un.	313	298	300	2	0,8%
Massa Salarial	Milhares€	6 682	6 022	6 536	513	8,5%
Indemnização por Rescisões	Milhares€	444	124	0	-124	-100,0%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2015**	**2016**	**2017**		
Total do Capital Social	Milhares€	58 248	116 971	208 025	91 054	77,8%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	0	0,0%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2015**	**2016**	**2017**		
Ativo não corrente	Milhares€	32 085	39 385	41 772	2 387	6,1%
Ativo corrente	Milhares€	5 976	5 873	7 566	1 694	28,8%
Total Ativo	Milhares€	**38 061**	**45 258**	**49 338**	**4 081**	**9,0%**
Capital Próprio	Milhares€	(182 710)	(135 411)	(55 792)	79 619	-58,8%
Passivo	Milhares€	220 771	180 669	105 131	(75 538)	-41,8%
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**38 061**	**45 258**	**49 338**	**4 081**	**9,0%**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		**2015**	**2016**	**2017**		
EBITDA	Milhares€	**(7 094)**	**(7 734)**	**(8 213)**	**(478)**	**6,2%**
RESULTADO OPERACIONAL	Milhares€	**(7 707)**	**(9 152)**	**(9 598)**	**(447)**	**4,9%**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	**(11 906)**	**(12 718)**	**(11 628)**	**1 091**	**-8,6%**
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	**(11 915)**	**(12 726)**	**(11 659)**	**1 067**	**-8,4%**
INVESTIMENTOS		**2015**	**2016**	**2017**		
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-	22	23	1	
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontões)	Milhares€	35	10 410	83	(10 327)	-99,2%
Outros Investimentos	Milhares€	14	61,1	436	375	613,7%
TOTAL de INVESTIMENTO	Milhares€	**49**	**10 493**	**542**	**(9 951)**	**-94,8%**
INDICADORES DE ESTRUTURA		**2015**	**2016**	**2017**		
Passivo Remunerado	Milhares€	197 056	156 701	81 150	-75 551	-48,2%
Autonomia Financeira %	%	-480,0%	-299,2%	-114,3%	184,91 pp	-
Solvabilidade %	%	-82,8%	-74,9%	-53,3%	21,61 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS		**2015**	**2016**	**2017**		
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	63	26	61	34	129,5%
Volume de Negócios	Milhares€	6 534	6 825	7 664	839	12,3%
Margem do EBITDA	%	-108,58%	-113,33%	-107,16%	6,17 pp	-
Rendimentos Operacionais [1]	Milhares€	11 790	9 833	11 052	1 218	12,4%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)* [2]	Milhares€	19 053	18 862	20 650	1 788	9,5%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	2,39	2,27	2,53	0,26	11,6%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais [3]	%	61,9%	52,1%	46,5%	-5,6 pp	-

Notas:

3) *3=1/2*

SOFLUSA

PAINEL DE INDICADORES *(Individual)*

INDICADORES DE ATIVIDADE		2015	2016	2017	Δ 2017/2016 Abs	Δ 2017/2016 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	7 600 423	7 740 779	7 955 909	215 130	2,8%
PKT (Passageiros x Km)	Un.	70 835 942	72 144 060	74 149 072	2 005 012	2,8%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)	Un.	239 163 577	237 642 478	225 618 858	-12 023 620	-5,1%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	97,6%	97,9%	95,8%	-2,04 pp	-
Taxa de Ocupação	%	30%	30%	33%	2,51 pp	-
INDICADORES DE RH		**2015**	**2016**	**2017**		
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	147	145	139	-6	-4,1%
Número médio de efetivos	Un.	150	145	143	-2	-1,7%
Massa Salarial	Milhares€	3 161	2 937	3 156	219	7,5%
Indemnização por Rescisões	Milhares€	180	20	65	45	219,3%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2015**	**2016**	**2017**		
Total do Capital Social	Milhares€	44 500	44 500	44 500	0	0,0%
Cap. Social detido pela **TRANSTEJO**	%	100	100	100	0	0,0%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2015**	**2016**	**2017**		
Ativo não corrente	Milhares€	19 717	17 228	15 508	(1 719)	-10%
Ativo corrente	Milhares€	4 052	2 630	4 906	2 276	87%
Total Ativo	Milhares€	**23 769**	**19 857**	**20 415**	**557**	**3%**
Capital Próprio	Milhares€	(3 686)	(5 243)	(7 027)	(1 784)	34%
Passivo	Milhares€	27 455	25 100	27 441	2 341	9%
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**23 769**	**19 857**	**20 415**	**557**	**3%**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		**2015**	**2016**	**2017**		
EBITDA	Milhares€	658	(273)	(527)	(254)	93,0%
RESULTADO OPERACIONAL	Milhares€	(401)	(1 276)	(1 489)	(213)	16,7%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	(683)	(1 555)	(1 781)	(226)	14,6%
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	(730)	(1 557)	(1 784)	(227)	14,5%
INVESTIMENTOS		**2015**	**2016**	**2017**		
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-		-	-	0,00%
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontões)	Milhares€	4	76	683	607	801,6%
Outros Investimentos	Milhares€	-	0,7	123	123	18018,5%
Total de INVESTIMENTO	Milhares€	**4**	**76**	**806**	**730**	**954,8%**
INDICADORES DE ESTRUTURA		**2015**	**2016**	**2017**		
Passivo Remunerado	Milhares€	12 806	11 558	15 326	3 768	32,6%
Autonomia Financeira	%	-15,5%	-26,4%	-34,4%	-8,02 pp	
Solvabilidade	%	-13,4%	-20,9%	-25,6%	-4,72 pp	
INDICADORES FINANCEIROS		**2015**	**2016**	**2017**		
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	58	64	54	-10	-14,9%
Volume de Negócios	Milhares€	8 237	8 459	8 996	537	6,3%
Margem do EBITDA	%	7,98%	-2,29%	-5,86%	-3,57 pp	-
Rendimentos Operacionais [1]	Milhares€	13 699	9 937	12 354	2 416	24,3%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)* [2]	Milhares€	13 920	10 111	13 777	3 667	36,3%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	1,83	1,31	1,73	0,43	32,6%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais [3]	%	98,4%	98,3%	89,7%	-8,62 pp	-

3) 3=1/2

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Principais destaques na evolução 2016-2017 | Transtejo (Contas Individuais):

- Aumento da Procura em 4,3% (aferida pelo nº de passageiros.km);
- Redução da Oferta em 2,1% (aferida pelo nº de lugares.km);
- Aumento em 1,3%, do número de efetivos a 31 de dezembro (+4 trabalhadores);
- Aumento da Massa Salarial em 8,7%;
- Redução das Indemnizações por rescisão em 100%;
- Total de Investimento = 542 mil€ (Capitalizações);
- Passivo Remunerado = 81.150 mil€ (salientando-se uma diminuição de 75.551 mil€, no período);
- PMP = 61 dias (aumento de 34 dias face a 2016);
- EBITDA = -8.213 mil€ (negativo / agravamento de 478 mil€) - Contas individuais;
- Rendimentos Operacionais = 11.052 mil€ (aumento de 12,4%) - Contas individuais;
- Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) = 20.651mil€ (aumento de 9,5%) - Contas individuais

Principais destaques na evolução 2016-2017 | Soflusa (Contas Individuais):

- Aumento da Procura em 2,8% (aferida pelo nº de passageiros.km);
- Redução da Oferta em 5,1% (aferida pelo nº de Lugares.Km);
- Redução em 4,1%, do número de efetivos a 31 de dezembro (-6 trabalhadores);
- Aumento da Massa Salarial em 7,5% e das Indemnizações por rescisão em 219%;
- Total de Investimento = 806 mil €;(Capitalizações);
- Passivo Remunerado = 15.326 mil € (salientando-se um aumento de 3.768 mil€ no período);
- PMP = 54 dias (redução de 10 dias, face a 2016);
- EBITDA = -527 mil€ (negativo / agravamento em 254 mil€) - Contas individuais;
- Rendimentos Operacionais = 12.354 mil€ (aumento de 7,4%) - Contas individuais;

Principais destaques na evolução 2016-2017 | GRUPO (Ótica Consolidada):

- Aumento da Procura em 3,3% (aferida pelo nº de passageiros.km);
- Redução da Oferta em 3,6% (aferida pelo nº de lugares.km);
- Redução em 0,5%, do número de efetivos a 31 de dezembro (- 6 trabalhadores SL | + 4 trabalhadores TT);
- Aumento da Massa Salarial em 8,3%;
- Redução das Indemnizações por rescisão em 54,9%;
- Total de Investimento = 1.348 mil€ (Capitalizações);
- Passivo Remunerado = 81.150 mil€ (salientando-se uma diminuição de 75.551 mil€, no período);
- PMP = 42 dias (aumento de 6 dias face a 2016);
- EBITDA = -6.962 mil€ (agravamento de 430 mil€) - Contas consolidadas;
- Rendimentos Operacionais = 23.280 mil€ (aumento de 11,9%) - Contas consolidadas;
- Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) = 32.060 mil€ (aumento de 8,3%) - Contas consolidadas

3. Estrutura Organizacional

No âmbito do projeto de gestão conjunta das empresas operadoras de transportes de Lisboa, e da nomeação de um Conselho de Administração comum às sociedades integradas, esteve em vigor desde 18 de maio de 2015 e até final do mês de março de 2017, um modelo organizacional, caracterizado pela concentração das áreas corporativas e de suporte, de acordo com o seguinte organigrama:

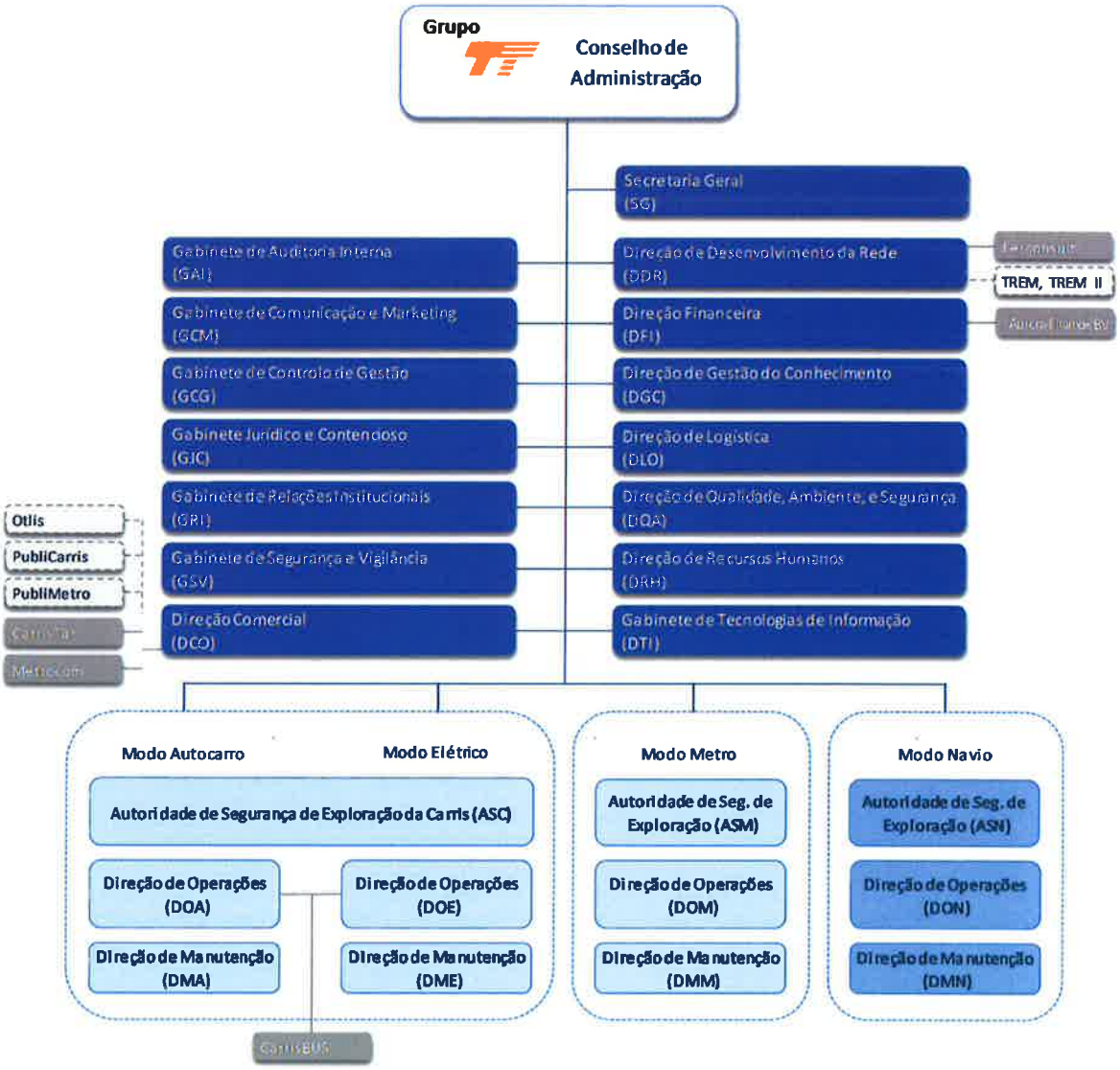

Ilustração 2 - Estrutura Organizacional até março de 2017

A publicação da Lei nº 22/2016, de 04 de agosto, reestabelecendo a total autonomia jurídica das referidas empresas de transportes, teve como consequência, a reversão do processo anteriormente desenvolvido, implicando a reorganização da estrutura orgânica e funcional das empresas.

A 30 de março de 2017, foi aprovada a nova estrutura organizacional comum à Transtejo e à Soflusa, consubstanciada num Manual de Organização que definiu as atribuições da macroestrutura. Foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos Órgãos de Direção assim como nomeados os respetivos responsáveis e aprovado o seu estatuto remuneratório.

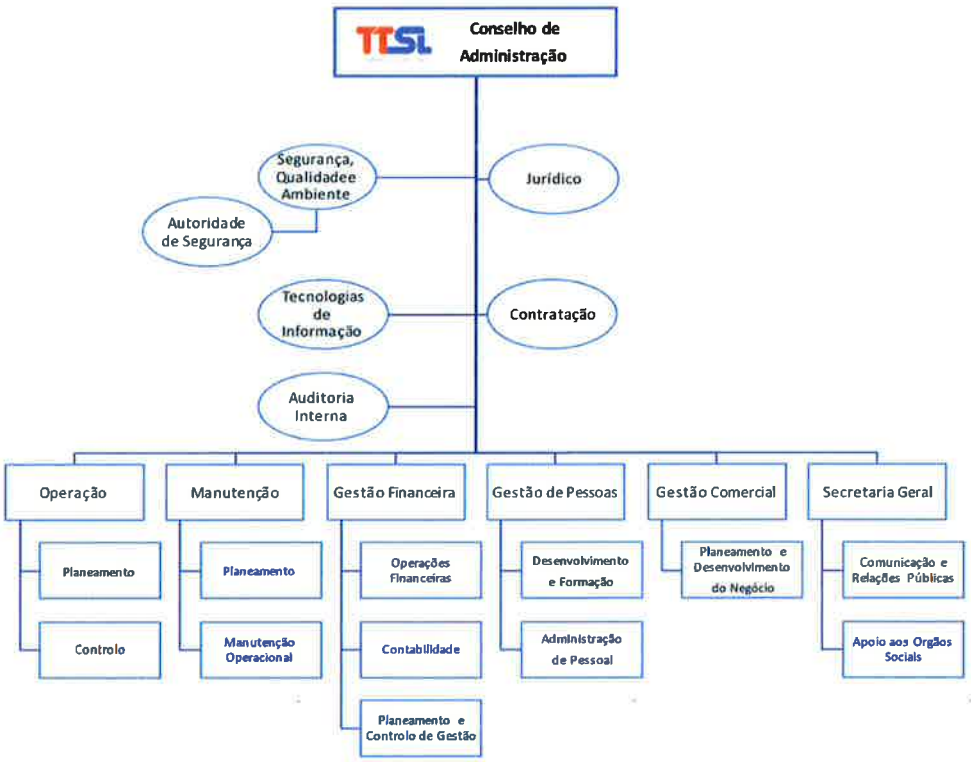

Ilustração 3 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2017

4. Atividade

4.1. Atividade Comercial

4.1.1. Atividade Desenvolvida

No âmbito das ações desenvolvidas em 2017, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao Cliente:

a) Aquisição de 5 MAVB (Máquinas Automáticas de Venda de Bilhetes) na Transtejo e 2 na MAVB na Soflusa

b) Introdução do módulo "Multibanco" em todas as MAVB', facilitando o pagamento de títulos de transportes;

c) Implementação de software certificado, com introdução do NIF do Cliente, em todos os equipamentos de venda, visando a obtenção de fatura eletrónica no ato da compra;

d) Implementação da gestão de painéis de partidas nos Terminais e Estações Fluviais, disponibilizando aos clientes informação atualizada das supressões ou atrasos.

e) Implementação de validadores inteligentes no controlo de acesso às salas de embarque - Projeto desenvolvido em conjunto com a área de Tecnologias de Informação;

f) Aquisição de detetores de notas falsas a instalar nas bilheteiras e início da formação aos utilizadores (Agentes Comerciais).

Ao nível dos concentradores de bilhética, foram efetuadas alterações no sistema, disponibilizando aos Chefes de Terminal e de Estação, as ferramentas necessárias para conhecimento, a qualquer momento, do estado dos equipamentos das estações que lhes estão conferidos, nomeadamente dos equipamentos de venda.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a Procura do Transporte Fluvial nas ligações registou um acréscimo cerca de 4,5%, relativamente ao período homologo, mantendo assim a tendência de crescimento verificada em 2016, conforme se pode observar na tabela abaixo (6,2% na Transtejo e 2,8% na Soflusa).

Ligações Fluviais	km	VAR 2017 / 2016		2017		2016		2015	
		PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Cais do Sodré *	13,8	3,7%	3,7%	988 838	14 785 106	953 533	14 257 225	936 639	12 880 660
Seixal - Cais do Sodré	8,5	0,6%	0,6%	1 152 284	9 789 805	1 145 236	9 729 925	1 154 641	9 809 830
Cacilhas - Cais do Sodré	2,2	7,6%	7,6%	6 301 235	13 547 655	5 853 909	12 585 904	5 531 365	11 892 435
Trafaria - Porto Brandão - Belém	3,6	6,1%	6,1%	382 776	1 362 300	360 614	1 283 425	360 562	1 283 240
TOTAL TRANSTEJO		**6,2%**	**4,3%**	**8 825 133**	**39 484 866**	**8 313 292**	**37 856 480**	**7 983 207**	**35 866 164**
Barreiro - Terreiro do Paço	9,3	2,8%	2,8%	7 955 909	74 149 072	7 740 779	72 144 060	7 600 423	70 835 942
TOTAL GRUPO		**4,5%**	**3,3%**	**16 781 042**	**113 633 938**	**16 054 071**	**110 000 540**	**15 583 630**	**106 702 106**

** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.*

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2015-2017)

Relativamente à análise por ligação fluvial, merecem referência as seguintes variações registadas em 2017:

- Aumento da procura na ligação **Montijo - Cais do Sodré** (3,7%), dando sequência à tendência de aumento de passageiros desde 2015;
- Acréscimo da procura na ligação **Seixal - Cais do Sodré** (0,6%), contrariando a diminuição de passageiros em 2016;
- Aumento significativo da procura na ligação **Cacilhas - Cais do Sodré** (7,6%), sendo a ligação que apresentou o maior acréscimo de todas as ligações operadas pela Transtejo, consolidando, deste modo, o acréscimo de passageiros que se tem verificado nos últimos anos;
- Acréscimo da procura na ligação **Trafaria - Porto Brandão - Belém** (6,1%), contrariando a estabilização de passageiros verificada em 2016;
- Aumento da procura na ligação **Barreiro - Terreiro do Paço** (2,8%), mantendo assim a tendência de crescimento verificada em 2016.

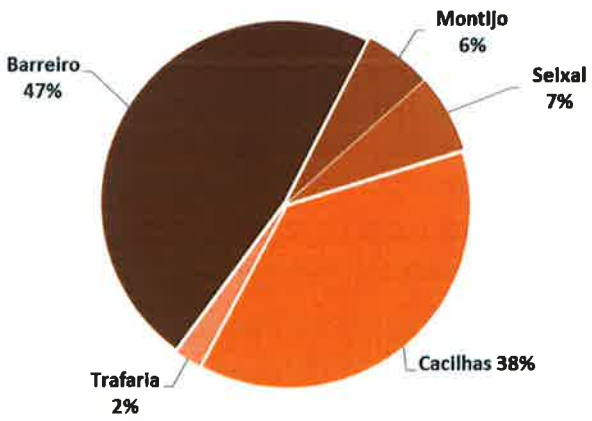

Gráfico 1 - Estrutura da Procura por ligação fluvial (2017) - (TT/SL)

Conforme ilustrado no gráfico anterior, na estrutura da procura por ligação fluvial em 2017, destacam-se as ligações de Cacilhas e Seixal e Barreiro que no seu conjunto transportaram 15.409 mil passageiros, representado 92% de um total de 16.781 mil passageiros.

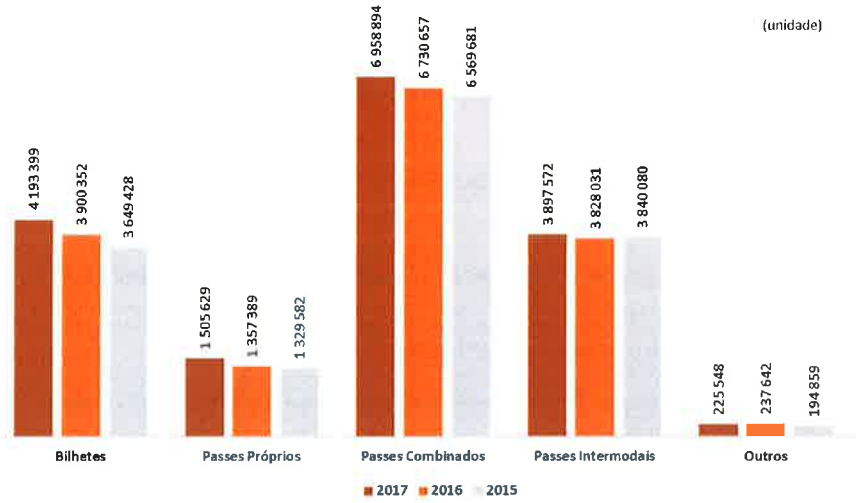

Gráfico 2 - Estrutura da Procura por Título de Transporte (2015-2017) - (TT/SL)

4.1.3. Receitas Tarifárias

A receita consolidada de Títulos de Transporte, apresenta um crescimento de 8,4%.

Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2016, verifica-se um aumento de 33,6% no tráfego de veículos, 13,2% nos passes de rede e 9,7% nos bilhetes, sendo que estes continuam a representar a maior fatia da receita tarifária referente a títulos próprios.

Entre os passes mensais e comparativamente com 2016, salienta-se o crescimento da receita dos passes Combinados (4,9%) e multimodais (7,3%), representando o conjunto destes títulos, 52,6% da receita tarifária total.

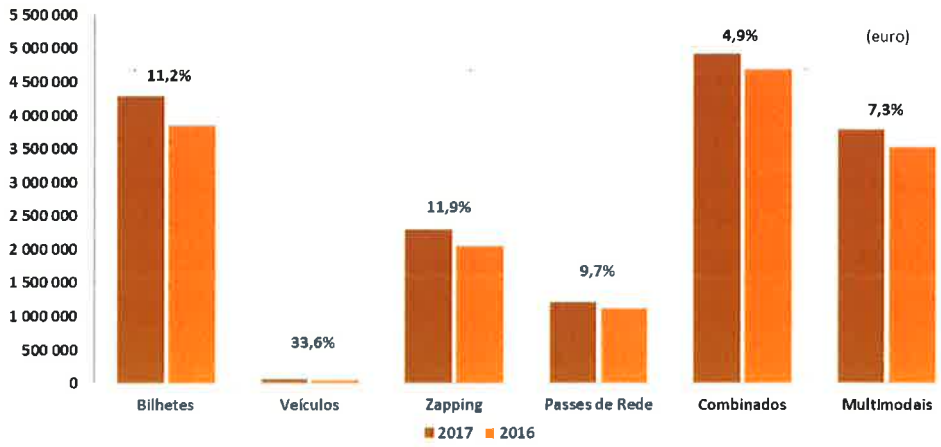

Gráfico 3 - Receitas Tarifárias (2017-2016)

4.1.4. Receitas Não Tarifárias

Atividades Acessórias	VAR 2017/2016		2017	2016	2015
Aluguer de Espaços Comerciais	4,9%	22 158	473 764	451 606	433 464
Espaços para Publicidade	4,8%	1 124	24 399	23 275	128 883
Parques de Estacionamento	-24,0%	-30 985	98 052	129 037	49 622
Protocolo Carristur	20,7%	73 517	428 321	354 804	238 190
Total	**6,9%**	**65 815**	**1 024 537**	**958 722**	**850 159**

Tabela 2 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2015-2017) - (TT/SL)

As "Atividades não Transporte" desenvolvidas no Grupo Transtejo têm um grande enfoque na rentabilização da sua frota e dos espaços comerciais dos Terminais e Estações e que, em 2017, geraram receitas complementares, no montante de 1.025 mil€, destacando-se a concessão à *Carristur*, no âmbito da exploração do negócio de cruzeiros turísticos no Tejo, que gerou um rendimento de 428 mil€.

No que diz respeito a publicidade, a infraestrutura da empresa é ainda rentabilizada através da concessão dos seus espaços publicitários à empresa MOP.

Relativamente ao serviço de estacionamento de veículos nos Terminais Fluviais da Margem Sul, este é concessionado a terceiros, disponibilizando a Transtejo/Soflusa aos clientes, Parques de Estacionamento nos Terminais do Montijo, Seixal e Barreiro. Destaca-se, contudo, que o Parque de Estacionamento do Montijo foi cedido à Câmara Municipal do Montijo no âmbito de Protocolo celebrado com este município, a partir do dia 1 de junho de 2017, razão pela qual a receita, no ano em análise, apresenta uma redução em relação ao período homólogo.

A rentabilização dos espaços comerciais disponíveis nos Terminais e nos Navios (bares), concessionados a diversos ramos de atividade, é uma área de negócio que se tem mantido estável nos últimos anos, apresentando porém, margem de progressão e dinamização, face ao atual contexto económico e turístico.

No ano em análise, deu-se início à exploração de "Ações nos Terminais", no âmbito da promoção e divulgação de vários tipos de produtos.

4.1.5. Reclamações

A Transtejo/Soflusa registaram um aumento de 89%, no número total de reclamações recebidas relativamente a 2016. A tabela seguinte apresenta o número de reclamações agrupadas por motivo.

Motivos	Δ 17/16		2017	2016	2015
Atendimento	47%	100	315	215	372
Equipamentos	200%	70	105	35	43
Instalações terminais / estações	269%	145	199	54	257
Embarcações	-15%	-27	159	186	70
Horários	108%	794	1 528	734	215
Suportes lisboa viva	102%	44	87	43	49
Suportes viva viagem	248%	72	101	29	24
Diversos / outros	44%	43	141	98	173
Total	**89%**	**1 241**	**2 635**	**1 394**	**1 203**

Tabela 3 - Reclamações por motivos (2015-2017)

O aumento verificado do número global de reclamações recebidas, relativamente ao período homólogo, tem o maior enfâse no motivo "Horários", considerando o incumprimento de horários, horário de fim de operação, bem como supressão e frequência de carreiras nas várias ligações fluviais, situações que não obstante os esforços empreendidos, não foi possível evitar.

Importa salientar que no ano de 2017, os problemas de operacionalidade da Frota, implicaram a supressão de carreiras e frequência, contribuindo para o aumento considerável do número de reclamações.

O acréscimo registado em "Instalações terminais/estações" deve-se essencialmente a reclamações de operacionalidade das MAVB e às condições das instalações sanitárias.

O "Atendimento" foi outro dos motivos que teve maior expressão e que esteve relacionado com a forma de atendimento e com a obtenção de fatura no ato da compra do título de transporte.

Não obstante estes resultados, a empresa tem procurado mobilizar recursos financeiros e orçamentais, sensibilizando a Tutela para a criticidade de recuperar os níveis de serviço, qualidade e funcionalidade das suas instalações e equipamentos, assumindo ativamente uma preocupação em melhorar as condições da oferta e a satisfação dos seus clientes.

4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva)

A atividade do Espaço Cliente foi retomada de forma autónoma sendo registada uma produção média mensal de 1.500 cartões Lisboa Viva personalizados. Destaca-se, ainda, o atendimento presencial diário médio de 90 Clientes.

4.2. Exploração Operacional

4.2.1. Frota

No final de 2017, a frota da Transtejo era composta por 19 navios com a seguinte tipologia:

Classe Algés – 7 navios

Catamarans com capacidade para 496 passageiros.
Idade média: 20 anos

Classe S. Jorge – 1 navio

Monocascos com capacidade para 1000 passageiros.
Idade média: 25 anos

Classe Cacilhense – 6 navios

Monocascos com capacidade para 476 passageiros.
Idade média: 36 anos

Classe Alemã – 1 navio

Monocasco com capacidade para 280 passageiros.
Idade média: 58 anos

Ferry catamaran – 2 navios

Ferries com capacidade para 360 passageiros e 29 veículos.
Idade média: 7 anos

Ferry monocasco - 2 navios

Ferries com capacidade para 346 passageiros e 24 veículos.
Idade média: 59 anos

Ilustração 4 - Frota TRANSTEJO em 31.12.2017

No final de 2017, a frota da Soflusa era composta por 11 catamarans com a seguinte tipologia:

Classe Damen – 8 navios

Catamarans com capacidade para 600 passageiros.
Idade média: 13 anos

Classe Austal – 2 navios

Catamarans com capacidade para 320 passageiros.
Idade média: 15 anos

Navio Fantasia

Catamaran com capacidade para 146 passageiros.
Idade média: 18 anos

Ilustração 5 - Frota SOFLUSA em 31.12.2017

4.2.2. Transporte de Veículos

Em 2017, o transporte de veículos retomou a média dos anos de 2014-2015, conforme se verifica no gráfico infra.

Este serviço é exclusivamente assegurado pela Transtejo. A partir de outubro de 2015, passou a ser prestado na ligação Belém – Porto Brandão – Trafaria (anteriormente na ligação Cacilhas – Cais do Sodré).

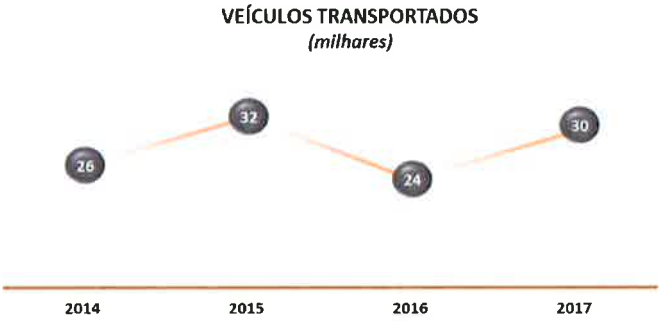

Gráfico 4 – Evolução do número de veículos transportados (2014-2017)

4.2.3. Oferta

No conjunto das ligações asseguradas pelo Grupo Transtejo, o ano de 2017 regista uma redução do número de viagens realizadas (-1,95%) face ao período homólogo. Para este desvio negativo contribuiu o aumento do número de supressões associadas essencialmente aos seguintes motivos: (i) Indisponibilidade de frota operacional (avarias), (ii) Greves/Plenários e (iii) ajustes programados. Por inerência os indicadores "Horas de serviço" e "Lugares.Km Oferecidos" apresentaram também desvios negativos.

Conforme explanado no quadro a seguir, a Transtejo regista uma redução do número de viagens realizadas de 0,91% e a Soflusa de 4,17%.

Ligações Fluviais	VAR 2017 / 2016			2017			2016			2015		
	Viagens	H. Serviço	LKO [1]	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Cais do Sodré [2]	-1,30%	-0,90%	-2,97%	12 659	7 891	89 513 198	12 826	7 962	92 250 207	12 932	8 000	87 246 662
Seixal - Cais do Sodré	-1,59%	-1,69%	-3,27%	15 147	8 254	52 109 570	15 391	8 396	53 871 216	15 625	8 526	51 428 777
Cacilhas - Cais do Sodré	-0,61%	-2,62%	-0,57%	52 644	14 874	54 479 082	52 966	15 274	54 793 415	53 424	15 300	56 366 086
Trafaria - Porto Brandão - Belém	-0,98%	-10,08%	1,44%	9 763	5 591	18 635 157	9 860	6 218	18 370 468	9 855	6 250	18 392 224
TOTAL TRANSTEJO	**-0,91%**	**-3,28%**	**-2,07%**	**90 213**	**36 610**	**214 737 007**	**91 043**	**37 850**	**219 285 306**	**91 836**	**38 075**	**213 433 749**
Barreiro - Terreiro do Paço	-4,17%	-3,64%	-5,06%	40 758	22 168	225 618 858	42 530	23 006	237 642 478	42 767	14 256	239 163 577
TOTAL GRUPO	**-1,95%**	**-3,42%**	**-3,63%**	**130 971**	**58 777**	**440 355 865**	**133 573**	**60 857**	**456 927 784**	**134 603**	**52 331**	**452 597 326**

Notas:
(1) - LKO = Lugares.km Oferecidos
(2) - A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.

Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2015-2017)

Importa referir que o indicador LKO (Lugares.km oferecidos), apresenta um desvio global na ordem dos -3,6%, consequência da utilização de navios de lotação diferente, face à disponibilidade da frota.

As ligações fluviais de Cacilhas e Barreiro continuam a apresentar melhores índices de ocupação da frota (relação entre a Oferta e a Procura, aferida pelo número de passageiros km transportados, relativamente ao número de lugares km oferecidos).

Gráfico 5 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial (2017)

4.2.4. Taxa de Regularidade

No que diz respeito a este indicador, a taxa de regularidade na totalidade das ligações foi de 97,7%, (98,6% na Transtejo e 95,5% na Soflusa).

				2017			2016		
Ligações Fluviais	Viagens Realizadas [A]=[2]/[6] *100	[B]=[2]-[6]	Taxa de Regularidade [A]=[3]-[6]	Viagens Planeadas [1]	Viagens Realizadas [2]	Taxa de Regularidade [3]=[1]/[2]	Viagens Planeadas [4]	Viagens Realizadas [5]	Taxa de Regularidade [6]=[4]/[5]
Montijo - Cais do Sodré *	-1,30%	-167	-0,09 pp	12 848	12 659	98,5%	13 005	12 826	98,6%
Seixal - Cais do Sodré	-1,59%	-244	-0,33 pp	15 458	15 147	98,0%	15 655	15 391	98,3%
Cacilhas - Cais do Sodré	-0,61%	-322	0,16 pp	53 336	52 644	98,7%	53 750	52 966	98,5%
Trafaria - Porto Brandão - Belém	-0,98%	-97	-0,52 pp	9 856	9 763	99,1%	9 902	9 860	99,6%
TOTAL TRANSTEJO	-0,91%	-830	-0,03 pp	91 498	90 213	98,6%	92 312	91 043	98,6%
Barreiro - Terreiro do Paço	-4,17%	-1 772	-2,04 pp	42 535	40 758	95,8%	43 459	42 530	97,9%
TOTAL GRUPO	-1,95%	-2 602	-0,67 pp	134 033	130 971	97,7%	135 771	133 573	98,4%

** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.*

Tabela 5 - Taxa de Regularidade (2016-2017)

O gráfico seguinte reflete a estrutura das causas da supressão de viagens na Transtejo e Soflusa no ano de 2017.

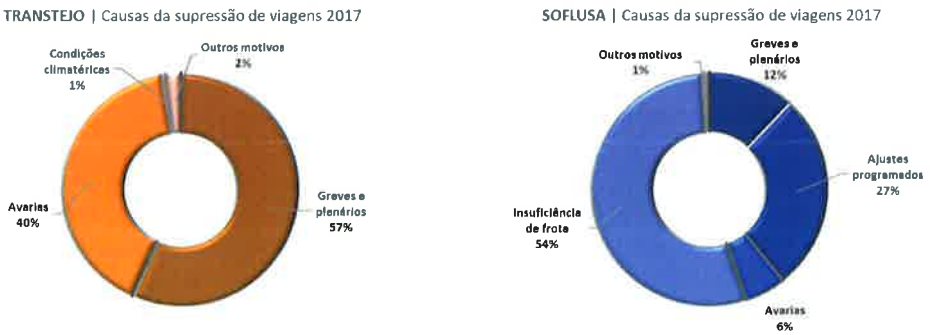

Gráfico 6 -Supressões por motivo (2017)

4.3. Segurança de Exploração (Safety)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança do modo Navio, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração.

Deve assim, procurar desenvolver os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público, em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações, à circulação de pessoas e bens da Organização.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Avaliação das ações de treino obrigatórias mensais a bordo dos navios com a realização de algumas visitas acompanhando a realização de um dos exercícios definidos nas Instruções de Emergência do Plano de Emergência Interno;

b) A acompanhamento das vistorias e inspeções, a nado, para certificação e classificação dos navios e pontões - avaliando as competências das tripulações envolvidas e colaborando com as entidades certificadoras no sentido da correção de não conformidades;

c) Inspeção dos meios de salvação dos navios e pontões, designadamente balsas rígidas, jangadas pneumáticas, boias circulares, coletes de salvação, sinais pirotécnicos e outros equipamentos de emergência e socorro;

d) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de deteção e combate a incêndio de todos os terminais e estações fluviais bem como de armazéns e outras instalações indispensáveis ao exercício da atividade.

5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança (Security)

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2017, foram realizadas 40 (30 na Transtejo e 10 na Soflusa) intervenções no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Transtejo contado com a prestação de serviço externo por parte da entidade Ecosaúde, S.A.

Ocorreram 48 (40 na Transtejo e 8 na Soflusa) acidentes de trabalho, traduzindo-se numa diminuição de 25% quando comparados com os 64 (50 na Transtejo e 14 na Soflusa) acidentes, verificados em 2016.

5.1.2. Vigilância e Segurança Humana

- **Formação**
  Durante o ano de 2017, foram desenvolvidas as seguintes ações de formação no domínio da proteção e segurança:
  a) V Jornadas de SST (2 formandos);
  b) Workshop Lisbon Pilot Demonstration – Resilens (2 formandos).

- **Segurança**
  Manteve-se em 2017 o modelo de gestão desta atividade, em continuidade com o processo em curso nos anos anteriores, designadamente:
  a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
  b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados, contratados com as forças policiais (Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima);
  c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, falha de navios e outros eventos de massa que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
  d) Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais e estações.

- **Equipamentos de videovigilância dos edifícios**
  Foi lançado o concurso para substituição integral do sistema de videovigilância, compreendendo as instalações da Transtejo e Soflusa - com exceção das instalações da doca 13 (Cacilhas) e navios.

- **Equipamentos de deteção e combate a incêndios de edifícios**
  Os equipamentos de combate a incendio, bem como a respetiva sinalética, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima mensal, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresas certificadas.

  Simultaneamente, efetuou-se a gestão e manutenção dos equipamentos de combate a incêndios em conjunto com os prestadores de serviços.

Trimestralmente, foram realizados testes aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI), tendo estado a cargo de empresas certificadas a sua manutenção anual.

Nos seguintes locais, foram ampliados e potenciados os sistemas de deteção de incêndios, a fim de garantir maior cobertura e fiabilidade na deteção e alerta de incêndio:

- Estação do Porto Brandão;
- Armazém de Cacilhas;
- Edifício de Cacilhas;
- Terminal de Cacilhas;
- Terminal do Seixal;
- Estação de Belém.

Foi, igualmente, preparada a substituição integral do SADI do terminal fluvial do Seixalinho no Montijo.

5.1.3. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, estão estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

SINISTRALIDADE TRANSTEJO	Δ 17/16		2017	2016	2015
Emergências	-66,7%	-4	2	6	1
Acidentes de Trabalho	-20,0%	-10	40	50	38
Acidentes com Passageiros	-50,0%	-12	12	24	24
Acidentes Criminais	54,8%	17	48	31	15
Outros	-22,5%	-18	62	80	41

Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade TANSTEJO (2015-2017)

Enquadramento das principais ocorrências verificadas na Transtejo, durante o ano de 2017:

a) Emergência [de Grau 1] = 2;

b) Acidentes com passageiros = 12;

c) Incidentes criminais = 48;

d) Outras ocorrências durante a exploração da atividade = 62;
- Embates e avarias com passageiros a bordo (sem danos pessoais) = 20;
- Avarias em viaturas transportadas (Ferry) = 2
- Doença súbita de passageiros a bordo = 4;
- Doença súbita nos terminais fluviais = 14;
- Outros (ocorrências singulares) = 22.

SINISTRALIDADE SOFLUSA	Δ 17/16		2017	2016	2015
Emergências	0,0%	0	1	1	0
Acidentes de Trabalho	-42,9%	-6	8	14	12
Acidentes com Passageiros	360,0%	54	69	15	12
Acidentes Criminais	-8,1%	-5	57	62	40
Outros	40,5%	17	59	42	25

Tabela 7 - Indicadores de Sinistralidade SOFLUSA (2015-2017)

Enquadramento das principais ocorrências verificadas na Soflusa, durante o ano de 2017:

a) Emergência [de Grau 1] = 1 → Como resultado deste acidente verificou-se a queda participada de 52 passageiros (ferimentos ligeiros);

b) Acidentes com passageiros [excluindo os do acidente supracitado] = 17;

c) Incidentes criminais = 57;

d) Outras ocorrências durante a exploração da atividade = 59;
- Embates e avarias com passageiros a bordo (sem danos pessoais) = 4;
- Doença súbita de passageiros a bordo = 22;
- Doença súbita nos terminais fluviais = 21;
- Outros (ocorrências singulares) = 12.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades desenvolvidas, com maior relevância:

a) Aprovação do Manual de Gestão e da revisão da "Política de Gestão Ambiental", em abril;

b) Constituição de um grupo de trabalho para o levantamento e implementação de um plano de gestão de produtos químicos na Transtejo e formação de colaboradores e prestadores de serviço;

c) Adesão ao ***Waterbeep*** – Sistema disponibilizado pela EPAL, de apoio à monitorização do consumo de água na área de Lisboa, através da visualização online dos registos dos consumos num determinado período, com dados de 15 em 15 minutos;

d) Considerando que o sistema acima referido apenas se encontra disponível para controlar os consumos nos Terminais da margem norte (área servida pela EPAL), foi necessário proceder a inspeção das infraestruturas utilizadas na margem Sul, tendo sido implementadas rotinas de medição periódica dos contadores aí existentes.

e) O combate ao desperdício da água teve o seu arranque, antes das orientações da tutela, através do contacto com todos os fornecedores de água por forma à elaboração de parcerias para uma gestão conjunta e sustentável do recurso água;

f) Sensibilização da utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia (ex. Divulgação interna - *Intranet* e, externa - *Site Institucional* e instalações dos terminais fluviais, da campanha "Vamos fechar a torneira à seca", lançada pelo Ministério do Ambiente, Águas de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e ERSAR).

É fundamental referir que o combustível (Gasóleo) constitui o principal recurso energético consumido da atividade de exploração, estando implementado na frota de catamarans operada pela Soflusa, um sistema que permite obter indicadores de desempenho energético, suportado por software específico (sistema ISA).

Desde 2014 têm vindo a ser desenvolvidas ações de sensibilização para o desempenho responsável e comprometido com objetivos de condução eco eficiente.

Em 2017, foi estabelecida uma parceria com a entidade *Ultimate Power, Lda.* tendo como objetivo lançar um projeto experimental com vista à melhoria do desempenho energético e ambiental da frota da Soflusa, no âmbito específico dos consumos de combustível e emissão de gases poluentes.

A iniciativa compreendeu a instalação do sistema UCLE nos 2 motores de propulsão de 1 navio catamaran (classe *Damen*), permitindo caracterizar o desempenho energético e identificar oportunidades de eficácia e redução de consumos, nomeadamente a emissão dos GEE com redução de emissões NOx e CO_2.

Ainda no que diz respeito à Gestão Ambiental, procedeu-se à implementação e monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com a realização regular de reuniões de acompanhamento dos processos definidos no Manual de Gestão.

O processo em curso permitiu, durante o ano de 2017, fechar não conformidades legais transitadas e contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência dos processos com vista ao cumprimento das obrigações legais no âmbito da preservação do meio ambiente.

A "Política de Gestão Ambiental", foi atualizada e disponibilizada para colocação em todas as instalações da Transtejo e Soflusa, bem como, a bordo dos navios.

Relativamente à responsabilidade social e ambiental, foram iniciados contactos com a comunidade escolar para a elaboração de projetos a desenvolver durante o ano de 2018, sob a temática "Salvar o Mar".

5.3. Recursos Materiais

5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota - Transtejo

A Transtejo/Soflusa procurou assegurar ao longo do ano 2017, o cumprimento do Serviço Público nas ligações em operação, verificando-se um decréscimo de 27% (-21% na Transtejo e -46% na Soflusa) em avarias, quando comparado com o ano anterior.

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Transtejo é assegurado *in-house*, compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, obtenção de certificação estatutária e de classe da frota, sendo que a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica é efetuada por entidade externa, com recurso a concurso público.

O Plano de Manutenção apresentado no PAO2017 foi preparado com o objetivo estratégico de recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

No cumprimento do referido Plano, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2017:

	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS			
Grandes rubricas	Serviço de Manutenção Corrente			Total GASTOS
REAL 2017	Estaleiros	Oficinas	Sobressalente + Materias	
Alentejense			715	715
Campolide		12 537	2 446	14 983
Dafundo		11 110	6 874	17 985
Eborense		2 397	4 683	7 080
Madragoa		4 415	9 492	13 907
Seixalense	60 000	175 141	7 639	242 780
Sintrense		21 420	5 625	27 045
Palmelense		34 904	0	34 904
S. Jorge	14 243	11 402	2 255	27 900
Algés	125 394	60 565	40 241	226 200
Castelo	61 500	58 729	65 746	185 976
Chiado	10 750	5 938	74 248	90 936
S. Julião	268 860	52 646	31 984	353 491
S. Paulus			59	59
Aroeira		12 239	13 567	25 806
Carnide	71 994	137 064	18 325	227 383
Sé		32 485	51 740	84 226
Lisbonense	99 740	10 844	57 477	168 061
Almadense		570	7 053	7 623
Comuns à Frota			27 577	27 577
TOTAL	712 481	644 406	427 748	1 784 635

Tabela 8 - Gastos de Manutenção por Navio Transtejo (2017)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos com Manutenção com Navios, o montante de 251.727 € com a manutenção da frota de pontões e 6.549 € com manutenções indiretamente ligadas à conservação e reparação da frota e que perfaz o total de 2.042.911 €, com a seguinte decomposição:

- Conservação e reparação (frota de navios e pontões) = 1.611.027 €;
- Custo das Matérias Consumidas - Sobressalentes + Materiais (navios e pontões) = 431.883 €.

5.3.2. Gestão e Manutenção da Frota - **Soflusa**

Na sequência do acidente com o navio Antero de Quental, ocorrido a 25 de janeiro, que implicou a redução de 1 navio disponível, tendo como consequência perturbações imediatas no serviço prestado (supressão de 1.157 viagens).

Como medida de recurso, considerando os persistentes constrangimentos decorrentes da limitação de recursos disponíveis (não só pela indisponibilidade do navio sinistrado, mas também, pela afetação de navios a intervenções de manutenção, por caducidade dos seus certificados de navegabilidade), foi efetuado um ajuste na oferta, alterando o planeamento da operação, visando a sua adaptação a um cenário de operação com 6 navios (em vez de 7). Estas medidas entraram em vigor a partir de 11 de setembro.

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa (gestão técnica em regime de outsourcing), compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, obtenção de certificação estatutária e de classe da frota e a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica (consideradas no Plano de Investimentos).

O Plano de Manutenção apresentado no PAO2017 foi preparado em colaboração com a entidade que presta o serviço externo supra referido, em linha com o objetivo estratégico de recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

No cumprimento do referido Plano, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2017:

	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS					INVESTIMENTO		
Grandes rubricas	Serviço Gestão Técnica	Serviço de Manutenção Corrente			Total GASTOS	Caixas Redutoras	Motores	Total NAVIOS
REAL 2017		Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais				
Damião de Goes	115 938	112 435	35 305	89 186	352 865			352 865
Miguel Torga	133 454	17 830	61 094		212 378	84 800		297 178
Fernando Namora	115 309	77 882	13 749	16 783	223 723	25 440	137 689	386 852
Gil Vicente	117 113	126 703		19 875	263 690		158 831	422 521
Jorge de Sena	120 229			18 308	138 537			138 537
Almeida Garret	127 764				127 764			127 764
Fernando Pessoa	145 899	-22 040			123 859			123 859
Antero de Quental	122 566	-366			122 200			122 200
Cesário Verde	4 560		2 138		6 698			6 698
Fantasia	105 329	6 600			111 929			111 929
Pedro Nunes	109 694				109 694			109 694
ROTÁVEIS					0		275 991	275 991
TOTAL	1 217 856	319 043	112 286	144 152	1 793 338	110 240	572 511	2 476 089
						682 751		

Tabela 9- Gastos de Manutenção por navio Soflusa (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos com Manutenção com Navios, o montante de 128.602€ com a manutenção da frota de pontões, que perfaz o total de 1.921.940 € - Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

5.3.3. Gestão das Infraestruturas

Em 2017, foi desenvolvido por uma entidade externa, a caracterização técnica e detalhada do conjunto de edifícios e respetivas instalações técnicas, pertencentes ao património edificado das empresas Soflusa e Transtejo com aquisição de respetivo *software* e tendo como objetivos:

a) Levantamento das componentes das instalações;

b) Auditoria estrutural;

c) Auditoria energética;

d) Auditoria aos consumos de água.

5.4. Recursos Tecnológicos

5.4.1. Bilhética e Controlo de Acessos

Ao nível dos concentradores de bilhética, foram efetuadas alterações no sistema, disponibilizando aos Chefes de Terminal, as ferramentas necessárias para conhecimento, a qualquer momento, do estado dos equipamentos das estações que lhes estão conferidos, nomeadamente dos equipamentos de venda.

5.4.2. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração na Transtejo/Soflusa, ao longo de 2017 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

a) Implementação de melhorias funcionais;

b) Implementação de projetos;

c) Estudo/análise para a implementação de projetos.

A implementação de melhorias funcionais foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

a) Desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão Documental - TTDoc;

b) Desenvolvimento de melhorias no sistema *Workflow*.

No que se refere à implementação de projetos, salientam-se os seguintes:

a) Implementação de sistema de *backups*;

b) Renovação do posto de trabalho - aquisição de PC's;

c) Reestruturação de rede do Grupo Transtejo com o objetivo de segregar tráfego de dados dos sistemas informáticos do Grupo Transtejo, dos dados do sistema de bilhética e da videovigilância;

d) Implementação de nova Firewall;

e) Implementação de sistema de contagem de trocos nas MAVB;

f) Implementação de software certificado na venda de títulos de transporte;

g) Implementação de pagamento por multibanco nas MAVB;

h) Implementação de validadores inteligentes no controlo de acesso às salas de embarque.

Por fim, destaca-se o estudo para aquisição de serviços para Implementação de novo ERP, de modo a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública (NCP 26), com vista à implementação do SNC-AP determinado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aplicável na Transtejo e na Soflusa a partir de 01/01/2018, (conforme determinado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).

5.4.3. Inovação e Desenvolvimento

No capítulo da Inovação e Desenvolvimento e tendo em conta a melhoria constante do serviço, bem como a eficiência nos custos e investimentos, assinala-se a criação de Grupo de Trabalho, decorrente da entrada em vigor do RGPD 2016/679, 27 de abril (aplicável a partir de 25 de maio de 2018, de acordo com o artigo 99º), por forma a aferir o nível atual de realização do tratamento de dados pessoais e posterior definição dos procedimentos necessários para dar cumprimento ao disposto no RGPD, tendo como principais pontos de atuação;

- Levantamento por área, das atividades com tratamento de dados pessoais e nível de risco associado;
- Elaboração de Relatório de Diagnóstico;
- Elaboração de uma Política de Proteção de Dados Pessoais para a Soflusa e Transtejo;
- Projeto de Código de Conduta;
- Plano de medidas a implementar.

Conforme referido no ponto 5.2 deste relatório e no âmbito de uma área estratégica para o Grupo Transtejo, foi estabelecida uma parceria com a entidade Ultimate Power, Lda. tendo como objetivo lançar um projeto experimental com vista à melhoria do desempenho energético e ambiental da frota da Soflusa, no âmbito específico dos consumos de combustível e emissão de gases poluentes.

5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco

Durante o ano de 2017, o Gabinete de Auditoria Interna continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das empresas Transtejo e Soflusa, apresentando o plano de auditoria para o 2º semestre de 2017, mas face aos recursos disponíveis e ás prioridades definidas pela gestão de topo, não foi possível a sua realização, sendo que as principais ações foram:

a) Auditoria de identificação e sistematização de contratos em vigor na organização;

b) Ações de *follow-up* de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditorias anteriores, referentes ao cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho;

c) Auditoria ao procedimento de venda de bilhetes das máquinas automáticas de todos os terminais/estações fluviais da Transtejo/Soflusa;

d) Auditoria aos armazéns da Transtejo, para inventariação física dos bens e existências em stock e identificação de eventuais monos e com vista á organização de todos os bens armazenados nas infraestruturas da empresa.

No âmbito da Gestão do Risco, foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018.

5.6. Comunicação e Marketing

a) Política de Apoios e Patrocínios do Grupo:

A Responsabilidade Social e Ambiental, assumem-se como dimensões naturais da atividade das empresas Transtejo/Soflusa, enquanto operador público responsável pelo transporte fluvial de passageiros e veículos no rio Tejo.

O compromisso de Desenvolvimento Sustentável assumido na Política de Gestão Sustentável da Transtejo/Soflusa expressa-se nas múltiplas e variadas vertentes da atividade da empresa, nomeadamente no exercício da sua Responsabilidade Social e Ambiental, constantes nas dimensões da sua Missão, Visão, Valores e nos Princípios e Objetivos de Sustentabilidade assumidos, oficialmente, em 2010.

Nesse sentido, a Transtejo/Soflusa apostam no reforço da Responsabilidade Social visando o comprometimento de ser um dinamizador local, regional e nacional na sua área de intervenção - a **Mobilidade** - através do desenvolvimento, cooperação e promoção de:

- Mobilidade sustentável junto das camadas jovens;
- Sustentabilidade e sensibilização ambiental junto do público em geral;
- Agendas culturais e eventos especiais nas margens do rio;
- Cooperação com as coletividades de cultura e recreio da área ribeirinha sul.

b) Comunicação Institucional:

- Eventos;

- No início do mês de maio, um cacilheiro da frota participou em exercício de demonstração de uma operação de resgate da GNR, exercício enquadrado no evento "**SEGUREX - Salão Internacional de Proteção e Segurança**";

- Em final de maio, nos Paços de Concelho da Câmara Municipal do Montijo realizou-se a Cerimónia de Assinatura do Protocolo de parceria entre o Grupo Transtejo e o Município do Montijo, no âmbito da gestão e funcionamento do parque de estacionamento do Terminal Fluvial do Montijo;

- Em junho de 2017, ao âmbito da sua política de responsabilidade social, a Soflusa acolheu no Terminal Fluvial do Barreiro, , a cerimónia pública comemorativa dos 35 anos de atividade da Associação NOS - Associação de pais e técnicos para a integração do deficiente, bem como a exposição temporária "Nós fazemos lugar".

- Em julho, a Transtejo recebeu a Comissão de Especialização em Transportes e Vias de Comunicação (CETVC) da Ordem dos Engenheiros, em visita técnica ao navio ferry "Almadense" e à área de manutenção da empresa;

- Em setembro, no âmbito da sua política de responsabilidade social, a Transtejo concedeu apoio de espaço e de logística à realização do evento **"Sunset Solidário" - Associação Salvador**, na Estação Fluvial de Belém.

- Publicações Oficiais;

- Relatório de Execução 2016 do PPRCIC;
- Carta do Cliente;
- Política de Gestão;
- Diversas publicações e anúncios no âmbito da Contratação Pública.

c) Comunicação Externa:

- Eventos e campanhas;

- Em março de 2017, a Transtejo/Soflusa marcou presença institucional no espaço ambiente da "***Green Business Week***", com o objetivo de promover o transporte público fluvial, os modos suaves e a mobilidade sustentável;

- No mês de setembro e no âmbito das comemorações da **Semana Europeia da Mobilidade 2017**, a Transtejo/Soflusa foi parceira de comunicação das seguintes entidades;

- S. Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo, na campanha promotora da utilização dos transportes públicos e da mobilidade sustentável **"Um dia dou folga ao carro ... hoje é o dia!"**;
- Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada, na campanha promotora da mobilidade sustentável **"A partilhar chegamos mais longe"**;

- Apoiou a iniciativa AGENEAL **"Viagens a troco de lixo"**, promotora da correta separação de resíduos, da reciclagem e da utilização dos transportes públicos, através da disponibilização de títulos de transporte.

- Informações, comunicados, iniciativas, apoios e parcerias / Temas abordados;

- O Novo Conselho de Administração das empresas Transtejo e Soflusa;
- Travelling Cacilhas;
- Acidente com catamarã na ligação fluvial Barreiro – Terreiro do Paço;
- Agora o VIVA Viagem tem duas cores!;
- App Via Verde Transportes;
- Apoio ao Cliente | Novos Contactos;
- Comunicado do Conselho de Administração;
- Embarque connosco no "Trafaria (Com) Prova";
- Assinada revisão dos Acordos de Empresa da Transtejo e da Soflusa;
- Terminal Fluvial do Montijo com estacionamento gratuito;
- Exposição "Nós Fazemos Lugar" - Terminal Fluvial do Barreiro;
- Greve parcial Soflusa | 23 de março;
- Greve 26 e 27 de abril Transtejo/Soflusa;
- Plenário Soflusa | 26 maio;
- Horário de Feriado | 13 jun;
- Festas de Lisboa _ Carreiras Extra | 13 jun;
- Transtejo Solidária - Linha de Informação sobre Incêndios: 800 246 246;
- A Transtejo leva-te ao NOS Alive e não só...;
- A Transtejo e o NOS Alive levam-te à praia;
- Embarque connosco no Lisbon Music Fest;
- A Transtejo e a Soflusa estreiam "fatura na hora";
- Exposição "Morte à morte! 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal";
- Embarca no 4_18 ou no Sub23;
- Make the future...today!;
- "A partilhar chegamos mais longe" | Embarque nesta ideia;
- Divulgação da Conferência "O valor dos Oceanos" e o desafio do Protocolo do Capital Natural – estudo de caso sobre a empresa;

- Inquérito à Mobilidade 2017;
- Vamos fechar a torneira à seca;
- Modernização de bilheteiras automáticas;
- "Veja as luzes de Natal de transportes públicos";
- Tarifário 2018;
- Serviço Especial | 1 jan.

d) Comunicação Interna / Temas abordados:

- Novo Conselho de Administração das empresas Soflusa e Transtejo;
- Mensagem do novo Conselho de Administração;
- Esclarecimento sobre o pagamento do Subsídio de Natal em 2017;
- "Corrida por bens" - ação de responsabilidade social no âmbito do apoio e participação na Meia Maratona de Lisboa;
- Passatempo interno "Lego Batman, o filme";
- Recomendações para o trabalho com computador;
- Passatempo interno "Kong - Ilha da Caveira";
- Movimentação manual de cargas;
- Passatempo interno "Corrida Terry Fox 2017";
- Campanha "Novos contactos";
- Transtejo/Soflusa está a recrutar;
- Plenário Soflusa | 4 abril;
- Plenário Transtejo | 5 abril;
- Estamos a recrutar para a área de Operação Transtejo/Soflusa;
- Estamos a recrutar para a área Comercial Transtejo/Soflusa;
- Estamos a recrutar para a área Financeira Transtejo/Soflusa;
- Estamos a recrutar para a área de Contratação Transtejo/Soflusa;
- Greve 26 e 27 de abril;
- Comunicado do Conselho de Administração;
- Plenário Transtejo | 25 maio;
- Plenário Soflusa | 26 maio;
- Assinatura das revisões dos Acordos de Empresa;
- Embarque connosco no "Trafaria (Com) Prova";
- Comunicado Interno sobre reforço de oferta na madrugada de 13 de junho;
- Transtejo Solidária | Linha de informação sobre incêndios;
- Transtejo e Soflusa parceiros do NOS Alive;
- Embarque no Lisbon Music Fest;
- Aproveite o desconto para trabalhadores no Aqua Splash Seixal;
- "Um dia dou folga ao carro... Hoje é o dia!" (AGENEAL);
- "Make the future... today!";
- "A partilhar chegamos mais longe" (S. Energia);

- Mais perto da informação – ação de promoção da consulta e leitura de newsletters e conteúdos técnicos de entidades/parceiros nacionais e internacionais;
- Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal;
- Transtejo no desafio "Capital Natural";
- Adesão à rede Euroticket/Endered;
- Alterações e perturbações de serviço | 1-5 nov;
- Vamos fechar a torneira à seca;
- 4 dicas para fechar a torneira à seca;
- Vamos desligar a luz à seca;
- Transtejo _ Há 42 anos a ligar as margens do Tejo.

5.7. Relações Internacionais

A Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na CEEP e na UITP, integrando a *Waterborne Transport Platform*, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como o conhecimento das melhores práticas internacionais, potenciando desta forma, o desenvolvimento da sua atividade.

Em dezembro, foi recebida uma delegação do *Département Etudes Générales, Développement & Territoires* da RATP, que sobre o tema "O transporte fluvial integrado no sistema global de transportes da área metropolitana de Lisboa", realizou uma visita técnica à atividade da Transtejo/Soflusa.

6. Gestão de Pessoas

6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e, no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário recompor uma nova estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o seu nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Destaca-se o esforço desenvolvido para otimizar os recursos da Transtejo e da Soflusa, mantendo o projeto de gestão conjunta das entidades que compõem o Grupo Transtejo.

Efetivo médio	17/16		2017	2016	2015
TRANSTEJO	2	0,6%	300	298	313
SOFLUSA	-2	-1,7%	143	145	150
Total	**-1**	**-0,1%**	**443**	**444**	**463**

Nº efetivos a 31.DEZ	17/16		2017	2016	2015
TRANSTEJO	4	1,3%	301	297	303
SOFLUSA	-6	-4,1%	139	145	147
Total	**-2**	**-0,5%**	**440**	**442**	**450**

Tabela 10 - Gestão do Efetivo (2015-2017)

6.1.1. Movimentações Transtejo

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se 15 entradas e 11 saídas, sendo que:

- Entradas;

- 10 contratos de trabalho por tempo indeterminado;
- 2 contratos de comissão de serviço e 1 contrato de cedência de interesse público – ambos celebrados nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- 1 contrato com pluralidade de empregadores (mobilidade funcional) de trabalhador da Soflusa que passou a ser considerado no efetivo da Transtejo;
- 1 trabalhador que regressou à Transtejo na sequência de cessação de contrato de comissão de serviço, através do qual desempenhou funções na Carristur;

- Saídas;

- 3 por iniciativa do trabalhador;
- 4 por motivo de reforma;
- 4 por outros motivos, entre os quais 1 trabalhador por celebração de contrato de cedência ocasional da Transtejo à Soflusa.

6.1.2.Movimentações Soflusa

Quanto à movimentação de pessoas, verificou-se 1 entrada, mediante a celebração de contrato de cedência ocasional de 1 trabalhador da Transtejo à Soflusa e 7 saídas, sendo que:

- 3 ocorreram por mútuo acordo;
- 1 por iniciativa do trabalhador
- 1 por motivo de reforma;
- 2 por outros motivos.

Variação do nº efetivos a 31.DEZ	2017	2016	2015
TRANSTEJO	4	-6	-17
SOFLUSA	-6	-2	-5
Total	-2	-8	-22

Tabela 11 - Variação do número de efetivos (2015-2017)

Os gráficos seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2017, por faixa etária, género e área de atividade.

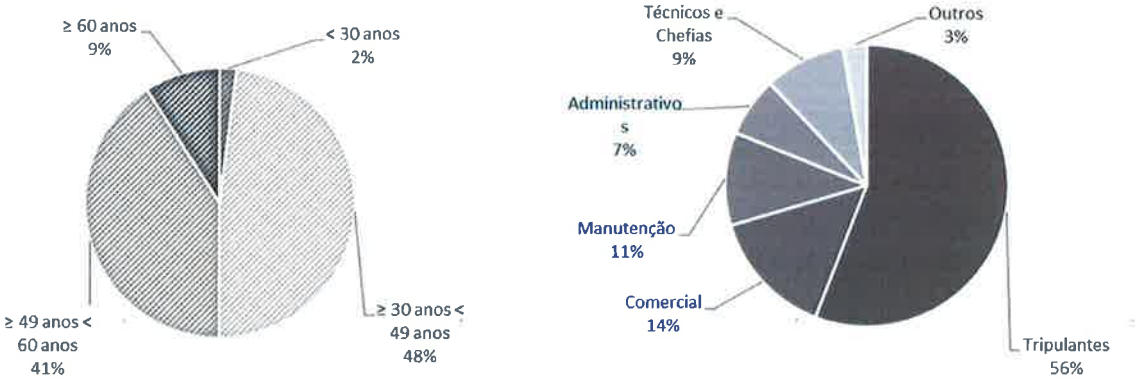

Gráfico 7 - Distribuição do efetivo, por faixa etária e área de atividade a 31 de dezembro de 2017 (TT/SL)

				TRANSTEJO			SOFLUSA		
GRUPO	Homens	Mulheres	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos
Tripulantes	**244**	**2**	**246**	**152**	**2**	**154**	**92**	**-**	**92**
< 30 anos	9	-	9	8	-	8	1	-	1
≥ 30 anos < 49 anos	111	1	112	75	1	76	36	-	36
≥ 49 anos < 60 anos	103	1	104	60	1	61	43	-	43
≥ 60 anos	21	-	21	9	-	9	12	-	12
Comercial	**52**	**12**	**64**	**50**	**12**	**62**	**2**	**-**	**2**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	25	9	34	23	9	32	2	-	2
≥ 49 anos < 60 anos	24	1	25	24	1	25	-	-	-
≥ 60 anos	3	2	5	3	2	5	-	-	-
Manutenção	**39**	**8**	**47**	**22**	**-**	**22**	**17**	**8**	**25**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	23	6	29	11	-	11	12	6	18
≥ 49 anos < 60 anos	13	1	14	8	-	8	5	1	6
≥ 60 anos	3	1	4	3	-	3	-	1	1
Administrativos	**18**	**12**	**30**	**10**	**12**	**22**	**8**	**-**	**8**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	6	2	8	4	2	6	2	-	2
≥ 49 anos < 60 anos	10	9	19	5	9	14	5	-	5
≥ 60 anos	2	1	3	1	1	2	1	-	1
Técnicos e Chefias	**21**	**20**	**41**	**20**	**14**	**34**	**1**	**6**	**7**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	7	16	23	7	11	18	-	5	5
≥ 49 anos < 60 anos	10	3	13	9	2	11	1	1	2
≥ 60 anos	4	1	5	4	1	5	-	-	-
Outros	**12**	**-**	**12**	**7**	**-**	**7**	**5**	**-**	**5**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	5	-	5	3	-	3	2	-	2
≥ 49 anos < 60 anos	5	-	5	3	-	3	2	-	2
≥ 60 anos	2	-	2	1	-	1	1	-	1
TOTAL	386	54	440	261	40	301	125	14	139

Tabela 12 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2017

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 81% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (tripulantes 56%, comercial 14% e manutenção 11%);

b) 48% dos trabalhadores encontram-se na faixa etária compreendida entre os 30 e os 48 anos de idade e 41% dos trabalhadores encontram-se na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;

c) 13% dos trabalhadores são do género feminino, estando estes afetos às áreas de Tripulação (4%), Comercial (22%), Manutenção (15%), Administrativa (22%) e Técnica e Dirigente (37%).

6.2. Princípio de Igualdade do Género

No quadro da sua política de gestão, a Transtejo/Soflusa observa os princípios de igualdade e de não discriminação entre homens e mulheres no sentido de dar o seu contributo para que as sociedades sejam mais equilibradas, justas, inclusivas e coesas.

Está provado que a existência de condições que promovam a igualdade de género nas organizações e, de forma mais abrangente, a diversidade, permite que as pessoas, individualmente e integradas em equipas, se revelem mais criativas e produtivas, com níveis de motivação, de realização e de satisfação acrescidos e, consequentemente, mais capazes de corresponder aos objetivos e desafios que lhes são colocados.

A prossecução desta estratégia está, porém, condicionada à especificidade de grande parte das funções desempenhadas pelo efetivo, maioritariamente relacionadas com a área marítima, designadamente pelas tripulações (mestres, maquinistas e marinheiros), cuja atividade é, tradicionalmente, desempenhada por homens.

Tal justifica que no final de 2017 e conforme evidenciado na Tabela 13, do universo de 440 efetivos que integram a Transtejo, 87% (386 trabalhadores) são do género masculino e 13% (54 trabalhadores) são do género feminino.

De acordo com o n.º2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, apresenta- se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, agregados por género.

Remunerações Pagas TRANSTEJO	Homens	Mulheres	Total 2017
Remunerações Orgão Sociais	70 572	193 193	263 765
Remunerações do Pessoal	4 776 095	1 043 621	5 819 716
Indemnizações	0	0	0
Encargos sobre remunerações	1 201 618	294 528	1 496 146
Outros Gastos com Pessoal *	509 942	83 503	593 444
Total Remunerações Pagas	**6 558 227**	**1 614 845**	**8 173 072**

* Processamento de salários

Remunerações Pagas SOFLUSA	Homens	Mulheres	Total 2017
Remunerações Orgão Sociais	-	-	-
Remunerações do Pessoal	2 522 469	229 509	2 751 978
Indemnizações	65 017	-	65 017
Encargos sobre remunerações	627 402	58 118	685 521
Outros Gastos com Pessoal *	255 902	27 791	283 693
Total Remunerações Pagas	**3 470 790**	**315 418**	**3 786 208**

* Processamento de salários

Tabela 13 - Remunerações pagas em 2017, por género

6.3. Política Salarial

Ao setor público empresarial voltou a ser aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2017, e nos termos da Lei do OE, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em matéria de atribuição de subsídio de refeição, remuneração do trabalho suplementar e do trabalho noturno.

Relativamente às restantes matérias abrangidas pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho referidos no número anterior, os direitos adquiridos foram repostos em 50 % em julho de 2017 (conforme artigo 21.º, da LOE 2017), tendo-se mantido, no demais, a proibição de valorizações remuneratórias.

Durante o ano de 2017, o subsídio de Natal foi pago, de acordo com o estalecido na Lei do OE, nos termos seguintes:

a) 50 % no mês de novembro;

b) Os restantes 50 % em duodécimos, ao longo do ano.

No ano em análise e no que respeita à Massa Salarial, verificou-se um acréscimo de 8,3% (8,7% na Transtejo e 7,5% na Soflusa) relativamente ao ano de 2016.

GASTOS COM PESSOAL	17/16		2017	2016	2015
TRANSTEJO	664	8,6%	8 417	7 752	8 492
SOFLUSA	275	7,5%	3 953	3 678	3 909
Total	**939**	**8,2%**	**12 369**	**11 430**	**12 401**

MASSA SALARIAL	17/16		2017	2016	2015
TRANSTEJO	524	8,7%	6 536	6 012	6 692
SOFLUSA	219	7,5%	3 156	2 937	3 161
Total	**743**	**8,3%**	**9 692**	**8 949**	**9 853**

Tabela 14 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2015-2017)

Este acréscimo reflete o impacto da reversão das reduções remunerações e da reposição parcial de componentes da massa salarial, conforme determinado na Lei do OE2017, designadamente diuturnidades, reposição de feriados, trabalho suplementare e subsídio de refeição.

Salienta-se ainda, que para esta variação, contribuiu a reposição já referida, com efeitos a 01 de julho, de 50% dos direitos adquiridos relativamente a matérias abrangidas pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme estabelecido no artigo 21º, da Lei do OE 2017.

Neste sentido, conforme enquadrado no AE da Transtejo, tendo por base a adequada apreciação favorável e propostas apresentadas pelas respetivas hierarquias, foi possível proceder à promoção de técnicos administrativos para as categorias imediatamente superiores, retomando o processo de progressão de carreiras que encontrava impedido desde de 2011, por questões legais.

6.4. Formação

A Transtejo/Soflusa continua a considerar a formação essencial para incrementar o desempenho dos seus trabalhadores, pelo que procura promover a formação contínua como um investimento de valor e um veículo de valorização, quer para as pessoas quer para a empresa.

Nesse sentido foram realizadas ações de formação procurando abranger diferentes áreas como sejam o desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas/operacionais, em matérias como gestão e finanças, atendimento ao cliente, proteção de dados, auditoria interna, igualdade de género e cidadania.

TRANSTEJO	Δ 17/16		2017	2016	2015
Horas de Formação	23%	344	1840	1496	4227
Ações de Formação	-74%	-103	36	139	72
Participantes em Formação	-41%	-105	151	256	212

SOFLUSA	Δ 17/16		2017	2016	2015
Horas de Formação	6%	28	477	449	554
Ações de Formação	-52%	-27	25	52	28
Participantes em Formação	-43%	-43	56	99	66

Tabela 15 - Formação – Horas, ações e participações (2015-2017)

Neste ano e comparado com o período homologo de 2016, os indicadores associados à formação demonstram o seguinte:

- Na TRANSTEJO acréscimo de 23%, com 1.840 horas de formação, apesar do número de ações de formação apresentar uma redução de 74% (-103 ações) e o número de participantes de 41% (-105 participantes), consequência da maior duração das ações realizadas.

- Na SOFLUSA acréscimo de 6%, atingindo um total de 477 horas de formação, explicado pela maior duração das ações realizadas.

- O número de ações de formação sofreu uma redução (de 52 para 25). Consequentemente, verificou-se uma diminuição no número de participações de 99 para 56 (-43%).

Das ações concretizadas durante o ano de 2017, destacam-se:

- **Curso de Promoção a Maquinista Prático de 1ª classe e Curso de Atualização de Competências em Máquinas Marítimas (exclusivo Transtejo)**
  Para este aumento contribui com mais significado a realização de um Curso de Promoção a Maquinista Prático de 1ª classe, que foi precedido por um Curso de Atualização de Competências em Máquinas Marítimas e que, no conjunto, representaram um volume de 1449 horas (80,6% do total). Estes cursos realizaram-se apesar das limitações decorrentes da dificuldade em dispensar operacionais afetos à atividade de transporte.
- **Formação Comportamental**
  No âmbito do desenvolvimento das competências comportamentais realçamos a formação dos trabalhadores do Serviço de Terminais sobre Atendimento ao Cliente com o objetivo de consolidar uma cultura de serviço de excelência nos profissionais dos transportes de Lisboa que fazem atendimento comercial, posicionando-os de forma competente e cuidadosa, na perceção dos clientes.
- **Línguas Estrangeiras**
  O desenvolvimento de competências de língua inglesa, dirigido às equipas de fiscalização foi mantido em 2017.
- **Formação sobre o Conhecimento da nota Euro**
  No final deste ano deu-se início à formação sobre "O Conhecimento da nota Euro" com vista a habilitar os trabalhadores que operam nas vendas para o exercício da atividade de recirculação de numerário de forma a verificarem, manualmente, a genuinidade e a qualidade das notas e moedas de euro entregues pelo público antes de serem repostas em circulação.

6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.5.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horários por turnos (76%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horários fixos, flexíveis ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho.

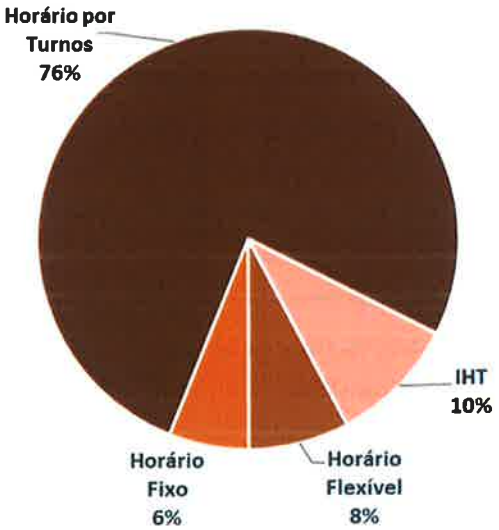

Gráfico 8 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2017

6.5.2. Taxa de Absentismo

TAXA de Absentismo	17/16	2017	2016	2015
TRANSTEJO	2,00 pp	8,84%	6,84%	6,64%
SOFLUSA	-0,74 pp	6,57%	7,31%	6,69%
GRUPO	1,10 pp	8,10%	7,00%	6,66%

Tabela 16 - Evolução da Taxa de Absentismo (2015-2017)

A taxa de absentismo sofreu um acréscimo de 1,1 pp face ao ano anterior, explicada pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente, por doença. A doença continua a ser os motivos com maior expressão, conforme se evidencia no gráfico seguinte.

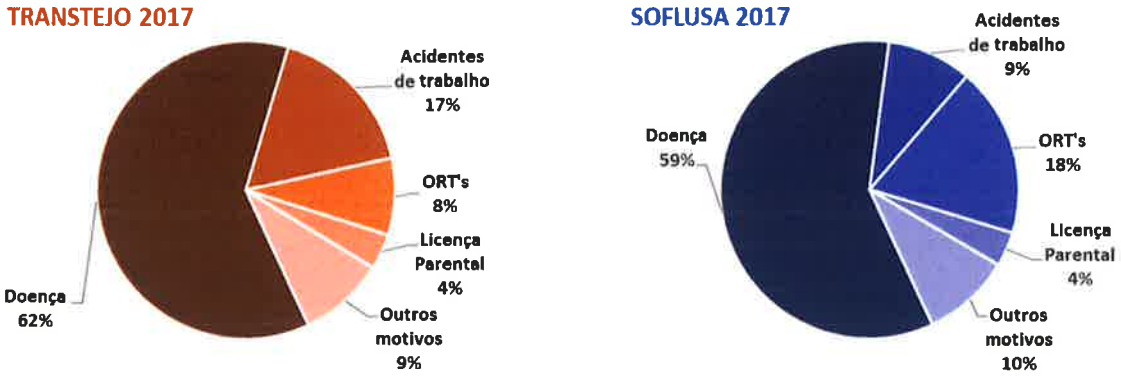

Gráfico 9 - Causas do absentismo – 2017

6.5.3. Horas Trabalhadas

Horas Trabalhadas	17/16		2017	2016	2015
TRANSTEJO	10 238	2,0%	519 361	509 123	539 632
SOFLUSA	419	0,2%	253 673	253 254	264 821
GRUPO	10 657	1,4%	**773 034**	**762 377**	**804 453**

Tabela 17 - Horas Trabalhadas (2015-2017)

Em 2017, o vetor das horas trabalhadas registou uma subida de 1,4% em relação a 2016, apesar do agravamento das horas de ausência evidenciadas no ponto anterior.

7. Situação Económica e Financeira

7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas

Desde abril de 2013, que o Instituto Nacional de Estatística incluiu a Soflusa e a Transtejo na lista de Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, no perímetro das Administrações Públicas, com base na análise dos dados estatísticos de 2012, que aferiam, através do Rácio de Mercantilidade, o baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios gerados pela sua atividade.

Desta reclassificação, que abrangeu de igual modo ambas as empresas, decorreram impactos em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica, aplicável, com efeitos ao longo dos exercícios de 2013 a 2017, destacando-se:

a) Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2017;

b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011 de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;

c) No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2018, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO n.º 1387, de 03 de agosto de 2017;

d) No âmbito da execução do OE2017: reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 25/2017, de 3 de março);

e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

No exercício de 2017 foi dada continuidade ao cumprimento do conjunto de obrigações acima referido, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria - Geral do Ministério da Economia até 2015, Secretaria - Geral do Ministério do Ambiente, desde 2016).

7.2. Análise sobre as Contas Individuais

7.2.1. Fluxos Financeiros

euros

Resultados *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Total de Rendimentos Operacionais	**11 051 513**	**9 833 423**	**11 790 175**	**1 218 090**	**12,4**
Prestação de Serviços	7 663 721	6 824 513	6 533 601	839 207	12,3
Subsídios à Exploração	1 261 532	1 300 722	1 576 926	(39 190)	(3,0)
Reversões	-	-	1 186 920	-	
Outros Rendimentos e Ganhos	2 126 260	1 708 188	2 492 729	418 072	24,5
Total de Gastos Operacionais	**20 649 866**	**18 985 270**	**19 497 578**	**1 664 597**	**8,8**
Custo Matérias Consumidas	3 185 167	2 639 986	2 994 348	545 181	20,7
Fornecimentos e Serviços Externos	5 019 320	4 758 752	4 747 429	260 568	5,5
Gastos com o Pessoal	8 416 580	7 762 714	8 481 443	653 865	8,4
Gastos de Depreciação e de Amortização	2 037 734	2 069 598	1 776 418	(31 864)	(1,5)
Perdas por Imparidade	-	25 557	3 196	(25 557)	(100,0)
Provisões do Período	-	-	616 178	-	
Outros Gastos e Perdas	1 991 066	1 728 663	878 566	262 403	15,2

Tabela 18 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2015-2017)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo no ano de 2017, caracterizou-se essencialmente, pelos seguintes factos:

a) Variação positiva de 12,4% (+1.218 mil€) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de 12,3% (+839 mil€), em **Vendas e Serviços Prestados** e de 24,5% (+418 mil€) em **Outros Rendimentos e Ganhos**. Esta melhoria é consequência do aumento da receita tarifária decorrente do aumento da procura verificado nas ligações servidas pela Transtejo (+6,2% face a 2016). Por outro lado, salienta-se um aumento de receitas das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística).

b) Os **Gastos Operacionais** inverteram a trajetória descendente dos últimos anos, com um acréscimo de 8,8% (+1.665 mil€), consequência do aumento verificado nas seguintes rubricas:

I. 20,7% (+545 mil€), em **Custo das Matérias Consumidas**, conforme detalhe no ponto 7.2.7.3 deste Relatório;

II. 5,5% (+261 mil€), em **Fornecimentos e Serviços Externos**, conforme detalhe no ponto 7.2.7.3 deste Relatório;

III. 8,4% (+654 mil€) em **Gastos com o Pessoal**, conforme detalhe no ponto 6.3 deste Relatório;

IV. 15,2% (+263 mil€), em **Outros Gastos e Perdas**, conforme detalhe no ponto 7.2.7.3 deste Relatório;

Em sentido inverso registou-se diminuição de 1,5% (-32 mil€) em **Gastos de Depreciação e de Amortização**, e de 100% (-26 mil€) nas **Perdas por Imparidade**;

c) Têm-se mantido as dificuldades em reverter a situação de défice de exploração, associado ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o Gasóleo, principal recurso consumido na atividade de exploração, as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço. Os rendimentos diretos da prestação de um serviço público com tarifário fixado administrativamente, revelam-se insuficientes para equilibrar a estrutura de resultados operacionais, não sendo este défice coberto por compensações financeiras adequadas.

d) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado pelo apoio do Estado, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento, assegurando também o apoio financeiro à participada Soflusa.

e) O cash-flow gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

euros

Demonstração dos Fluxos Caixa *(Contas individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Fluxo Atividades Operacionais	(5 501 417)	(6 270 198)	(7 956 179)	768 782	12,3
Fluxo das Atividades de Investimentos	(5 283 204)	(9 776 077)	(2 505 964)	4 492 873	46,0
Fluxo das Atividades de Financiamento	12 658 466	15 115 677	13 238 469	(2 457 211)	16,3
Variação de caixa e seus equivalentes	**1 873 846**	**(930 598)**	**2 776 326**	2 804 444	**301,4**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**2 592 472**	**3 523 070**	**746 744**	(930 598)	**26,4**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4 466 318**	**2 592 472**	**3 523 070**	1 873 846	**(72,3)**

Tabela 19 - Variação de caixa e seus equivalentes (2015-2017)

7.2.2. Modelo de Financiamento

Após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas de crédito obtidas na banca comercial, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo em financiamento de M/L Prazo.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor, é caracterizado pela concentração de todos os novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo, obtidos junto do Estado (através da DGFT), destacando-se as seguintes operações:

DATA CONTRATO	DOCUMENTO DE SUPORTE	MONTANTE	FINALIDADE
2013			
28/08/2013	Despacho nº 169/13/MEF de 23 de agosto e nº182/13/MEF de 27 de agosto	11 496 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (Banca Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	81 050 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (Banca Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	20 579 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (Banca Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	2 500 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (Banca Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	3 000 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (Banca Comercial)
		118 625 000,00	
2014			
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 500 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	707 188,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	2 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	2 268 413,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 507 577,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		7 983 178,00	
2015			
12/02/2015	Despacho nº 142/15-SET de 04 de fevereiro	4 423 741,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	1 179 020,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	3 094 939,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	3 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		11 697 700,00	
2016			
13/07/2016 d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 267 721,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
13/07/2016 d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		4 267 721,00	
2017			
27/12/2017 e)	Despacho SET de 22 de dezembro	2 500 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		2 500 000,00	

Notas:

a) *Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 107.129.000 € disponibilizado por 4 tranches (montante integralmente utilizado)*

b) *Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 7.983.178 € disponibilizado por 5 tranches (montante integralmente utilizado)*

c) *Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 11.242.162 € disponibilizado por 3 tranches (montante efetivamente utilizado = 7.273.959 €)*

d) *Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 16.911.381 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 4.267.721 €)*

e) *Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 2.500.000 € disponibilizado integralmente (montante efetivamente utilizado = 2.500.000 €)*

Tabela 20 - Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o estado (DGTF) até 31-12-2017

Montantes utilizados, conforme contratos celebrados com o ESTADO (DGTF)	
Financiamentos 2013	118 625 000,00
Financiamentos 2014	7 983 178,00
Financiamentos 2015	11 697 700,00
Financiamentos 2016	4 267 721,00
Financiamentos 2017	2 500 000,00
	145 073 599,00

Operações realizadas no período 2014-2017				
Serviço da Dívida | 2014		**JUROS**	**AMORTIZAÇÕES**	**TOTAL**
30/11/2013	31/05/2014	1 951 611,53	0,00	1 951 611,53
31/05/2014	30/11/2014	1 403 824,72	0,00	1 403 824,72
				3 355 436,25
		Conversão de créditos em Capital | 2014		**3 355 436,25**
Serviço da Dívida | 2015		**JUROS**	**AMORTIZAÇÕES**	**TOTAL**
30/11/2014	31/05/2015	1 618 710,24	9 885 416,67	11 504 126,91
31/05/2015	30/11/2015	1 393 121,63	9 885 416,67	11 278 538,30
			(a)	**22 782 665,20**
Serviço da Dívida | 2016		**JUROS**	**AMORTIZAÇÕES**	**TOTAL**
30/11/2015	31/05/2016	1 426 919,17	10 550 681,50	11 977 600,67
31/05/2016	30/11/2016	1 233 007,96	10 550 681,50	11 783 689,46
			(b)	**23 761 290,13**
		Conversão de créditos em Capital | 2016	(a) + (b)	**46 543 955,33**
Serviço da Dívida | 2017		**JUROS**	**AMORTIZAÇÕES**	**TOTAL**
30/11/2016	31/05/2017	1 171 604,95	11 525 489,83	12 697 094,79
31/05/2017	30/11/2017	1 019 576,60	11 525 489,83	12 545 066,43
				25 242 161,22
		Conversão de créditos em Capital | 2017		**25 242 161,22**

Tabela 21 - Montantes utilizados e Operações realizadas (2013-2017)

No final de 2017, o montante em dívida ao IGCP ascendia a 81.275 mil€, sendo que no exercício de 2017, o montante de apoio obtido foi de 2.500.000 €, efetuado através de um único desembolso, realizado em dezembro.

7.2.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro

A Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que, o Modelo de Financiamento seguido desde 2013, é suportado em apoio do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento.

De salientar que na sequência desse modelo de financiamento, a Transtejo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, considerando que os contratos de financiamento celebrados com o IGCP, através da DGTF são remunerados ao custo do financiamento da República.

De referir ainda que o cumprimento do serviço da dívida associado a estes financiamentos tem sido assegurado também com o apoio do Acionista Estado, através da conversão desses créditos (referentes a juros e reembolsos) em aumento de capital em espécie, conforme adiante se explicará.

Merece ainda destaque a operação realizada em fevereiro de 2017, referente ao reembolso de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55 milhões de euros. Este empréstimo tinha sido contratado em fevereiro de 2007 por um período de 10 anos, junto do DEPFA Bank, PLC.

Para fazer face à amortização deste financiamento e ao serviço da dívida referente ao período (753.877 €), a empresa recebeu dotações de capital atribuídos pela DGTF (55.000.000 €).

Como se pode verificar na tabela e gráfico seguinte, foi possível reduzir significativamente os encargos financeiros associados ao financiamento obtido.

(milhares de euros)

	2011	2012	2013	2016	2017
Taxa de Juro Efetiva	5,42%	6,89%	5,13%	2,26%	0,55%
Juros Suportados (milhares €)	7 789	10 829	8 899	3 921	2 322
Stock da Dívida (10^3 €uros)	143 629	157 240	173 625	156 701	81 275

Tabela 22 – Stock da Dívida – Evolução

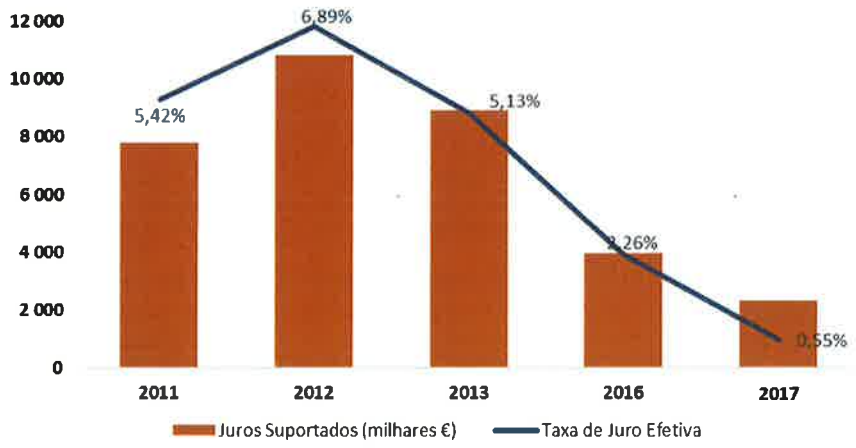

Gráfico 10 - Evolução dos Juros suportados (2011 - 2017)

7.2.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2014 constituiu o último ano de vigência do Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e a Transtejo em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar pela Transtejo no período 2012-2014.

No âmbito do referido CPSP, foram fixados os montantes das compensações financeiras mínimas por passageiro.km transportado, garantindo desse modo o apoio financeiro do Estado à prestação do serviço público de transporte.

Durante os exercícios de 2015, 2016 e 2017, a Transtejo deu continuidade à exploração do serviço público de transporte de passageiros nas ligações anteriormente contratualizadas, assegurando o mesmo nível de oferta e respeitando as condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao período de vigência do CPSP.

Importa ainda referir que, os montantes de Indemnizações Compensatórias transferidos para a Transtejo têm sido substancialmente reduzidos, sem correspondência direta com a compensação financeira unitária por passageiro.km transportado. Em 25 de setembro de 2017, foram determinados, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2017, os montantes de indemnizações compensatórias a receber referentes a 2017.

Deste modo, têm sido transferidos para a empresa, ao longo dos exercícios, os montantes correspondentes ao *plafond* atribuído pela Secretaria - Geral do Ministério do Ambiente[3] (Ministério da Economia em 2015), no âmbito da dotação inscrita por aquelas entidades coordenadoras, nos Orçamentos de Estado para 2017, 2016 e 2015, respetivamente.

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio à Transtejo durante os exercícios de 2014 a 2017.

euros

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	2014	Var. 2017/2016	
					Abs.	%
Indemnizações Compensatórias	1 094 340	1 094 340	1 515 709	5 726 632	0	0,0
Prog. Apoio Integrado a Idosos (PAII)	0	0	0	5 689	0	-
4_18 e Sub-23	76 451	72 203	38 243	64 498	4 248	0,1
Passe Social +	90 741	134 179	22 974	94 340	-43 438	(0,3)
Outros Subsídios	0	0	0	125 000	0	-
TOTAL	***1 261 532***	***1 300 722***	***1 576 926***	***6 016 158***	***-39 190***	***(3,0)***

Tabela 23 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2014-2017)

[3] Ministério do Ambiente e da Transição Energética, na sua atual designação.

Relativamente ao montante atribuído em 2017 (1.261.532,07 €) + IVA, a sua distribuição entre indemnização compensatória e compensações tarifárias aos títulos subsidiados, foi publicada na RCM n.º133/2017.

7.2.5. Investimento

No ano em análise, a despesa de investimento compreendeu:

i. O projeto plurianual de aquisição de balsas pneumáticas, para substituição de balsas rígidas, dando cumprimento à legislação em matéria de meios de salvação em navios; e
ii. Investimentos correntes que, essencialmente, englobaram investimentos em hardware, software e equipamentos de bilhética.

Foram ainda efetuadas beneficiações de infraestruturas, designadamente na remodelação de instalações sanitárias no terminal de Belém.

euros

DESPESA DE INVESTIMENTO (Contas Individuais)	2017	2016	2015
Aquisição/Construção de Pontões	0	9 776 077	0
Beneficiações de Infraestruturas	22 527	0	0
Beneficiações da Frota - *Pontão Telheiras*	0	21 950	0
Segurança Navios (Balsas)	83 043	633 807	35 041
Investimentos Correntes	436 283	61 128	13 870
Total	***541 853***	***10 492 962***	***48 910***

Tabela 24 – Despesa de Investimento (2015-2017)

7.2.6. Estrutura Patrimonial

euros

SITUAÇÃO PATRIMONIAL *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Ativo	**49 338 460**	**45 257 694**	**38 061 133**	**4 080 767**	**9,0**
Ativo não Corrente	41 772 090	39 385 004	32 085 265	2 387 086	6,1
Ativo Corrente	7 566 371	5 872 690	5 975 868	1 693 681	28,8
Capital Próprio e Passivo	**49 338 460**	**45 257 694**	**38 061 133**	**4 080 767**	**9,0**
Capital Próprio	(55 792 449)	(135 411 043)	(182 710 251)	79 618 594	-58,8
Passivo não Corrente	75 102 497	95 395 623	169 153 131	(20 293 126)	-21,3
Passivo Corrente	30 028 413	85 273 114	51 618 254	(55 244 701)	-64,8

Tabela 25 – Variação do Património (2015-2017)

- **Ativo não Corrente**

  Esta rubrica, que contempla o efeito líquido das depreciações acumuladas e a contabilização dos novos investimentos efetuados no exercício, apresentando um acréscimo de 2.387 mil€ que decorre, essencialmente, do efeito conjugado da redução dos Ativos Fixos Tangíveis em 1.598 mil€ e aumento do valor em dívida registado em "Acionistas/Sócios", em 3.768 mil€ (refletindo o aumento do financiamento concedido à participada Soflusa).

- **Ativo Corrente**

  O acréscimo de 1.694 mil€ reflete o aumento do saldo de gerência (Caixa e Depósitos Bancários) em 1.874 mil€, associado ao fluxo financeiro da operação de financiamento contratado junto da DGTF/IGCP no montante de 2.500 mil€, cujo reembolso só foi possível obter em dezembro. Contempla ainda em Outros Ativos Correntes, 319 mil€ por acréscimo de proveitos relativos a receita tarifária e em Estado e Outros Entes Públicos, uma redução da dívida, no montante de 632 mil€.

- **Capital Próprio**

  O desagravamento do Capital Próprio negativo em 79.619 mil€ resulta, essencialmente, dos seguintes efeitos conjugados:

  i. **Aumento do Capital Social**

     No montante de 91.054 mil€, comtemplando:

     → 65.812 mil€ em Dotações de Capital, atribuído sob a forma de numerário para reembolso e serviço da dívida na banca comercial associado ao empréstimo obrigacionista (55.754 mil€) realizado em fevereiro de 2017 e cobertura do Plano de Investimentos (10.058 mil€);

     → 25.242 mil€ referente a Conversão de Créditos detidos pelo Estado referentes ao serviço da dívida, contratada junto do IGCP entre 2013 e 2016;

  ii. **Aumento dos Resultados transitados negativos**
     No montante de 12.726 mil€, decorrente da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 (12.725.600,90€);

  iii. **Desagravamento do Resultado Líquido negativo do período**
     No valor de 1.067 mil€, considerando que o prejuízo de 2017 ascendeu a 11.659.069,46 €.

- **Passivo não Corrente**

  Esta rubrica reflete a variação dos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo devido a: (i) novo financiamento no montante de 2.500 mil€, contratado em 2017 (ii) transferência para passivo corrente do montante de 23.887 mil€ referente aos reembolsos a efetuar no período seguinte (vencimento a menos de 1 ano). Salienta-se, ainda, a redução da rubrica Outros Passivos Não Correntes, no montante de 652 mil€, referente à transferência para passivo corrente, dos duodécimos de subsídios ao investimento a reconhecer nos próximos 12 meses.

  O aumento de Provisões em 1.318 mil€ reflete, essencialmente, o reforço da provisão para riscos e encargos associada ao impacto financeiro do prejuízo da Participada Soflusa (Capital Próprio negativo).

- **Passivo Corrente**

  Diminuição no montante de 55.245 mil€ que resulta, das seguintes operações:

  i. Diminuição de Financiamentos Obtidos de Curto Prazo no montante de 54.359 mil€, refletindo:
     a) o reembolso do empréstimo obrigacionista (55.000 mil€);
     b) a amortização de financiamento contratado junto da DGTF, no montante de 25.242 mil€

  ii. Diminuição da dívida a Fornecedores no valor de 690 mil€, referente ao esforço de liquidação de saldos no final do período.

7.2.7. Resultados Globais

7.2.7.1 Evolução de Resultados

No exercício de 2017, a Transtejo apresenta um Resultado Líquido negativo de 11.659 mil€, o que representa um desagravamento do prejuízo em 8,4%, face ao período homólogo.

Não obstante a Transtejo ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, durante o ano de 2017, verificou-se um aumento nos **Gastos Operacionais** de 1.665 mil€ (+8,8%) face a 2016.

Este aumento resulta da impossibilidade de acomodar, essencialmente, os aumentos em Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e Gastos com Pessoal, conforme detalhe no ponto 7.2.7.3 deste Relatório.

Assinala-se um aumento dos **Rendimentos Operacionais** em 1.219 mil€ (+12,4%), de acordo com o ponto 7.2.7.2 deste Relatório.

euros

Resultados *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Total de Rendimentos Operacionais	**11 051 513**	**9 833 423**	**11 790 175**	**1 218 090**	**12,4**
Prestação de Serviços	7 663 721	6 824 513	6 533 601	839 207	12,3
Subsídios à Exploração	1 261 532	1 300 722	1 576 926	(39 190)	(3,0)
Reversões	-	-	1 186 920	-	
Outros Rendimentos e Ganhos	2 126 260	1 708 188	2 492 729	418 072	24,5
Total de Gastos Operacionais	**20 649 866**	**18 985 270**	**19 497 578**	**1 664 597**	**8,8**
Custo Matérias Consumidas	3 185 167	2 639 986	2 994 348	545 181	20,7
Fornecimentos e Serviços Externos	5 019 320	4 758 752	4 747 429	260 568	5,5
Gastos com o Pessoal	8 416 580	7 762 714	8 481 443	653 865	8,4
Gastos de Depreciação e de Amortização	2 037 734	2 069 598	1 776 418	(31 864)	(1,5)
Perdas por Imparidade	-	25 557	3 196	(25 557)	(100,0)
Provisões do Período	-	-	616 178	-	
Outros Gastos e Perdas	1 991 066	1 728 663	878 566	262 403	15,2
Resultado Operacional	**(9 598 353)**	**(9 151 846)**	**(7 707 403)**	**(446 507)**	**4,9**
EBITDA	(8 212 548)	(7 734 177)	7 094 019	(478 371)	6,2
Resultado Financeiro	**(2 029 417)**	**(3 566 563)**	**(4 198 391)**	**1 537 147**	**(43,1)**
Resultado Líquido	**(11 659 069)**	**(12 725 601)**	**(11 914 560)**	**1 066 531**	**(8,4)**

Tabela 26 - Resultados (2015-2017) - Contas Individuais

Assinala-se um agravamento no **EBITDA** negativo de 6,2%, essencialmente, gerado pelo aumento de Gastos Operacionais (+ 1.665 mil€), não acompanhado pelo crescimento dos Rendimentos.

7.2.7.2 Evolução dos Rendimentos Operacionais

Pela análise do gráfico seguinte, pode constatar-se a estabilidade da receita proveniente do serviço público de transporte. Por outro lado, evidencia-se o impacto da redução das indemnizações compensatórias, desde 2015.

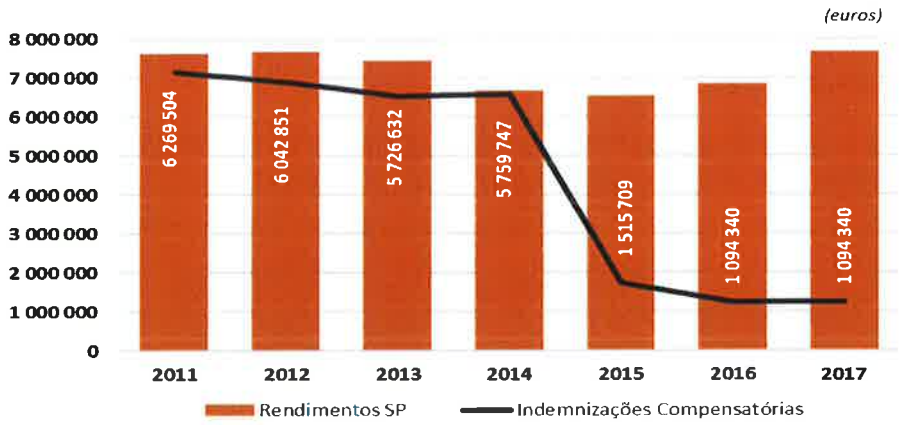

Gráfico 11 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2011-2017)

Da análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destacam-se os seguintes aspetos:

- Redução das **Compensações Tarifárias** referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub23 e Social+), no montante de 39 mil€ (-3%) face a 2016;
- As atividades assessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parques de estacionamento e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de cartões passe, apresentam uma variação positiva de 220 mil€ justificada, na sua maioria, pelo acréscimo de receita relacionada com a **Concessão à *Carristur***, **Venda de Cartões Passe** e **Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias (Soflusa)**;
- Aumento de 196 mil€ (+221,5%), em **Outros**, essencialmente, por reembolso de combustível da participada Soflusa (65 mil€), regularização de duodécimos relativos a seguros do ano de 2016 (53 mil€) e reembolso do montante relativo ao processo de aquisição de meios de salvação (100 mil€).

Euros

Rendimentos (Contas Individuais)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	**7 663 721**	**6 824 513**	**6 533 601**	**839 207**	**12,3**
Subsídios à Exploração	**1 261 532**	**1 300 722**	**1 576 926**	**-39 190**	**(3,0)**
Indemnizações Compensatórias	1 094 340	1 094 340	1 515 709	0	0,0
Compensações Tarifárias	167 192	206 382	61 217	-39 190	(19,0)
Outros subsídios à exploração	0	0	0	0	-
Outros Rendimentos e Ganhos	**2 126 260**	**1 708 188**	**2 492 729**	**418 072**	**24,5**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	1 187 879	967 922	982 251	219 957	22,7
Ganhos em investimentos não financeiros	2 465	0	243 670	2 465	-
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	651 929	651 929	1 163 034	0	(0,0)
Outros	283 987	88 337	103 774	195 650	221,5
Reversões	**0**	**0**	**1 186 920**	**0**	
TOTAL	**11 051 513**	**9 833 423**	**11 790 175**	**1 218 090**	**12,4**

Tabela 27 - Resultados (2015-2017)

Em 2017, os rendimentos de **Prestação de Serviços** representaram 68% da estrutura de rendimentos e registaram uma evolução positiva de 12.3%, relativamente ao período homólogo.

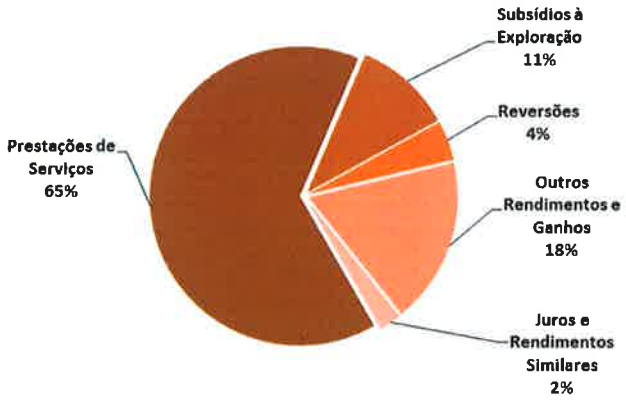

Gráfico 12 - Estrutura de Total Rendimentos TT (2017)

7.2.7.3 Gastos Totais por Natureza

O gráfico e tabela seguintes representam a estrutura dos gastos, destacando as rubricas: **Custo das Matérias Consumidas**, **Fornecimentos e Serviços Externos** e **Gastos com Pessoal**, que representam no seu conjunto, 72% do total de Gastos.

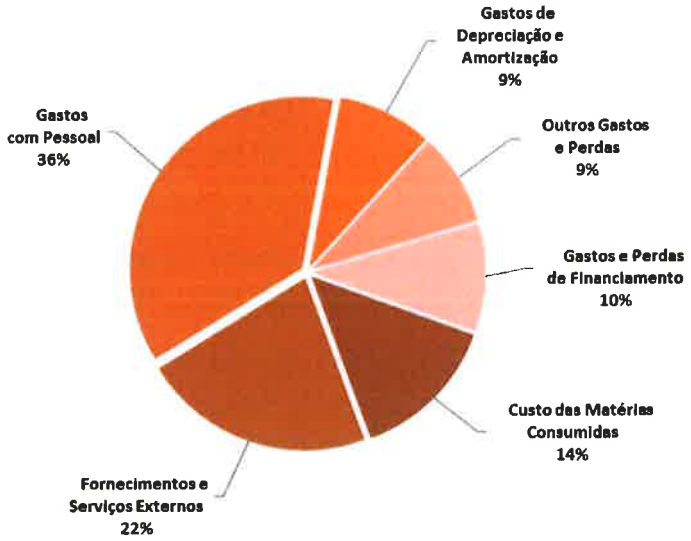

Gráfico 13 - Estrutura de Gastos TT (2017)

euros

GASTOS (Contas Individuais)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Custo das Matérias Consumidas	3 185 167	2 639 986	2 994 348	545 181	20,7
Fornecimentos e Serviços Externos	5 019 320	4 758 752	4 747 429	260 568	5,5
Gastos com Pessoal	8 416 580	7 762 714	8 481 443	653 865	8,4
Gastos de Depreciação e Amortização	2 037 734	2 069 598	1 776 418	-31 864	(1,5)
Perdas por Imparidade	0	25 557	3 196	-25 557	(100,0)
Provisões	0	0	616 178	0	
Outros Gastos e Perdas	1 991 066	1 728 663	878 566	262 403	15,2
Gastos Financeiros	2 321 800	3 921 308	4 522 197	-1 599 507	(40,8)
TOTAL	**22 971 666**	**22 906 577**	**24 019 775**	**65.089**	**0,3**

Tabela 28 - Síntese de Gastos (2015-2017)

Na análise dos **Gastos Operacionais** registados no exercício e de acordo com as tabelas seguintes, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas** (3.185 mil€) - relativamente ao período homólogo, regista-se um acréscimo nos gastos com gasóleo (+15,9% | +351 mil€) e consumo de sobressalentes (+91,5% | 181 mil€).

euros

CMCMV *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Consumo de Gasóleo	2 552 581	2 201 957	2 671 026	350 625	15,9
Consumo de Lubrificantes	56 313	60 746	59 516	-4 434	(7,3)
Consumo Material de Consumo Diverso	21 557	21 993	17 416	-436	(2,0)
Fardamentos	20 118	17 026	0	3 092	18,2
Consumo Material Fotocópia	0	0	0		
Consumo de Bilhetes	102 715	97 361	75 314	5 354	5,5
Consumo de Sobressalentes	378 909	197 888	133 733	181 021	91,5
Consumo Material de Reparações	52 975	43 016	37 343	9 959	23,2
TOTAL	***3 185 167***	***2 639 986***	***2 994 348***	***545 181***	***20,7***

Tabela 29 - Detalhe CMVMC (2015-2017)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais.

Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos 10 anos foram marcados pela irregularidade do custo médio por litro. Porém, assinala-se a tendência verificada nos últimos anos, situando-se o preço médio de 2017 ao nível dos valores registados em 2009.

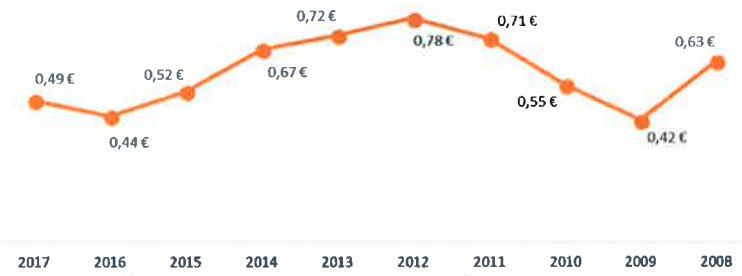

Gráfico 14 - Evolução do custo médio do Gasóleo consumido nos últimos 10 anos

Face a 2016, destaca-se o aumento do preço médio por litro (+0,05€/L) e das quantidades consumidas (+172 mil/L), conduzindo a um acréscimo global desta natureza de gastos, diretamente relacionados com a atividade de transporte.

(euros; litros)

GASÓLEO	2017	2016	2015
Gasto do consumo na operação TT	2 552 581	2 201 957	2 671 026
Quantidades consumidas	5 185 583 L	5 013 752 L	5 092 390 L
Custo médio por litro	**0,49 €\L**	**0,44 €\L**	**0,52 €\L**

Tabela 30 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2015-2017)

De salientar que os consumos de gasóleo e de materiais de reparação (designadamente sobressalentes) tem relação com o agravamento do estado de conservação da frota de navios, situação que inviabiliza ganhos de eficiência na exploração, não obstante os esforços e iniciativas desenvolvidas, nomeadamente, redução de velocidades na operação fora das horas de ponta e aos fins-de-semana, maior sensibilização dos operacionais para uma condução mais eficiente e monitorização do desempenho energético da frota, recorrendo a software específico, medidas que em 2017 continuaram a ser monitorizadas pela Gestão.

- **Fornecimentos e Serviços Externos** (5.019 mil€) - regista-se um aumento de 261 mil€ (+5,5%) face a 2016. O gráfico apresenta a distribuição de Fornecimentos e Serviços Externos referentes a 2017, distribuído pelas principais rubricas, salientando-se os Gastos de Conservação e Reparação da Frota que representaram, 32% do total de FSE.

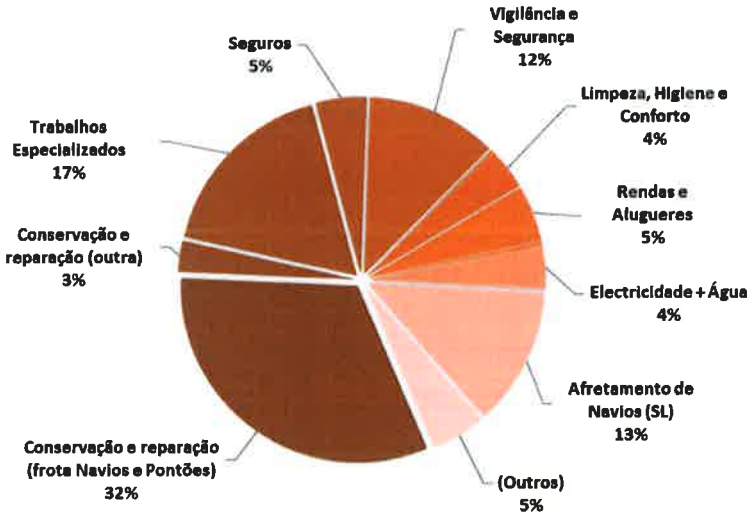

Gráfico 15 - Estrutura de FSE (2017)

Considerando o peso na estrutura dos FSE, merecem destaque as rubricas que seguidamente se apresentam, com indicação da variação face ao período homólogo:

euros

FSE *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Conservação e reparação (frota Navios e Pontões)	1 611 027	1 604 274	1 287 247	6 754	0,4
Conservação e reparação (outra)	142 226	69 533	31 264	72 693	104,5
Trabalhos Especializados	870 505	670 764	646 390	199 741	29,8
Seguros	232 061	350 770	346 641	-118 709	(33,8)
Vigilância e Segurança	599 858	606 487	551 154	-6 629	(1,1)
Combustíveis	8 261	12 933	10 335	-4 672	(36,1)
Limpeza, Higiene e Conforto	193 774	195 241	193 265	-1 466	(0,8)
Rendas e Alugueres	256 694	217 342	201 448	39 353	18,1
Comunicação	20 061	12 209	20 012	7 853	64,3
Publicidade	5 282	5 751	3 743	-470	(8,2)
Electricidade + Água	181 672	170 109	218 287	11 564	6,8
Honorários	10 909	11 970	36 575	-1 061	(8,9)
Afretamento de Navios (SL)	634 700	528 000	985 500	106 700	20,2
Outros Afretamentos	1 388	12 258	5 571	-10 870	(88,7)
(Outros)	250 901	291 113	209 996	-40 212	(13,8)
TOTAL	***5 019 320***	***4 758 752***	***4 747 429***	***260 568***	***5,5***

Tabela 31 - Detalhe de FSE (2015-2017) - Contas Individuais

i. **Conservação e Reparação da Frota** (+0,4%) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

   O ligeiro aumento verificado nesta rubrica, no montante de 7 mil€, reflete o esforço de recuperação do plano de intervenções na frota de navios, apesar do constrangimento orçamental a que a empresa esteve sujeita;

ii. **Trabalhos Especializados** (+29,8%) - Rubrica que Inclui o serviço externo de amarração prestado nas operações de atracação e contempla na sub-conta "assistências e avenças" os vários contratos de prestação de serviços de assistência técnica (manutenção de equipamentos em regime de contrato de avença).

   Contempla ainda, trabalhos especializados diretamente associados às atividades de manutenção da frota (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe);

iii. **Afretamento de Navios** (à SL) (+20,2%) - Operação intra-grupo, associada à utilização dos navios Pedro Nunes e Cesário Verde da Soflusa, por parte da Transtejo, no âmbito de contrato de aluguer;

iv. **Vigilância e Segurança** (-1,1%) - Gastos decorrentes do serviço de vigilância e segurança humana prestado nos Terminais Fluviais da empresa e serviços externos de logística, recolha e transporte de valores.

v. **Gastos com Pessoal** (8.417 mil€) - Apresenta um aumento de 654 mil€ (+8,4%) face a 2016, refletindo os efeitos das políticas salariais decorrentes da Lei do OE2017, conforme referido no ponto 6.3 deste Relatório.

euros

Gastos com Pessoal *(Contas Individuais)*	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Remunerações dos Órgãos Sociais	263 765	236 461	213 326	27 305	11,5
Remunerações do Pessoal	5 819 716	5 311 882	5 558 796	507 834	9,6
Indemnizações	0	123 728	444 376	-123 728	(100,0)
Encargos sobre Remunerações	1 496 146	1 320 070	1 435 879	176 076	13,3
Outros Gastos com Pessoal - Processamento	593 444	532 710	632 793	60 734	11,4
Gastos extra processamento [1]	243 508	237 863	206 668	5 644	2,4
TOTAL	8 416 580	7 762 714	8 491 839	653 865	*8,4*

Notas:
(1) - Inclui: seguros, fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 32 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2015-2017) - Contas Individuais

De salientar a redução face a 2016 do valor referente a indemnizações por rescisão (-124 mil€), considerando que das 11 saídas ocorridas, não se registou nenhuma por "mútuo acordo", conforme detalhe no ponto 6.1 deste Relatório.

Gastos de Depreciação e Amortização (2.038 mil€) - diminuição de 32 mil€ (-1,5%) face ao período homólogo, em consequência de abate de um conjunto de ativos (essencialmente, equipamentos administrativos).

Outros Gastos e Perdas (1.992 mil€) - aumento de 263 mil€ (+15,2%) em relação ao ano transato, essencialmente, explicado pelo aumento do valor resultante do registo por equivalência patrimonial, do prejuízo da subsidiária Soflusa (+302 mil).

Gastos e Perdas de Financiamento (2.322 mil€) - diminuição de 1.600 mil€ (-40,8%) em relação ao período homólogo, decorrente do reembolso do Empréstimo Obrigacionista, no montante de 55.000 mil€, em fevereiro de 2017. Esta rubrica inclui juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo Estado, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos e os últimos encargos financeiros associados ao empréstimo obrigacionista referido (apenas 2 meses),

euros

Gastos de Financiamento (Contas Individuais)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Juros de Financiamentos Obtidos	2 120 774	2 398 143	3 117 280	-277 369	(11,6)
Empréstimo Obrigacionista	143 460	1 339 795	1 430 984	-1 196 335	(89,3)
Outros Juros	1 343	15 774	302 784	-14 431	(91,5)
Outros Gastos de Financiamento	56 222	167 595	110 611	-111 373	(66,5)
TOTAL	2 321 800	3 921 308	4 961 660	-1 599 507	*(40,8)*

Tabela 33 - Gastos de Financiamento (2015-2017)

De acordo com o gráfico seguinte - evolução registada nas grandes rubricas de gastos no período de 2015 a 2017 - verifica-se que:

i. **Outros Gastos de Funcionamento** registaram um aumento o que implicou o não cumprimento do objetivo estabelecido no n.º 2, do artigo 44º, da Lei n.º 42/2016[4], de 28 de dezembro (Lei OE 2017), de acordo com razões enumeradas, anteriormente, neste Relatório;

ii. **Gastos com Pessoal** assinalaram um aumento, no entanto, excecionado pelo mesmo artigo da Lei do OE 2017, referido no ponto anterior;

iii. **Juros e Gastos Similares** e **Amortizações e Provisões** mantiveram o sentido descendente face a 2015.

No entanto, ressalvam-se as autorizações obtidas junto da Tutela no que diz respeito à dispensa do cumprimento do nº 1, do artigo 49º[5], da Lei do OE2017, permitindo excecionamento relativamente à assunção de encargos com conservação e reparação da frota. Foram ainda autorizadas descativações parciais dos montantes retidos no agrupamento "aquisição de bens e serviços", para assegurar o enquadramento orçamental, das referidas intervenções na frota, especificamente identificadas no ponto 2 deste Relatório.

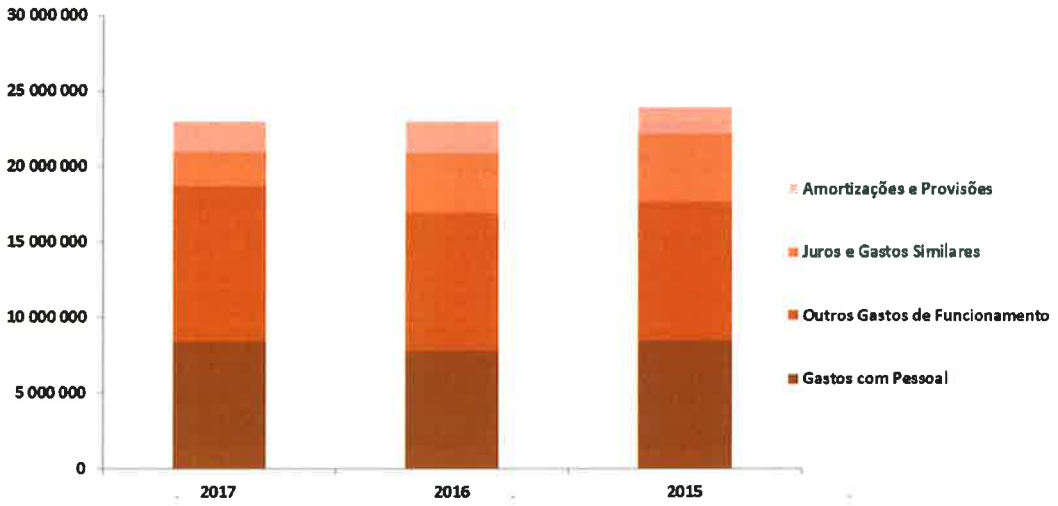

Gráfico 16 – Evolução dos Gastos Totais (2017-2015)

Conforme se demonstra na tabela seguinte, a Transtejo superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2017/2010, atingindo a redução global de 21,4%, em cumprimento

[4] *"Artigo 44.º - Gastos operacionais das empresas públicas*
1 - As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto -lei de execução orçamental
2 - Sem prejuízo do número anterior, apenas podem ocorrer aumentos dos encargos com pessoal relativamente aos valores de 2016 nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental."

[5] *"Artigo 49.º - Encargos com contratos de aquisição de serviços*

do PRC[6] no âmbito das orientações emitidas pela DGTF, que determinavam redução de 15% no total de custos referidos no quadro infra, face a 2010.

euros

Rubricas	2017	2016	2015	2010	Var. 2017/2010	
					Abs.	%
Consumos	3 185 167	2 639 986	2 994 348	3 533 362	(348 195)	(9,85)
Fornecimentos e serviços externos	5 019 320	4 758 752	4 747 429	8 078 428	(3 059 108)	(37,87)
Gastos com Pessoal	8 416 580	7 762 714	8 481 443	9 546 119	(1 129 540)	(11,83)
TOTAL	16 621 067	15 161 452	16 223 220	21 157 909	-4 536 843	*(21,4)*

Tabela 34 – Plano de Redução dos Gastos (2010-2017)

[6] "Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016."

7.3. Análise sobres as Contas Consolidadas

7.3.1.Fluxos Financeiros

euros

Resultados (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Total de Rendimentos Operacionais	**22 703 634**	**20 806 206**	**24 496 253**	**1 897 429**	**9,1**
Prestação de Serviços	16 659 541	15 283 590	14 770 905	1 375 951	9,0
Subsídios à Exploração	1 795 838	1 806 919	2 064 478	(11 081)	(0,6)
Reversões	4 500	-	1 186 920	4 500	
Outros Rendimentos e Ganhos	4 243 756	3 715 697	6 473 950	528 059	14,2
Total de Gastos Operacionais	**32 006 929**	**29 676 465**	**31 874 534**	**2 330 464**	**7,9**
Custo Matérias Consumidas	6 171 811	5 536 728	6 301 968	635 083	11,5
Fornecimentos e Serviços Externos	7 862 147	7 700 491	7 598 373	161 656	2,1
Gastos com o Pessoal	12 369 362	11 440 327	12 390 776	929 035	8,1
Gastos de Depreciação e de Amortização	4 556 454	4 554 059	4 371 972	2 395	0,1
Perdas por Imparidade	14 797	39 974	224 328	(25 177)	(63,0)
Provisões do Período	626 326	65 031	643 036	561 295	863,1
Outros Gastos e Perdas	406 032	339 855	344 081	66 176	19,5

Tabela 35 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2015-2017)

Em 2017, o desempenho económico e financeiro do Grupo Transtejo caracterizou-se fundamentalmente pelas seguintes variações:

a) Aumento dos **Rendimentos Operacionais** (9,1%) com destaque para o crescimento verificado nos réditos relativos à Prestação de Serviços relacionados com o transporte de passageiros (9%), conforme analisado anteriormente neste documento. Por outro lado, salienta-se o aumento na rubrica **Outros Rendimentos e Ganhos** (14,2%) devido essencialmente à receita das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística).

b) Relativamente aos **Gastos Operacionais** verificou-se um acréscimo (7,9%) para o qual contribuíram as seguintes rubricas:
   - **Custo das Matérias Consumidas** (11,5%), com origem no gasto com gasóleo e sobressalentes;
   - **Gastos com Pessoal** (8,1%), reflete o resultado da reversão total das reduções remuneratórias, bem como a reposição parcial das progressões e acréscimo de outros abonos. De referir ainda, a diminuição do efetivo no período de 2017 a 2015.
   - **Perdas por Imparidade** (-63%), diminuição das imparidades sequência de abate de sobressalentes sem rotação e/ou obsoletos.
   - **Provisões do Período** (863,1%), regista um aumento, essencialmente para fazer face a sentenças decorrentes de processo judiciais em curso.
   - **Outros Gastos e Perdas** (19,5%), para esta variação contribuiu essencialmente os sinistros de navios na rubrica Gastos e Perdas em Investimentos não financeiros.

7.3.2. Modelo de Financiamento

Desde 2013 que as empresas do Grupo Transtejo integram o perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos. Desta reclassificação a Transtejo e a Soflusa, deixaram de recorrer a financiamentos junto da Banca Comercial passando essas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Acionista em conformidade com o estipulado na legislação em vigor (EPR).

euros

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Fluxo Atividades Operacionais	(7 564 383)	(7 961 375)	(10 711 342)	396 992	5,0
Fluxo das Atividades de Investimentos	(1 542 535)	(9 776 077)	2 663 920	8 233 543	84,2
Fluxo das Atividades de Financiamento	12 635 894	15 115 656	13 238 469	(2 479 762)	16,4
Variação de caixa e seus equivalentes	**3 528 977**	**(2 621 796)**	**5 191 047**	6 150 772	**234,6**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**4 006 932**	**6 628 728**	**1 437 681**	(2 621 796)	**39,6**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**7 535 908**	**4 006 932**	**6 628 728**	3 528 977	**(88,1)**

Tabela 36 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2015-2017)

7.3.3. Investimento

Considerando as restrições financeiras e orçamentais, o cumprimento do Plano de Investimentos do Grupo teve como consequência o adiamento de alguns projetos.

Em 2017 a despesa de investimento realizada ascendeu a 1.348 mil€. A tabela seguinte apresenta os investimentos mais relevantes na Transtejo e na Soflusa.

euros

	Contas Individuais				
DESPESA DE INVESTIMENTO	**TT 2017**	**SL 2017**	**2017**	**2016**	**2015**
Aquisição/Construção de Pontões	0	0	0	9 776 077	0
Beneficiações de Infraestruturas (ILD's)	22 527	0	22 527	0	0
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	0	682 751	682 751	21 950	0
Segurança Navios (Balsas)	83 043	0	83 043	709 538	39 200
Investimentos Correntes	436 283	123 206	559 489	61 808	13 870
Total	***541 853***	***805 957***	***1 347 810***	***10 569 372***	***53 070***

Tabela 37 - Contas Consolidadas - Despesa de Investimento (2015-2017)

7.3.4. Estrutura Patrimonial

euros

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Ativo	**53 555 852**	**53 197 792**	**48 468 820,19**	**358 061**	**0,7%**
Ativo não Corrente	41 741 287	44 835 175	38 819 862	(3 093 889)	-6,9%
Ativo Corrente	11 814 566	8 362 616	9 648 958	3 451 949	41,3%
Capital Próprio e Passivo	**53 555 852**	**53 197 792**	**48 468 820,19**	**358 061**	**0,7%**
Capital Próprio	(55 792 449)	(135 411 043)	(182 710 251)	79 618 594	-58,8%
Passivo não Corrente	77 088 812	100 099 840	176 831 394	(23 011 028)	-23,0%
Passivo Corrente	32 259 489	88 508 995	54 347 678	(56 249 505)	-63,6%

Tabela 38 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2015-2017)

No decorrer do ano de 2017 a posição financeira consolidada apresenta as seguintes variações:

- Redução da rubrica do **Ativo não Corrente** (-6,9%) reflete essencialmente as depreciações anuais (-4.556 mil€) e as novas capitalizações associadas ao Plano de Investimentos do Grupo (1.348 mil€);

- Aumento da rubrica **Ativo Corrente** que decorre essencialmente da variação registada no saldo de disponibilidades (+3.529 mil€) situação já referida na análise às contas individuais;

- A rubrica do **Capital Próprio** reflete, fundamentalmente, o aumento do **Capital Social** no montante de 91.054 mil€, o aumento dos **Resultados Transitados** negativos, resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 no montante de -12.726 mil€, e o impacto do Resultado Líquido de 2017, negativo em 11.659 mil€;

- A variação da rubrica **Passivo não Corrente** decorre dos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo (novo financiamento no montante de 2.500 mil€, contratado em 2017 e transferência para passivo corrente no montante de 23.763 mil€), e da redução da rubrica Diferimentos no montante de 652 mil€ (transferência para Passivo Corrente dos subsídios ao investimento a reconhecer nos próximos 12 meses).

- A redução da rubrica **Passivo Corrente** resulta da diminuição de (i) Financiamentos Obtidos no montante de 54.359, mil€, (ii) da diminuição da Dívida a Fornecedores no montante de 1.374 mil€ e (iii) diminuição de Outras Dívidas a Pagar no montante de 456 mil€, situação já referida na análise às contas individuais.

7.3.5. Resultados Globais

7.3.5.1. Evolução de Resultados

euros

Resultados (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
EBITA *(Cash-flow Operacional)*	(6 962 207)	(6 531 567)	(5 732 781)	(430 640)	6,6
EBIT *(Resultado Operacional)*	(9 303 295)	(8 870 260)	(7 378 281)	(433 035)	4,9
RESULTADO LÍQUIDO	(11 659 069)	(12 725 601)	(11 858 134)	1 066 531	-8,4

Tabela 39 - Contas Consolidadas - Resultados (2015-2017)

O **Resultado Líquido** apurado em 2017 para o Grupo Transtejo foi negativo em 11.659.069 €, refletindo, porém, um desagravamento do prejuízo de 8,4% face ao período homólogo.

Tal como já referido na análise das contas individuais da Transtejo os resultados revelam um agravamento do Resultado Operacional e do Cash-flow Operacional, que se apresentam mais negativos face ao período homólogo.

Importa, porém, salientar que estes resultados não são consequência de ineficiências ou de agravamento dos níveis de desempenho operacional. Traduzem sim, o esforço da Gestão em recuperar os níveis de atividade e superar os constrangimentos decorrentes da indisponibilidade de recursos (meios humanos e materiais) para assegurar a prestação de serviço público em ambas as empresas.

A melhoria alcançada nos resultados líquidos deve-se exclusivamente à função financeira, refletindo o efeito da redução dos níveis de endividamento.

7.3.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

O gráfico seguinte ilustra a evolução positiva dos rendimentos operacionais. Por outro lado, destaca-se o impacto da redução das indemnizações compensatórias , desde 2015.

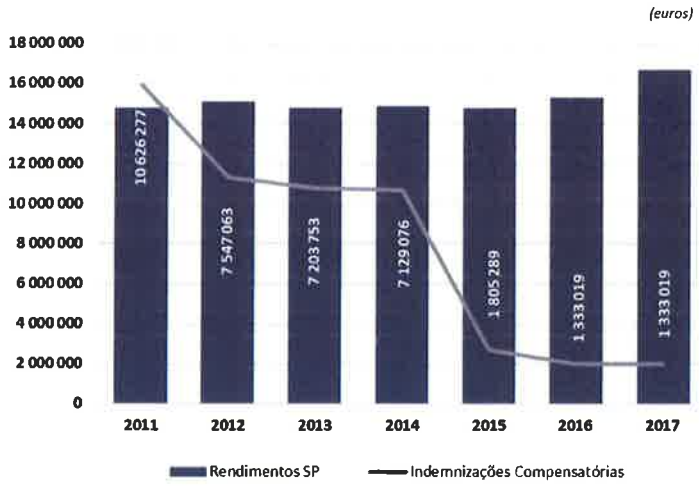

Gráfico 17 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2017-2011)

Conforme se pode verificar na tabela seguinte os rendimentos apresentam uma variação de +9,1%, face ao período homólogo, sendo de destacar os seguintes aspetos: (i) o aumento dos rendimentos do serviço público em 9% (ii) a redução das Compensações Tarifárias em 2,3% (iii) aumento das atividades não transporte em 10,2% (Alugueres, venda de cartões passe, atividade turística).

euros

RENDIMENTOS (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Rendimento do Serviço Público	16 659 541	15 283 590	14 770 905	1 375 951	9,0
Subsídios à Exploração	1 795 838	1 806 919	2 064 478	-11 081	(0,6)
Indemnizações Compensatórias	1 333 019	1 333 019	1 805 289	0	-
Compensações Tarifárias	462 819	473 900	259 189	-11 081	(2,3)
Outros subsídios à exploração	0	0	0	0	-
Outros Rendimentos e Ganhos	4 243 756	3 715 697	6 473 950	528 059	14,2
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	1 556 704	1 412 305	1 355 080	144 398	10,2
Ganhos em investimentos não financeiros	0	0	2 286 270	0	-
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	2 215 366	2 215 366	2 726 472	0	(0,0)
Outros	471 686	88 025	106 128	383 661	435,9
Reversões	4 500	0	1 186 920	4 500	
TOTAL	22 703 634	20 806 206	24 496 253	1 897 429	9,1

Tabela 40 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2015-2017)

7.3.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza

Na análise dos Gastos Operacionais registados em 2017, merecem referência as rubricas **Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal** que representam no seu conjunto 77% do total de Gastos.

euros

GASTOS (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	%
Custo das Matérias Consumidas	6 171 811	5 536 728	6 301 968	635 083	11,5
Fornecimentos e Serviços Externos	7 862 147	7 700 491	7 598 373	161 656	2,1
Gastos com Pessoal	12 369 362	11 440 327	12 390 776	929 035	8,1
Gastos de Depreciação e Amortização	4 556 454	4 554 059	4 371 972	2 395	0,1
Perdas por Imparidade	14 797	39 974	224 328	-25 177	(63,0)
Provisões	626 326	65 031	643 036	561 295	863,1
Outros Gastos e Perdas	406 032	339 855	344 081	66 176	19,5
Gastos Financeiros	2 321 800	3 921 308	4 522 197	-1 599 507	(40,8)
TOTAL	**34 328 729**	**33 597 773**	**36 396 730**	**730 956**	**2,2**

Tabela 41 - Contas Consolidadas - Gastos (2015-2017)

a) **Custo das Matérias Consumidas** apresenta uma variação de 11,5%. Para este acréscimo contribuíram as variações registadas nas rubricas Consumo de Gasóleo (+452 mil€) e Consumo de Sobressalentes (+181 mil€).

euros

CMVMC (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	%
Consumo de Gasóleo	5 457 011	5 005 504	5 884 828	451 507	9,0
Consumo de Lubrificantes	105 164	119 324	113 409	-14 160	(11,9)
Consumo Material de Consumo Dive	21 557	21 993	17 416	-436	(2,0)
Fardamentos	20 118	17 026	0	3 092	18,2
Consumo Material Fotocópia	0	25 530	0	-25 530	(100,0)
Consumo de Bilhetes	136 078	106 448	115 240	29 630	27,8
Consumo de Sobressalentes	378 909	197 888	133 733	181 021	91,5
Consumo Material de Reparações	52 975	43 016	37 343	9 959	23,2
TOTAL	**6 171 811**	**5 536 728**	**6 301 968**	**635 083**	**11,5**

Tabela 42 - Contas Consolidadas - CMVMC (2015-2017)

Importa referir que a variação do preço do gasóleo é uma variável exógena, forte condicionante na prossecução dos objetivos de redução dos gastos operacionais, situação já referida na análise às contas individuais.

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** apresenta uma variação de 2,1% face a 2016, contudo salientam-se os gastos de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões) que representam 45% da estrutura de gastos de FSE.

euros

FSE (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	%
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	3 532 967	3 731 864	3 280 559	-198 897	(5,3)
Conservação e reparação (outra)	171 769	91 943	40 817	79 826	86,8
Trabalhos Especializados	1 154 658	932 641	919 177	222 017	23,8
Seguros	659 149	593 509	910 966	65 640	11,1
Vigilância e Segurança	950 517	964 867	935 249	-14 350	(1,5)
Combustíveis	14 891	16 352	14 426	-1 462	(8,9)
Limpeza, Higiene e Conforto	343 633	335 302	334 787	8 330	2,5
Rendas e Alugueres	302 827	398 012	396 856	-95 186	(23,9)
Comunicação	21 986	14 134	23 349	7 852	55,6
Publicidade	5 853	8 713	5 990	-2 861	(32,8)
Electricidade + Água	359 874	237 329	338 134	122 545	51,6
Honorários	14 214	13 770	46 640	444	3,2
Outros Afretamentos	1 388	13 402	5 571	-12 014	(89,6)
(Outros)	328 423	348 652	345 851	-20 230	(5,8)
TOTAL	**7 862 147**	**7 700 491**	**7 598 373**	**161 656**	**2,1**

Tabela 43 - Contas Consolidadas - FSE (2015-2017)

Da análise comparativa dos FSE destacam-se as principais variações, face a 2016:

- **Conservação e Reparação da Frota** constitui a principal natureza de Gastos Operacionais em FSE com uma variação negativa de 5,3%, englobando gastos referentes a estaleiros, oficinas e diversos e apoio técnico especializado à frota de navios.

- A rubrica Conservação e Reparação (outra) apresenta uma variação positiva 86,6%. Esta rubrica evidencia a manutenção de instalações (infraestruturas);

- **Trabalhos Especializados** regista uma variação de 23,8%. Contempla essencialmente contratos de prestação de serviços (assistência e avenças) e serviços de auditoria financeira e apoio de consultoria;

- **Rendas e Alugueres** apresenta uma variação negativa de 23,9%. Reflete os gastos com o arrendamento temporário para uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo (Doca 13) e a concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e Barreiro.

- **Seguros** regista uma variação de 11,1%: Destacam-se pelo maior valor envolvido, os prémios de cobertura de riscos referentes ao ramo marítimo-cascos e os seguros de responsabilidade civil (passageiros).

c) **Gastos com Pessoal** apresentam uma variação de 8,1% face a 2016. O aumento verificado nesta rubrica deve-se essencialmente a (i) reversão das reduções remuneratórias e da reposição parcial de componentes da massa salarial (ii) reposição de 50% dos direitos adquiridos, conforme determinado

na lei do OE2017 e (iii) promoção de técnicos administrativos de acordo com o AE das Empresas Transtejo e Soflusa.

euros

Gastos com Pessoal (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Remunerações dos Órgãos Sociais	263 765	236 461	213 326	27 305	11,5
Remunerações do Pessoal	8 571 694	7 916 512	8 207 193	655 183	8,3
Indemnizações	65 017	144 089	624 064	-79 072	(54,9)
Encargos sobre Remunerações	2 181 667	1 979 136	2 105 257	202 531	10,2
Outros Gastos com Pessoal - *Processamento*	877 137	817 359	927 809	59 778	7,3
Gastos extra processamento [1]	410 082	346 770	313 128	63 312	18,3
TOTAL	12 369 362	11 440 327	12 390 776	929 035	*8,1*

Tabela 44 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2015-2017)

d) **Provisões** regista um aumento significativo (561mil€). O reforço das provisões do exercício visa reconhecer o risco associado a processos judiciais, em curso, relacionados com a componente remuneratória de colaboradores, no âmbito da reclamação apresentada pelo Sindicato da Marinha Mercante.

e) **Gastos e Perdas de Financiamento** esta rubrica regista uma variação de -40,8%. Para esta diminuição contribuiu essencialmente, o reembolso do empréstimo obrigacionista no montante de 55.000 mil€ em fevereiro de 2017.

euros

Gastos de Financiamento (Contas Consolidadas)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Juros de Financiamentos Obtidos	2 120 774	2 398 143	3 096 151	-277 369	(11,6)
Empréstimo Obrigacionista	143 460	1 339 795	1 369 824	-1 196 335	(89,3)
Outros Juros	1 343	15 774	0	-14 431	(91,5)
Outros Gastos de Financiamento	56 222	167 595	56 222	-111 373	(66,5)
TOTAL	2 321 800	3 921 308	4 522 197	-1 599 507	*(40,8)*

Tabela 45 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2015-2017)

O gráfico seguinte evidencia a evolução registada nas grandes rubricas de gastos no período de 2015 a 2017. Neste contexto merecem referência as rubricas:

i. **Outros Gastos de Funcionamento (Operacionais)** - registaram um aumento, o que condiciona o cumprimento do objetivo estabelecido no n.º 2, do artigo 44º, da Lei n.º 42/2016 , de 28 de dezembro (Lei OE 2017), de acordo com razões enumeradas, anteriormente, neste Relatório;

ii. **Gastos com Pessoal** assinalaram um aumento, no entanto, excecionado pelo mesmo artigo da Lei do OE 2017, referido no ponto anterior;

iii. **Juros e Gastos Similares e Amortizações e Provisões** mantiveram o sentido descendente face a 2016.

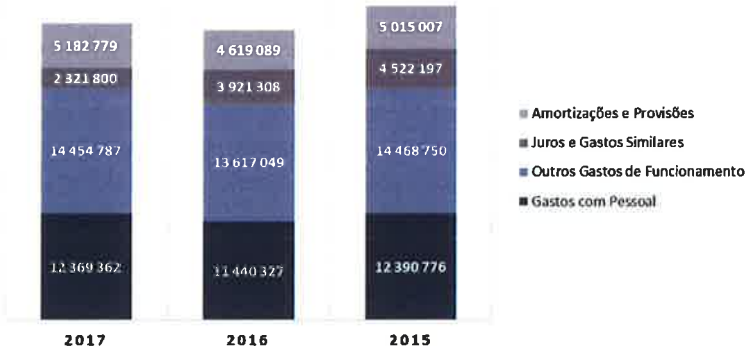

Gráfico 18 - Contas Consolidadas - Evolução de Gastos Totais (2017-2015)

No entanto, ressalva-se as autorizações obtidas junto da Tutela no que diz respeito à dispensa do cumprimento do nº 1, do artigo 49º , da Lei do OE 2017, permitindo excecionamento para assunção de encargos com a frota.

8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2017, transmitidas através do Ofício-Circular DGTF n.º 712, de 07.02.2018, elaborou um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2017, que será publicado em documento autónomo.

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, Objetivos e Politicas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais e Comissões**	√		√	
A.	Mesa da Assembleia Geral	√		√	
B.	Administração e Supervisão	√		√	
C.	Fiscalização	√		√	
D.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
E.	Auditor Externo	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especias de informação	√		√	
E.	Sítio de internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Orgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	

Tabela 46 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - http://www.dgtf.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017", de 7 de fevereiro de 2018, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O quadro seguinte sistematiza um conjunto de indicadores de acompanhamento extraídos do PAO de 2017 permitindo monitorizar os objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Transtejo.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO (Perspetiva: Contas Individuais)	PAO 2017 *	REAL 2017	Variação
1 **Consumo de combustível por LKO *(litros)***			
Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,024 L	0,024 L	0,000 L
2 **Gastos de Manutenção por LKO (€)**			
Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,024 €	0,008 €	-0,015 €
3 **Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**			
Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais (€)	28,6%	55,1%	26,6%
4 **Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**			
Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados	3,28 €	0,99 €	-2,29 €
5 **Margem do EBITDA**			
EBITDA (€) / Volume de Negócios	-271,5%	-107,2%	164,3%
6 **Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***			
a) **Nº Reclamações por mil PT**		0,10	
b) **Regularidade**		98,6%	
c) **Nº acidentes com passageiros por mil PT**		0,001	

*Perpestiva: Contas Individuais

Tabela 47 - Indicadores de Acompanhamento 2017

De acordo com o quadro acima, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiadas nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 6) - ainda que não tenha sido definido objetivo para 2017 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi de 98,6%;

- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 1, 2 e 4) - os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam melhorias face ao previsto;
- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 3 e 5) - a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2017 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

euros

INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais)	PAO 2017 *	REAL 2017	Variação	
			Abs.	%
Rendimentos Operacionais[1]	**8 996 516**	**10 399 584**	**1 403 068**	**13,5%**
72 Prestações de seviços	6 802 707	7 663 721	861 014	11,2%
75 Subsídios à exploração	1 300 721	1 261 532	(39 189)	-3,1%
78 Outros rendimentos e ganhos[1]	893 088	1 474 331	581 243	39,4%
Gastos Operacionais[2]	**21 664 502**	**16 835 842**	**(4 828 660)**	**-28,7%**
61 Custo das mercadorias e das matérias consumidas	3 805 904	3 185 167	(620 737)	-19,5%
62 Fornecimentos e serviços	9 590 476	5 019 320	(4 571 156)	-91,1%
63 Gastos com pessoal	8 230 757	8 416 580	185 823	2,2%
68 Outros gastos e perdas *	37 365	214 776	177 411	82,6%
EBITDA *(Ajustado)*[3]	**(12 667 985)**	**(6 436 258)**	**6 231 727**	**-96,8%**
Resultado Operacional	**(20 272 846)**	**(9 598 353)**	**10 674 493**	**-111,2%**
Resultado Líquido	**(23 156 450)**	**(11 659 069)**	**11 497 380**	**-98,6%**
Gasóleo - Custo Total	**2 704 000**	**2 552 581**	**-151 419**	**-5,9%**
Consumo *(litros)*	5 200 000 L	5 185 583 L	-14 417 L	-0,3%
Preço médio / litro	0,52	0,49	-0,03	-5,6%
Plano de Investimentos	**3 180 496**	**541 854**	**-2 638 642**	**-487,0%**
Frota - Navios e Pontões *(Material Circulante)*	750 000	-	(750 000)	
Infraestruturas *(ILD)*	1 654 750	22 527	(1 632 223)	-7245,6%
Investimentos Correntes				
- Segurança	190 000	83 043	(106 957)	-128,8%
- Tecnologias de Informação	184 946	172 373	(12 573)	-7,3%
- Bilhética e Controlo de Acessos	236 000	167 462	(68 538)	-40,9%
- Outros	164 800	96 449	(68 351)	-70,9%
Quadro de Pessoal[4]	**315**	**311**	**-4**	**-1,3%**
Nº Orgãos Sociais	8	10	2	20,0%
Nº Cargos de Direção	3	10	7	70,0%
Nº Trabalhadores	304	291	-13	-4,5%

Notas:

1 - Exlui Subsídios ao Investimento
2 - Exlui Amortazições, Provisões e Ajustamentos
3 - Exclui rubricas Non-Cash (referidas em 1 e 2)
4 - Unidade: número

** Exclui equivalência patriminial (participada Soflusa)*

Tabela 48 - Indicadores de Execução PAO (2017)

1.c) Grau de Execução do Orçamento

O quadro seguinte evidencia o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE:

euros

RUBRICAS	PO 2017 [1]	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017		VARIAÇÃO		GRAU EXECUÇÃO
		Dotações Corrigidas [2]	Receita Cobrada [3]	Abs. [4]=[2]-[1]	% [5]=[4]/[1]	% [6]=[3]/[2]
ORÇAMENTO DA RECEITA	100 061 502	102 085 573	83 993 229	2 024 071	2,0%	82%
TOTAL Receita de ATIVIDADES	**12 044 900**	**12 003 357**	**13 088 798**	**(41 543)**	**-0,3%**	**109%**
05 Rendimentos da Propriedade	-	-	143 969	-		
06 Transferências Correntes	1 378 806	1 337 224	1 337 224	(41 582)	-3,0%	100%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	7 803 953	7 803 992	9 152 296	39	0,0%	117%
08 Outras Receitas Correntes	2 862 141	2 862 141	2 455 309	-	0,0%	86%
TOTAL Receita de PROJETOS	**88 016 602**	**87 489 744**	**68 311 959**	**(526 858)**	**-0,6%**	**78%**
12 Passivos Financeiros	88 016 602	87 489 744	68 311 959	(526 858)	-0,6%	78%
TOTAL Saldo de Gerência	-	**2 592 472**	**2 592 472**	**2 592 472**		
16 Saldo de Gerência	-	2 592 472	2 592 472	2 592 472		100%

[1] Proposta Orçamental da RECEITA
[2] Orçamento Aprovado (com alterações orçamentais)

euros

RUBRICAS	PO 2017 [1]	I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017			VARIAÇÃO		GRAU EXECUÇÃO
		Dotações Corrigidas [2]	Cativos [3]	Despesa Paga [4]	Abs. [5]=[2]-[1]	% [6]=[5]/[1]	% [7]=[4]/[2-3]
ORÇAMENTO DA DESPESA	100 061 502	96 963 554	6 792 912	79 526 911	-3 097 948	-3,1%	88%
TOTAL Despesa de ATIVIDADES	**93 735 767**	**92 627 008**	**6 792 912**	**78 619 558**	**-1 108 759**	**-1,2%**	**92%**
01 Despesas com Pessoal	7 832 494	8 433 122	-	7 943 419	600 628	7,7%	94%
02 Aquisições de Bens e Serviços	20 948 075	19 885 039	6 075 652	10 217 070	-1 063 036	-5,1%	74%
03 Juros e Outros Encargos	726 753	753 878	-	753 877	27 125	3,7%	100%
04 Sociedades e Quase Soc não Financeiras	402	401	401	-	-1	-0,2%	
06 Outras Despesas Correntes	1 088 359	941 742	716 859	186 577	-146 617	-13,5%	83%
09 Ativos Financeiros	8 453 938	7 612 826	-	4 518 615	-841 112	-9,9%	59%
10 Passivos Financeiros	54 685 746	55 000 000	-	55 000 000	314 254	0,6%	100%
TOTAL Despesa de PROJETOS	**6 325 735**	**4 336 546**	-	**764 589**	**(1 989 189)**	**-31,4%**	**18%**
07 Aquisição de Bens e Capital	6 325 735	4 336 546	-	764 589	(1 989 189)	-31,4%	18%
TOTAL Operações de Tesouraria	-	-	-	**142 764**	**0**		
12 Outras Operações de Tesouraria	-	-	-	142 764	0		

[1] Proposta Orçamental da DESPESA
[2] Orçamento Aprovado (com alterações orçamentais)

euros

RUBRICAS	Dotações Liquidas de Cativos [8=[2]-[3]	II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017			
		Compromissos Assumidos [9]	Síntese Execução (Dot. Não Comprometida)		Compromissos Por Pagar [12]=[9]-[4]
			Abs. [10]=[8]-[9]	% [11]=[9]/[8]	
ORÇAMENTO DA DESPESA	90 170 642	83 669 127	(6 501 515)	93%	4 142 216
TOTAL Despesa de ATIVIDADES	**85 834 096**	**82 777 533**	**3 056 563**	**96%**	**4 157 975**
01 Despesas com Pessoal	8 433 122	8 382 017	51 105	99%	438 598
02 Aquisições de Bens e Serviços	13 809 387	12 091 924	1 717 463	88%	1 874 854
03 Juros e Outros Encargos	753 878	753 877	1	100%	0
04 Sociedades e Quase Soc não Financeiras	-	-	-		0
06 Outras Despesas Correntes	224 883	198 231	26 652	88%	11 654
09 Ativos Financeiros	7 612 826	6 351 484	1 261 342	83%	1 832 869
10 Passivos Financeiros	55 000 000	55 000 000	-	100%	0
TOTAL Despesa de PROJETOS	**4 336 546**	**891 594**	**(3 444 952)**	**21%**	**127 005**
07 Aquisição de Bens e Capital	4 336 546	891 594	3 444 952	21%	127 005
TOTAL Operações de Tesouraria	-	-	-		**(142 764)**
12 Outras Operações de Tesouraria	-	-	-		(142 764)

Tabela 49 - Execução Orçamental (2017)

De acordo com o quadro supra, destacam-se as seguintes evidências:

- **Total Receita de Atividades** - O orçamento aprovado (dotações corrigidas) apresenta uma variação negativa em 0,3%, em relação à proposta inicial. O grau de execução foi de 109%;
- **Total Receita de Projetos** - O orçamento aprovado reflete uma diminuição de 0,6%, comparativamente à proposta inicial. O grau de execução foi de 78%;
- **Total Despesa de Atividades** - Em relação à dotação líquida de cativos, apresenta um grau de execução de 96%;
- **Total Despesa de Projetos** - Em relação à dotação líquida de cativos, apresenta um grau de execução de 21%;
- **Total Despesa (Compromissos por Pagar)** - Verifica-se que o total de compromissos por pagar é de 4.142.216 € e que terão impacto na execução orçamental do ano de 2018.

2. Gestão do Risco Financeiro

A divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos últimos 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	2 321 800	3 921 308	4 522 000	4 989 000	8 899 000
Taxa Média de Financiamento (%)	0,6%	2,3%	2,3%	2,8%	5,1%

Tabela 50 - Execução Orçamental (2017)

3. Limites Máximos de Endividamento

Nos termos definidos no nº 1 e nº 2, alínea a), do artigo 45º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do OE2017):

"1 – O crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 3 %.
2 – O limite a que se refere o número anterior só pode ser excedido:
a) Por empresas públicas que tenham por objeto a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos termos do decreto-lei de execução orçamental;"

Em conjugação com o nº 1, do artigo 125º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO de 2017):
1 – Para efeitos do disposto no artigo 45.º da Lei do Orçamento do Estado, durante o ano de 2017, não são considerados para o cálculo do crescimento do endividamento das empresas públicas que tenham por objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, os aumentos de endividamento resultantes:
a) De aumento das necessidades de manutenção de infraestruturas, sistemas técnicos e material circulante não compensadas por via do capítulo 50 – Projetos, desde que previstos no plano de atividades e orçamento da empresa;
b) De aumento de investimentos não compensados por via do capítulo 50 – Projetos, desde que previstos no plano de atividades e orçamento da empresa.

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrrente)	200 073 599	197 573 599	193 305 878	181 608 178	173 625 000	2 500 000	1,3%
- do qual concedido pela DGTF	145 073 599	142 573 599	138 305 878	126 608 178	0	2 500 000	1,8%
Aumentos de Capital por dotação	65 811 959	12 178 786	1 409 345	1 873 965	0	53 633 173	440,4%
Aumentos de Capital por conversão créditos	25 242 161	46 543 955	0	1 964 910	0	-21 301 794	-45,8%
Endividamento Ajustado	291 127 719	256 296 340	194 715 223	185 447 053	173 625 000	34 831 379	13,6%

Tabela 51 - Passivo Remunerado (2017 - 2013)

Aplicação da fórmula do "*limite máximo de crescimento do endividamento*":

$$\text{Var. do Endividamento} = \frac{((FR_{n+1} - FR_n) + (\text{Aumento de Capital por } CC_{n+1} + \text{Aumento de Capital para } SD_{n+1} + \text{Aumento para } CI_{n+1})}{(FR_n + \sum_{2013}^{n} \text{Aumento de Capital por } CC + \sum_{2013}^{n} \text{Aumento de Capital para } SD + \sum_{2013}^{n} \text{Aumento de Capital para } CI)}$$

$$\frac{(2.500.000 + 91.054.120)}{(197.573.599 + 63.970.961)} = 35,77\%$$

Nos termos do nº 1, do artigo 45º, da Lei do OE2017, a Transtejo não contribuiria para o objetivo de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial, no entanto, encontrava-se excecionada nos termos do nº 2, alínea a) do mesmo artigo.

Considerando a aplicação do nº 1, do artigo 125º, do DLEO de 2017 e tendo em conta o montante de investimento de 542 mil€ e Conservação e Reparação (Frota + Outra) de 1.753 mil€, da aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento" resultaria:

$$\frac{(204.894 + 91.054.120)}{(197.573.599 + 63.970.961)} = \mathbf{34,89\%}$$

4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

PMP	2017	2016	Variação 17/16	
			Valor	%
Prazo (dias)	61	26	34	129,47%

Tabela 52 - PMP (2016-2017)

Ao longo do exercício 2017 foi efetuada uma criteriosa gestão de tesouraria e das dotações orçamentais disponíveis para efetuar Despesa, considerando o objetivo de não agravamento dos prazos de pagamento para além das datas de vencimento acordadas com os fornecedores (60 dias), tendo sido possível alcançar esse objetivo.

Tomando em consideração que o apuramento do indicador é influenciado pelos dados históricos dos 12 meses decorridos anteriormente, e sendo possível dar continuidade ao cumprimento mensal deste objetivo, prevê-se que a curto prazo seja possível alcançar melhorias no PMP.

O mapa seguinte apresenta a posição em 31-12-2017 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso *"arrears"*, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	60 151,22 €	67 602,62 €			
Aq. de Capital					
Total	60 151,22 €	67 602,62 €			

Tabela 53 - Atrasos nos Pagamentos (2017)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[7], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

5. Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo Acionista, a Transtejo procura reportar atempadamente toda a informação e prestar os esclarecimentos solicitados.

Na sequência da deliberação do acionista na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2009, a Transtejo deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo - Interface do Cais do Sodré - Terminal Fluvial, assinado com o Metropolitano de Lisboa em 01/09/2009.

No exercício de 2014 foi reforçada a análise desta situação, envolvendo a apreciação das várias perspetivas das entidades envolvidas neste processo, nomeadamente a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa e o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Deste modo, foi possível celebrar um acordo entre as partes, formalizando novo Protocolo regulando os termos e condições mediante os quais se concretizou, no final daquele exercício, a operação de transferência do referido Terminal Fluvial para o Estado.

Esta operação, com relevantes impactos financeiros e patrimoniais encontra-se abordada com maior profundidade no capítulo 5.6 do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas, do exercício de 2014.

6. Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Não tendo ocorrido em 2017, a Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício 2016, não foi auferida no ano qualquer remuneração pelos membros deste Órgão Social.

[7] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	500	0
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento	425	0
2015-2018	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	350	0
				0

Tabela 54 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2017-2019	Vogal	Drª Sara Maria Murta Ribeiro	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2017-2019	Vogal	Engº José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 55 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Soflusa- Sociedade Fluvial de Transportes, SA	Presidente	Público
Drª Sara Maria Murta Ribeiro	Soflusa- Sociedade Fluvial de Transportes, SA	Vogal	Público
Engº José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	Soflusa- Sociedade Fluvial de Transportes, SA	Vogal	Público
Drª Sara Maria Murta Ribeiro	OTLIS - Operadores De Transportes Da Região De Lisboa, ACE	Vogal	Público

Tabela 56 - Acumulação de Funções

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	S	C	4 578,20	1 831,28
Drª Sara Maria Murta Ribeiro	S	C	3 662,56	1 465,02
Engº José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	S	C	3 662,56	1 465,02

Tabela 57 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	86 070,16	0,00	86 070,16	0,00	86 070,16
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	68 856,08	0,00	68 856,08	0,00	68 856,08
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	68 856,08	0,00	68 856,08	0,00	68 856,08
			223 782,32	0,00	223 782,32

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 58 - Remunerações CA

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	9,13	1 926,43	Seg. Social	19 093,44	389,92		
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	9,13	1 981,21	Seg. Social	15 773,22	389,92	ADSE	1 158,72
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	9,13	1 935,56	Seg. Social	15 767,74	389,92		
		5 843,20		50 634,40	1 169,76		1 158,72

Tabela 59 - Benefícios Sociais

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	S	n/a	n/a	Aluguer mensal	01/01/2017	n/a	990,79	11 889,42	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	S	n/a	n/a	Aluguer mensal	01/01/2017	n/a	750,35	9 004,19	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	S	n/a	n/a	Aluguer mensal	01/01/2017	n/a	719,19	8 630,22	n/a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Tabela 60 - Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	0	0	0		0	0
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	0	0	0		0	0
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	0	0	0		0	0
						0

Tabela 61 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	DUE	08/07/2015	1 281,90	1
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Elisabete de Assunção Militão	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Paula Fernandes dos Santos	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Suplente	André Bernardo de Lemos Alves	DUE	30/12/2016	961,42	1

(1) Indicar AG/DUE/Despacho.

Tabela 62 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	14 503,91	0,00	14 503,91
Ana Elisabete de Assunção Militão	10 877,81	0,00	10 877,81
Ana Paula Fernandes dos Santos	10 877,81	0,00	10 877,81
André Bernardo de Lemos Alves	0,00	0,00	0,00
			36 259,53

Tabela 63 -Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2008-...	Efectivo	Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda - representado por Dr. Issuf Ahmad (ROC n.º 779 | CMVM n.º 20160412)	100	20161423	DUE	29/08/2008	n/a	9	n/a
2015-2017	Suplente	Dr. Vítor Manuel do Carmo Martins	456	20160148			n/a	9	9

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 64 - Identificação do ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda	24 420,00	0	24 420,00	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 65 - Remuneração do ROC

6.b) Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	09/04/2018	1	2	2

Tabela 66 - Identificação do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	7 988	0	7 988	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 67 -Remuneração do Auditor Externo

6.c) Remunerações dos restantes trabalhadores

Dando cumprimento ao estatuído no art.º 18.º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016) concretizou-se a reversão de 20% por trimestre, da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

euros

	2017	2016	2015	2014
Remunerações do Pessoal* *(sem Orgãos Sociais)*	8 152 814	7 392 130	7 834 137	7 637 871
Reduções decorrentes de alterações legislativas	0	30 601	77 695	173 254

** Inclui Encargos com a Entidade Patrional / Exclui indemnizações por rescisão contratual*

Tabela 68 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2014-2017

7. Artigos 32º e 33º do EGP

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	529,72	DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	80,00	345,98	DSUE_31/12/2016
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	80,00	87,13	DSUE_31/12/2016
		962,83	

Tabela 69 - Gastos com Comunicações

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	457,82	846,61	234,80	1 081,41	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	366,26	1 606,45	884,46	2 490,91	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	366,26	1 479,05	1 073,13	2 552,18	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
				6 124,50	

Tabela 70 - Gastos com Viaturas

8. Despesas não documentadas

A Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações

O nº2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018.

Nota: O relatório de execução do ano de 2016, foi carregado no SIRIEF em 22 de maio de 2017.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2017.

11. Contratação Pública

Em 2017, a Transtejo, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho. De referir que, no ano de 2017, não houve lugar à submissão de contratos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Esta matéria será divulgada com maior detalhe no Relatório do Governo Societário referente ao ano em análise.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro, de 17 de agosto de 2010).

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

O Ofício Circular nº 3846, de 21 de julho de 2016, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente às "Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2017" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 124º, do DLEO 2017:

- Crescimento do EBITDA, face ao ano anterior;
- Para empresas deficitárias, redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010.
- Redução dos gastos com comunicações e deslocações em 5%, face ao PAO de 2016.
- Manutenção dos gastos com ajudas de custo, alojamento e frota automóvel relativamente ao PAO de 2016.

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Não obstante a ausência de desenvolvimentos desse processo no ano de 2017, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho da Transtejo, no exercício 2017 foi o seguinte:

(Perspetiva: Contas Individuais)

PRC	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	(8 212 548)	(7 734 177)	(7 094 019)	-478 371	6,2%
(1) CMVMC	3 185 167	2 639 986	2 994 348	545 181	20,7%
(2) FSE	5 019 320	4 758 752	4 747 429	260 568	5,5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	8 416 580	7 597 990	7 969 768	818 590	10,8%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	123 728	444 376	-123 728	-100,0%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0	30 601	77 695	-30 601	-100,0%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	0	0	0	0	
(4) Gastos Operacionais[a] = (1)+(2)+(3)	16 621 067	14 996 728	15 711 544	1 624 339	10,8%
(5) Volume de negócios (VN)	7 663 721	6 824 513	6 533 601	839 207	12,3%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	2,2	2,2	2,4	0,0	-1,3%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	20 061	12 209	20 012	7 853	64,3%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	448	273	564	175	64,3%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0	0	0	0	
(iv) Gastos com as viaturas[b]	57 144	29 372	25 957	27 772	94,6%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	77 653	41 853	46 533	35 800	85,5%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	301	297	303	4	1,3%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	12	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	3	5	7	233,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	291	294	298	-3	-1,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	29	98	60	-68,9	-70,3%
N.º de viaturas	11	11	11	0	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.
b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Tabela 71 - Avaliação do cumprimento do PRC (2017)

Relativamente ao quando supra, apresentam-se os Despachos através dos quais foi obtido excecionamento do cumprimento das medidas de redução de custos e autorizações em matéria de contratação de efetivos:

i) Ofício SEAAmb nº 1712, de 15 de novembro de 2016 - Autorização para contratação de 6 Maquinistas Práticos [preferencialmente Maquinistas Práticos de 1.ª classe] e 4 Marinheiros do Tráfego Local, nos termos e para efeitos do disposto no n.º2, do artigo 28.º, da Lei n.º 18/2016, de 30 de março (LOE 2016) e no artigo 94.º, do Decreto-Lei n.º18/2016, de 13 de abril;

ASSUNTO: Pedido de autorização para a contratação de trabalhadores - artigo 28.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março - Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.

Encarrega me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de remeter a V. Exa. cópia da informação n.º 1253/DGRH/2016, de 17 de outubro, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, na qual exarou o despacho com o seguinte teor:

"Autorizo a contratação de trabalhadores, nos termos propostos. Remetam-se os elementos comprovativos da verificação dos requisitos previstos no art.º 94.º do DL 18/2016 ao gabinete de S. Exa. o SEATF.
José F. G. Mendes
11.11.2016"

ii) Ofício SEAAmb nº 1727, de 06 de outubro de 2017 - Autorização para contratação de 3 Técnicos Superiores, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 42º, 43º e 44º, da Lei 42/2016, de 28 de dezembro e do artigo 123º e 124º, do Decreto-Lei n.º 25, de 3 de março;

ASSUNTO: Pedido de autorização para a contratação de 3 Técnicos Superiores pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de enviar a V. Exa. cópia da informação n.º 1263/DGRH/2017, de 27 de setembro, da Secretaria-Geral deste Ministério, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, na qual exarou o despacho com o seguinte teor:

"Concordo com a contratação de 3 técnicos superiores para a Transtejo, tendo presente a fundamentação invocada e a necessidade de assegurar o cumprimento do serviço público de transporte.
A S. Ex.ª o Ministro das Finanças, para autorização.
José F. G. Mendes
4.out.2017"

iii) Ofício SEAAmb nº 1458, de 02 de agosto de 2017 - Autorização para exceção do cumprimento da alínea b), do artigo 124º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março - Frota Automóvel - até ao limite dos gastos ocorridos em 2013;

ASSUNTO: Transtejo - Pedido de exceção do cumprimento da alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março - Frota automóvel Transtejo.

Com Dee. Sr. Filipe Bacelar,

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de enviar a V. Exa. cópia da Informação n.º 823/DPCO/2017, de 21 de junho, da Secretaria-Geral deste Ministério, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, na qual exarou o despacho com o seguinte teor:

"Autorizo o pedido de exceção, face à fundamentação apresentada.
José F. G. Mendes
31.07.2017"

No que diz respeito ao controlo da frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a dificuldade em conter o aumento dos gastos devido à elevada antiguidade do parque automóvel.

iv) Ofício SET nº 4438, de 23 de outubro de 2017 - Autorização para que os gastos com Comunicações Móveis e Comunicações Fixas se situem até ao limite de 16.676.61 €, fundamentado na alínea b), do n.º4, do artigo 124.º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março;

ASSUNTO: **Transtejo - Plano de Atividades e Orçamento 2017 (PAO); "Pedido de exceção do cumprimento da alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março - comunicações Transtejo"**

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado e do Tesouro de remeter a V. Exa. para conhecimento, cópia da Informação n.º 66/2017, de 28 de setembro, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, após ter sido exarado o seguinte despacho:

DESPACHO N.º 889/17 - SET
"Autorizo, até ao limite de €16.676.61.
À DGTF para os devidos efeitos.
Dê-se conhecimento a S. Exa. o SEAAmb.
Álvaro Novo
20.10.2017"

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a Transtejo procedeu abertura de conta no IGCP, no âmbito do cumprimento do Princípio de UTE.

Conforme previsto no artigo 111.º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 27/2017, de 3 de março, a Transtejo procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Depositadas no IGCP	0	4 798 537	3 616 412	4 297 537
Outras	2 257 667	4 221 361	3 256 845	168 780
Total	2 257 667	9 019 899	6 873 257	4 466 318
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Tabela 72 - Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Transtejo dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Gestão dos terminais POS instalados pela SIBS em condições comerciais favoráveis;
- Emissão e gestão de garantias bancárias;
- Instalação de terminais MB nas estações e terminais fluviais.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE), que seguidamente se reproduz:

- Ofício SEATF nº 2900, de 19 de julho de 2016 - Despacho nº 732/2016 SEATF - concedeu à Transtejo dispensa do cumprimento do princípio UTE, aplicável aos exercícios de 2016 e 2017;

ASSUNTO: **Transtejo, Transportes Tejo, S.A. - Pedido de dispensa do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.**

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº SGC - 2016/9314 e anexos, de 06 de junho de 2016, da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP, E.P.E., sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 732/16 - SEATF
"Concordo e autorizo, nos termos propostos no presente parecer.
Dê-se conhecimento à DGTF, IGF, UTAM, e Transtejo.
Ricardo Mourinho Félix
14.07.2016"

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

16. Informação divulgada no SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2016	Empresas Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	S	2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Função de tutela e acionista	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação dos órgãos sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	S	2016	Empresas Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	S	2009	Empresas Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Outras transações	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Económico	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Social	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Ambiental	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Código de etica	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa

Tabela 73 - Informação divulgada no SEE

17. Cumprimento de Obrigações Legais (Quadro Síntese)

Cumprimento das Orientações legais - 2017	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2017	S		9-1.a) | 9-13.
Metas a Atingir constantes no PAO 2017			
Princípios Financeiros de Referência	S		9-1.b)
Investimento	S	Variação de -487,0%	9-1.b)
Gastos com pessoal	N	Variação de +2,2%	9-1.b) | 9-13.i) | 9-13.ii)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 82% e Despesa = 88%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento = 0,6%	9-2.
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	Variação Endividamento = 35,77% | 34,89%	9-3.
Evolução do PMP a fornecedores	N	Variação do PMP a fornecedores = +34 dias	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total "Arrears" em 31 de Dezembro (em euros) 127.753,84 €	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
(Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida a 28 de outubro de 2010 - aprovação de contas do exercício de 2009)	N.A.		9-5.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017	N.A.		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias , nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	S		9-6.c)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	N.A.		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N.A.		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Tabela 54 – Gastos com Comunicações	9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Tabela 55 – Gastos com Viaturas	9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/10/TTSL_Relatorio-de-Execucao-PPRCIC_2017.pdf	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. | 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. | 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas [b]			
Recomendações		Remetido para o Relatório de Gestão Consolidado	9-15.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação = 0 Viaturas	9-13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Despacho de excecionamento	9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	96% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de Dezembro	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Saldo em 31 de dezembro 168 780€	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 74 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2017)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de 11.659.069,46 € (onze milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, sessenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

11. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Transtejo - Transportes Tejo, S.A., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (individuais e consolidadas) foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2017 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte".

Lisboa, 23 de maio de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dra. Sara Maria Murta Ribeiro

Eng.º Luis Filipe Dias Carvalho Maia

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2017

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

&

ANEXO

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	26.048.618,01	27.646.637,97
Ativos intangíveis	9	156.546,11	54.407,40
Créditos a receber	17	15.325.948,23	11.557.736,24
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	238.868,26	125.690,29
Outros investimentos financeiros	13	2.109,17	531,96
Total do Activo não corrente		**41.772.089,78**	**39.385.003,86**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	814.934,02	725.171,05
Clientes	15	158.410,90	95.891,08
Imposto sobre o rendimento corrente	16	38.956,88	43.861,44
Estado e outros entes públicos	18	724.764,20	1.356.477,99
Outros créditos a receber	18	1.331.995,54	1.012.804,29
Diferimentos	19	30.991,29	46.011,85
Caixa e depósitos bancários	20	4.466.317,75	2.592.472,08
Total do Ativo corrente		**7.566.370,58**	**5.872.689,78**
Total do ativo		**49.338.460,36**	**45.257.693,64**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	21	208.025.085,00	116.970.965,00
Reservas de cobertura	22 e 26	-	(155.220,88)
Resultados transitados	22	(252.348.215,65)	(239.501.186,18)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	23	189.751,13	-
Resultado liquido do período		(11.659.069,46)	(12.725.600,90)
Total do capital próprio		**(55.792.448,98)**	**(135.411.042,96)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	24	7.466.575,71	5.690.285,60
Financiamentos obtidos	25	57.388.155,99	78.650.423,00
Instrumentos financeiros derivados	26	-	155.220,88
Diferimentos	27	10.247.764,87	10.899.693,27
Total do Passivo não corrente		**75.102.496,57**	**95.395.622,75**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	25	23.887.060,24	78.246.180,01
Fornecedores	28	61.204,26	750.953,48
Imposto sobre o rendimento corrente	16	31.299,27	7.191,30
Estado e outros entes públicos	29	243.552,50	245.768,54
Outras dívidas a pagar	29	4.611.168,77	4.814.674,11
Diferimentos	30	1.194.127,73	1.208.346,41
Total do passivo corrente		**30.028.412,77**	**85.273.113,85**
Total do passivo		**105.130.909,34**	**180.668.736,60**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**49.338.460,36**	**45.257.693,64**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	31	7.663.720,74	6.824.513,37
Subsídios à exploração	32	1.261.532,07	1.300.721,70
Ganhos / perdas imputados às subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	70.320,83	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14 e 33	(3.185.167,14)	(2.639.986,36)
Fornecimentos e serviços externos	34	(5.019.319,97)	(4.758.751,58)
Gastos com o pessoal	35	(8.416.579,57)	(7.762.714,43)
Provisões (aumentos / reduções)	24	(1.776.290,11)	(1.475.638,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15/18	-	(25.556,79)
Outros rendimentos	36	1.404.010,62	1.056.259,33
Outros gastos	36	(214.775,57)	(253.024,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(8.212.548,10)	(7.734.177,48)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	37	(2.037.734,02)	(2.069.597,70)
Amortizações de subsídios ao investimento	37	651.928,66	651.928,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9.598.353,46)	(9.151.846,26)
Juros e gastos similares suportados	38	(2.321.800,04)	(3.921.307,53)
Juros e rendimentos similares obtidos	38	292.383,31	354.744,19
Resultado antes de impostos		(11.627.770,19)	(12.718.409,60)
Imposto sobre o rendimento do período	16	(31.299,27)	(7.191,30)
Resultado líquido do período		**(11.659.069,46)**	**(12.725.600,90)**
Outros rendimentos do período			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	22	155.220,88	1.302.064,33
Total do rendimento integral do período		**(11.503.848,58)**	**(11.423.536,57)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Ajustamentos/outas variações no capitalpróprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		**58.248.220,00**	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	-	**(11.914.559,94)**	**(182.710.251,39)**
Aplicação do resultado de 2015:							
Transferência para resultados transitados		-	-	(11.914.559,94)	-	11.914.559,94	-
Realização de Capital em 2016	21	58.722.745,00	-	-	-	-	58.722.745,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	22	-	1.302.064,33				1.302.064,33
Total do rendimento integral do exercício	22	-	-	-	-	(12.725.600,90)	(12.725.600,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**116.970.965,00**	**(155.220,88)**	**(239.501.186,18)**	-	**(12.725.600,90)**	**(135.411.042,96)**
Alterações políticas contabilísticas	23	-	-	(121.428,57)	189.751,13	-	68.322,56
Aplicação do resultado de 2016:							-
Transferência para resultados transitados	22	-	-	(12.725.600,90)	-	12.725.600,90	-
Realização de Capital em 2017	21	91.054.120,00	-	-	-	-	91.054.120,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	22	-	155.220,88				155.220,88
Total do rendimento integral do exercício	22	-	-	-	-	(11.659.069,46)	(11.659.069,46)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**208.025.085,00**	**0,00**	**(252.348.215,65)**	**189.751,13**	**(11.659.069,46)**	**(55.792.448,98)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Ayala

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		11.619.240,00	10.317.486,59
Pagamentos a Fornecedores		(12.113.392,70)	(12.264.797,80)
Pagamentos ao Pessoal		(7.864.274,37)	(5.340.482,07)
Fluxos gerados pelas operações		**(8.358.427,07)**	**(7.287.793,28)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		38.826,25	25.988,17
Outros Recebimentos / Pagamentos		2.818.184,23	991.606,71
		2.857.010,48	**1.017.594,88**
Fluxos de caixa das Atividades Operacionais (1)		**(5.501.416,59)**	**(6.270.198,40)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis	8	(764.589,00)	(9.776.077,22)
Empréstimos Concedidos à Subsidiária		(4.518.615,00)	-
		(5.283.204,00)	**(9.776.077,22)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Subsídios ao Investimento		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento (2)		**(5.283.204,00)**	**(9.776.077,22)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	25	2.500.000,00	16.446.510,62
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		65.811.958,77	-
Outras operações de financiamento		68.322,56	-
		68.380.281,33	**16.446.510,62**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	25	(55.000.000,00)	-
Juros e gastos Similares		(721.815,07)	(1.330.833,27)
Outras operações de financiamento		-	-
		(55.721.815,07)	**(1.330.833,27)**
Fluxos de caixa das das Atividades de Financiamento (3)		**12.658.466,26**	**15.115.677,35**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**1.873.845,67**	**(930.598,27)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	20	2.592.472,08	3.523.070,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20	4.466.317,75	2.592.472,08

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1 Informação geral

A Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de Misericórdia, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, acabando por ter sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo - turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora quatro das cinco carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a quinta ligação (Terreiro do Paço - Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

A Empresa presta serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem as quatro ligações fluviais referidas (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal - Cais do Sodré, Montijo - Cais do Sodré e Belém - Porto Brandão - Trafaria); A Transtejo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que se rege pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anóniimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2014 foram aprovadas em Assembleia Geral por parte do seu acionista único em 24 de maio de 2018, concluindo-se desta forma o processo que se encontrava pendente de regularização. Com base neste desenvolvimento, o Conselho de Administração espera poder dar seguimento à submissão, para aprovação em Assembleia Geral, das contas dos exercícios subsequentes, dos quais o presente documento referente às contas do exercício de 2017 é parte integrante.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Transtejo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na nota 3.1.

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no referido diploma.

Apesar da relevância social destes serviços, os mesmos não se encontravam em 31 de dezembro de 2011 contratualizados. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos, através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo na Área Metropolitana de Lisboa, para o período de 2012-2014.

Atualmente, a empresa encontra- se em fase de negociação do futuro contrato de serviço público com o seu acionista.

Neste contrato serão definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se nas obrigações do serviço público a prestar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Serão, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras individuais a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 7 - Revisão das divulgações(alteração)	1-Jan-2017	Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.
Alteração à IAS 12 – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas	1-Jan-2017	Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.
	1-Jan-2017	Estas melhorias incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais uma é aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017:

Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016	• IFRS 12 Divulgações de interesses noutras entidades

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, tinham sido até 31 de dezembro de 2017, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

IFRS 16 – Locações	1-Jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	1-Jan-18	A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016	1-Jan-18	Estas melhorias incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018: • IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS • IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não tinham sido até 31 de dezembro de 2017, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações	Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na norma não eram muitos claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018
Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017	Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue: • IFRS 3 concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 acordos conjuntos • IAS 12 Imposto sobre o rendimento • IAS 23 custos de empréstimos obtidos Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de2019.
IFRIC 22 – Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada	Esta norma estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma contraprestação paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Transtejo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinado com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.3. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da Transtejo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como outros ganhos ou perdas operacionais.

No exercício de 2017, não ocorreram transações em moeda estrangeira.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2017	2016
USD	1,1993	1,0541
GBP	0,8872	0,8562

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

4.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), a Transtejo efetua a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações elegíveis são reconhecidas no custo do ativo, se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.6).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas', embora passe a ser registado ao menor do valor de mercado (deduzido de custos para vender) ou valor líquido contabilístico.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 - 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.6. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à

transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.7. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Transtejo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, a Transtejo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos

substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 18), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Transtejo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

A Transtejo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.8. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 - 'Instrumentos financeiros - Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.9. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

A Transtejo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Transtejo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

A Transtejo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração do rendimento integral.

4.10. Inventários

A Transtejo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

4.11. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Transtejo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.12. Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Transtejo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

4.13. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.14. Passivos financeiros

A IAS 39 - 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 25), "Fornecedores" (Nota 28) e "Outras dívidas a pagar" (Nota 29). Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.15. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.16. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

4.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.19. Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Diferimentos", sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.20. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Transtejo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

4.21. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", correntes, não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras dívidas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.22. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

4.23. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;

ii) Venda de passes exclusivos Transtejo, ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pela AML – Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT – Regime Jurídico do serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.24. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.25. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

4.26. Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Transtejo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

Até 1 de fevereiro de 2017, a Transtejo tinha contratado um empréstimo obrigacionista no montante de 55 M€, emitido com taxa variável, que expunha a empresa ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, a Transtejo contratou no antecedente, duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assumia a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda correspondia a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank, que terminou em 2013. Estas operações permitiram à Transtejo reduzir os impactos financeiros associados às oscilações da taxa de juro do financiamento negociado.

Ao longo da vigência do contrato de empréstimo de 55M€, a Transtejo efetuou a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica, utilizando diversos cenários, através dos quais calculou o impacto em custos e proveitos associado às efetivas flutuações da taxa de juro.

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Transtejo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

31 De dezembro de 2017:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 1.054.840,71€.

31 De dezembro de 2016:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 1.403.557,37€.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito da Transtejo existe para os saldos a receber de outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes a AML – Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outros créditos a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo. A Transtejo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre a Transtejo e entidades bancárias suas financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 887 060,24	56 971 489,32	416 666,67	81 275 216,23
Empréstimo Obrigacionista	-	-	-	-
Derivados de Cobertura Passivos	-	-	-	-
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				-
Descobertos Bancários	-	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-	-
Fornecedores	61 204,26	-	-	61 204,26
Outras dívidas a pagar	4 611 240,32	-	-	4 611 240,32
Diferimentos	1 194 127,73	-	-	1 194 127,73
	29 753 632,55	56 971 489,32	416 666,67	87 141 788,54

31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 246 180,01	77 939 139,17	711 283,83	101 896 603,01
Empréstimo Obrigacionista	55 000 000,00	-	-	55 000 000,00
Derivados de Cobertura Passivos	155 220,88	-	-	155 220,88
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				-
Descobertos Bancários	-	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-	-
Fornecedores	750 953,48	-	-	750 953,48
Outras dívidas a pagar	4 814 674,11	-	-	4 814 674,11
Diferimentos	1 208 346,41	-		1 208 346,41
	85 175 374,89	77 939 139,17	711 283,83	163 825 797,89

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os

julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 24).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Perdas por Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo Transtejo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros da Transtejo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, a Transtejo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2017.

7 Segmentos operacionais

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017									
Custo de aquisição	44.996,79	15.891.004,11	73.906.049,37	157.377,40	191.858,12	1.020.605,99	946.033,17	688.497,50	92.846.422,45
Depreciações acumuladas	-	(7.352.741,26)	(55.598.022,79)	(157.377,40)	(184.284,74)	(999.842,24)	(907.516,05)	-	(65.199.784,48)
Valor líquido	**44.996,79**	**8.538.262,85**	**18.308.026,58**	**0,00**	**7.573,38**	**20.763,75**	**38.517,12**	**688.497,50**	**27.646.637,97**
31 de dezembro de 2017									
Adições	-	22.526,80	835.134,42		2.392,17	57.968,30	700,74	167.461,50	1.086.183,93
Alienações	-								-
Transferências	-							(666.547,50)	(666.547,50)
Abates	-					(944,79)			(944,79)
Depreciação - período 36	-	(401.808,87)	(1.571.385,32)	-	(3.722,98)	(30.200,24)	(10.206,39)		(2.017.323,80)
Depreciação - alienações	-								-
Depreciação- transf. e abates	-					612,20			612,20
Valor líquido	-	(379.282,07)	(736.250,90)	-	(1.330,81)	27.435,47	(9.505,65)	(499.086,00)	(1.598.019,96)
31 de dezembro de 2017									
Custo de aquisição	44.996,79	15.913.530,91	74.741.183,79	157.377,40	194.250,29	1.077.629,50	946.733,91	189.411,50	93.265.114,09
Depreciações acumuladas	-	(7.754.550,13)	(57.169.408,11)	(157.377,40)	(188.007,72)	(1.029.430,28)	(917.722,44)	-	(67.216.496,08)
Valor líquido	**44.996,79**	**8.158.980,78**	**17.571.775,68**	-	**6.242,57**	**48.199,22**	**29.011,47**	**189.411,50**	**26.048.618,01**

Adições

Durante o exercício de 2017 registaram-se aumentos, no valor de 1.086.183,93€. Neste montante, destaca-se como mais relevante, a capitalização dos projetos que se encontravam em curso em períodos anteriores, designadamente o projeto de reparação do reforço das estacas dos pontões de interface ao Terreiro do Paço e a aquisição de meios de salvação na frota (projeto de substituição de jangadas rígidas por balsas pneumáticas) (749.590€); como aquisições diretas, destaca-se a aquisição de 2 MAVB para os terminais do Cais do Sodré e Cacilhas e equipamento para carregamento e controlo de trocos das MAVB (83.448€) registados na rubrica de equipamento básico. A rubrica ativos em curso inclui o montante de 167.461,50€ referente ao projeto de aquisição e instalação de 100 validadores para os terminais e equipamento para os terminais de fiscalização.

Alienações

No exercício de 2017 não ocorreram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

		Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016										
Custo de aquisição		44.996,79	15.891.004,11	64.129.972,15	157.377,40	183.073,93	1.005.730,55	943.733,17	35.040,50	82.390.928,60
Depreciações acumuladas		-	(6.951.120,13)	(53.969.434,28)	(150.564,90)	(182.025,36)	(989.434,75)	(897.793,46)	-	(63.140.372,88)
Valor líquido		**44.996,79**	**8.939.883,98**	**10.160.537,87**	**6.812,50**	**1.048,57**	**16.295,80**	**45.939,71**	**35.040,50**	**19.250.555,72**
31 de dezembro de 2016										
Adições		-		9.776.077,22		8.784,19	14.875,44	2.300,00	653.457,00	10.455.493,85
Alienações		-								-
Transferências		-								-
Abates		-								-
Depreciação - período	36	-	(401.621,13)	(1.628.588,51)	(6.812,50)	(2.259,38)	(10.407,49)	(9.722,59)		(2.059.411,60)
Depreciação - alienações		-								-
Depreciação - transf. e abates		-								-
Valor líquido		-	(401.621,13)	8.147.488,71	(6.812,50)	6.524,81	4.467,95	(7.422,59)	653.457,00	8.396.082,25
31 de dezembro de 2016										
Custo de aquisição		44.996,79	15.891.004,11	73.906.049,37	157.377,40	191.858,12	1.020.605,99	946.033,17	688.497,50	92.846.422,45
Depreciações acumuladas		-	(7.352.741,26)	(55.598.022,79)	(157.377,40)	(184.284,74)	(999.842,24)	(907.516,05)	-	(65.199.784,48)
Valor líquido		**44.996,79**	**8.538.262,85**	**18.308.026,58**	-	**7.573,38**	**20.763,75**	**38.517,12**	**688.497,50**	**27.646.637,97**

Adições

Durante o exercício de 2016 registaram-se aumentos, no valor de 10.455.493,85€. Neste montante, destaca-se como mais relevante, o projeto de aquisição ao Metro de Lisboa, de 5 pontões em estado de uso no Terminal do Terreiro do Paço. Esta aquisição encontra-se registada na rubrica de Equipamento básico (9.776.077,32€). A rubrica Ativos em Curso inclui o montante de 653.457,00€ referente aos projetos de reparação do reforço das estacas dos pontões de interface ao Terreiro do Paço e à aquisição de meios de salvação na frota (projeto de substituição de jangadas rígidas por balsas pneumáticas).

Alienações

No exercício de 2016 não ocorreram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

9 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da Transtejo (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Notas	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2017				
Custo de aquisição		822.304,72	40.432,00	862.736,72
Amortizações acumuladas		(808.329,32)	-	(808.329,32)
Valor líquido		**13.975,40**	**40.432,00**	**54.407,40**
Adições		107.786,05	14.762,88	122.548,93
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		-	-	-
Amortização - exercício	36	(20.410,22)	-	(20.410,22)
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**87.375,83**	**14.762,88**	**102.138,71**
31 de Dezembro de 2017				
Custo de aquisição		930.090,77	55.194,88	985.285,65
Amortizações acumuladas		(828.739,54)	-	(828.739,54)
Valor líquido		**101.351,23**	**55.194,88**	**156.546,11**

	Notas	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2016				
Custo de aquisição		801.476,72	23.792,00	825.268,72
Amortizações acumuladas		(798.143,22)	-	(798.143,22)
Valor líquido		**3.333,50**	**23.792,00**	**27.125,50**
Adições		20.828,00	16.640,00	37.468,00
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		-	-	-
Amortização - exercício	36	(10.186,10)	-	(10.186,10)
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**10.641,90**	**16.640,00**	**27.281,90**
31 de Dezembro de 2016				
Custo de aquisição		822.304,72	40.432,00	862.736,72
Amortizações acumuladas		(808.329,32)	-	(808.329,32)
Valor líquido		**13.975,40**	**40.432,00**	**54.407,40**

O aumento registado em 2017 na rubrica de Intangíveis diz respeito essencialmente à aquisição de software para módulos de pagamento eletrónico e software de faturação certificada para todos os pontos de venda nos terminais da Empresa.

10 Investimentos em subsidiárias

Esta rubrica respeita à participação detida na empresa Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., sendo apresentado abaixo detalhes das demonstrações financeiras desta entidade:

						2017	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Serviços	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	20.414.516,90	27.441.421,74	(7.026.904,84)	8.995.819,95	(1.783.812,82)	100%	-

						2016	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Servicos	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	19.857.399,96	25.100.491,98	(5.243.092,02)	8.459.076,52	(1.557.310,08)	100%	-

Dado que a Transtejo detém 100% do capital da Soflusa e esta apresenta uma situação líquida negativa, a demonstração da posição financeira inclui, em 31 de dezembro de 2017, uma provisão acumulada no valor de 7.240.075,71€ (5.462.785,60€ em 31 de dezembro de 2016) (Nota 24).

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral 1.783.812,82€ (1.557.310,08€ em 31 de dezembro de 2016) de reforços de provisões para Outros Riscos e Encargos associadas ao prejuízo da Soflusa (Nota 24).

11 Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Esta rubrica respeita à participação detida na empresa OTLIS ACE, apresentado abaixo detalhe das demonstrações financeiras desta entidade:

						2017
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Serviços	Resultado Líquido	%
OTLIS ACE	5.950.265,98	4.278.188,13	1.672.077,85	6.526.475,18	492.245,83	14,29%

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os movimentos da rubrica de "Participações financeiras - método da equivalência patrimonial" foram os seguintes:

OTLIS ACE

	2017	2016
1 de janeiro	**125.690,29**	**125.690,29**
Movimentos do exercício	113.177,97	0,00
31 de dezembro	**238.868,26**	**125.690,29**

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa. A Transtejo detém uma participação de 14,29% do capital deste ACE.

No exercício de 2017, foi aplicado pela primeira o método de equivalência patrimonial à participação na empresa Otlis ACE. Os movimentos do exercício no valor de 113.177,97€ refletem os ajustamentos efetuados pela aplicação do MEP.

A contrapartida deste montante está refletida na rubrica "Ajustamentos/outras variações no capital próprio (nota 23).

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros em 2017:

2017	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4.466.317,75	-	-	-	-	4.466.317,75
Outros ativos financeiros	-	2.109,17	-	-	-	2.109,17
Clientes	158.410,90	-	-	-	-	158.410,90
Outros créditos a receber	1.331.995,54	-	-	724.764,20	-	2.056.759,74
Empréstimos concedidos	15.325.948,23	-	-	-	-	15.325.948,23
Diferimentos	-	-	-	30.991,29	-	30.991,29
Total ativos	**21.282.672,42**	**2.109,17**	**-**	**755.755,49**	**-**	**22.040.537,08**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(81.275.216,23)	-	(81.275.216,23)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	(61.204,26)	-	(61.204,26)
Outras dívidas a pagar	-	-	-	(4.854.721,27)	-	(4.854.721,27)
Diferimentos	-	-	-	(11.441.892,60)	-	(11.441.892,60)
Total passivos	**-**	**-**	**-**	**(97.633.034,36)**	**-**	**(97.633.034,36)**

Os diferimentos são essencialmente subsídios não reembolsáveis, referentes a infraestruturas ou navios.

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros em 2016:

2016	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.592.472,08	-	-	-	-	2.592.472,08
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	95.891,08	-	-	-	-	95.891,08
Outras créditos a receber	1.012.804,29	-	-	1.356.477,99	-	2.369.282,28
Empréstimos concedidos	11.557.736,24	-	-	-	-	11.557.736,24
Diferimentos	-	-	-	46.011,85	-	46.011,85
Total ativos	**15.258.903,69**	**531,96**	**-**	**1.402.489,84**	**-**	**16.661.925,49**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(156.896.603,01)	-	(156.896.603,01)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(155.220,88)	-	-	(155.220,88)
Fornecedores	-	-	-	(750.953,48)	-	(750.953,48)
Outras dívidas a pagar	-	-	-	(5.060.442,65)	-	(5.060.442,65)
Diferimentos				(12.108.039,68)	-	(12.108.039,68)
Total passivos	**-**	**-**	**(155.220,88)**	**(174.816.038,82)**	**-**	**(174.971.259,70)**

13 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos da rubrica de "Outros investimentos financeiros" foram os seguintes:

Entidade	2017	2016
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	496,05	496,05
Fundo Compensação de Trabalho	1.577,21	-
Total	**2.109,17**	**531,96**

As Obrigações do Tesouro são investimentos financeiros sem relevância material, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Nota	2017	2016
Combustíveis		103.621,54	98.186,43
Lubrificantes		18.980,60	14.023,18
Materiais de consumo		34.121,33	47.384,97
Bilhetes		25.086,77	7.286,09
Sobresselentes		1.130.760,67	1.060.473,12
Materiais para reparações		145.010,41	140.464,56
Subtotal	33	1.457.581,32	1.367.818,35
Imparidades de inventários		(642.647,30)	(642.647,30)
Total inventários		**814.934,02**	**725.171,05**

O saldo de inventários compreende essencialmente combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2017, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.185.167,14€ (2.639.986,36€ em 31 de dezembro de 2016) (Nota 33).

Imparidade de inventários

	2017	2016
A 1 de janeiro	**642.647,30**	**642.647,30**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	**642.647,30**	**642.647,30**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos

No exercício de 2017 e 2016, embora tenham sido efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, estas não originaram qualquer movimento na imparidade de inventário.

15 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	234.142,74	-	234.142,74	171.622,92	-	171.622,92
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	234.142,74	-	234.142,74	171.622,92	-	171.622,92
Imparidade de Clientes	(75.731,84)	-	(75.731,84)	(75.731,84)	-	(75.731,84)
Total Clientes	**158.410,90**	-	**158.410,90**	**95.891,08**	-	**95.891,08**

i) Clientes - terceiros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.), assim como, valores a receber de concessionários de espaços comerciais e publicitários arrendados nos Terminais Fluviais.

Imparidade de clientes

	2017	2016
A 1 de Janeiro	75.731,84	56.172,46
Aumentos	-	19.559,38
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**75.731,84**	**75.731,84**

O montante de 75.731,84€ diz respeito, essencialmente, as entidades: Turisbuilding (30.302,16€) e João Lagos (24.197,60€).

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

A antiguidade dos saldos vencidos, é como segue para os exercícios apresentados:

	2017	2016
0 a 180 dias	124.448,63	75.219,64
+180 dias	109.694,11	96.403,28
Total	234.142,74	171.622,92

As contas a receber com menos de 6 meses decompõem-se da seguinte forma:

Entidade	Valor
Câmara Municipal de Loures	33.920,00
Empark II	14.836,03
PSP	12.426,70
Eurest	9.206,27
Rogério Paulo Sena	3.022,77
Carristur	2.955,57
GNR - Unidade Int. GIC	2.818,90
CP - Controlo de Passagem	2.513,98
OUTROS	42.748,41
Total	**124.448,63**

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto a recuperar	38.956,88	43.861,44
Imposto a pagar	(31.299,27)	(7.191,30)
Total	**7.657,61**	**36.670,14**
Estimativa de imposto a pagar	(31.299,27)	(7.191,30)
Retenções na fonte de terceiros	38.956,88	43.861,44
	7.657,61	**36.670,14**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2017	2016
Tributação Autónoma	(31.299,27)	(7.191,30)
	(31.299,27)	**(7.191,30)**

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2017	2016	Ano Limite de Utilização
Gerados no exercício de 2017	8.823.829,36	-	2022
Gerados no exercício de 2016	8.479.425,72	8.479.425,72	2028
Gerados no exercício de 2015	7.068.991,39	7.068.991,39	2027
Gerados no exercício de 2013	9.293.494,84	9.293.494,84	2018
	33.665.741,31	24.841.911,95	

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do artº 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2017 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 33.665.741,31€. A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2017	2016
Resultado antes de imposto	(11.627.770,19)	(12.718.409,60)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Lucro tributável ACE	70.320,83	69.139,92
Anulação MEP Soflusa	1.777.290,11	1.475.638,57
Provisões não dedutíveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	-	83.325,42
Perdas por imparidade em inventários	-	25.556,79
Donativos não previstos	2.133,76	6.401,27
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	-
Limitação dedução gastos de financiamento	1.028.073,73	2.625.979,28
Anulação dividendos ACE	-	(75.646,05)
Anulação MEP OTLIS	(70.320,83)	-
Reversão provisões tributadas	(1.000,00)	-
Mais valias contabilísticas	-	-
Outras deduções	(2.556,77)	28.588,68
Total dos acertos	2.803.940,83	4.238.983,88
Lucro tributável	(8.823.829,36)	(8.479.425,72)
Prejuízos fiscais	-	-
Materia colectável	(8.823.829,36)	(8.479.425,72)
Colecta + Derrama	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	31.299,27	7.191,30
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	**31.299,27**	**7.191,30**
Taxa efectiva de imposto	-0,27%	-0,06%
Imposto corrente	31.299,27	7.191,30
Imposto diferido	-	-
	31.299,27	**7.191,30**

17 Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Créditos a receber", era composta da seguinte forma:

	Nota	2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo concedido	41.2	-	15.325.948,23	15.325.948,23	-	11.557.736,24	11.557.736,24
		-	**15.325.948,23**	**15.325.948,23**	-	**11.557.736,24**	**11.557.736,24**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio - longo prazo, vencendo juros à taxa nominal média de 2,18% tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

18 Outras contas a receber e Estado e outros entes públicos

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica de "Outros créditos a receber", é como segue:

		2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	528.425,60	-	528.425,60	581.343,35	-	581.343,35
Pessoal	ii)	96.359,63	-	96.359,63	34.192,97	-	34.192,97
Perdas de imparidade		(90.249,93)	-	(90.249,93)	(90.249,93)	-	(90.249,93)
Outros Devedores		**534.535,30**	**-**	**534.535,30**	**525.286,39**	**-**	**525.286,39**
Rendimentos a reconhecer no período	iii)	309.623,39	-	309.623,39	205.538,24	-	205.538,24
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.	iii)	380.291,94	-	380.291,94	139.406,11	-	139.406,11
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		54.611,65	-	54.611,65	41.569,00	-	41.569,00
Orçamento p/sinistros		-	-	-	47.164,50	-	47.164,50
Operadores Repartição		10.957,75	-	10.957,75	1.521,11	-	1.521,11
Indemnizações a receber de seguradoras		10.675,00	-	10.675,00	-	-	-
Outros		-	-	-	791	-	791,22
Acréscimos de rendimentos		**766.159,73**	**-**	**766.159,73**	**435.990,18**	**-**	**435.990,18**
Gastos a reconhecer		31.300,51	-	31.300,51	31.558,63	-	31.558,63
Outros	iv)	-	-	-	19.969,09	-	19.969,09
Gastos diferidos		**31.300,51**	**-**	**31.300,51**	**51.527,72**	**-**	**51.527,72**
Total		**1.331.995,54**	**-**	**1.331.995,54**	**1.012.804,29**	**0,00**	**1.012.804,29**

i) Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2017			2016		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Actual	a)	-	-	-	-	-	-
Caistejo	b)	61.904,48	(61.904,48)	-	61.904,48	(61.904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro	c)	20.825,00	(20.825,00)	-	20.825,00	(20.825,00)	-
Gisparques	d)	-	-	-	94.068,13	-	94.068,13
Cristina de Jesus Vaz da Costa	e)	1.523,04	(1.523,04)	-	1.523,04	(1.523,04)	-
Outros	f)	444.173,08	(5.997,41)	438.175,67	403.022,70	(5.997,41)	397.025,29
Total		**528.425,60**	**(90.249,93)**	**438.175,67**	**581.343,35**	**(90.249,93)**	**491.093,42**

a) O saldo a receber referia-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo tinha registado uma perda de imparidade referente à expetativa de realização. Em Outubro de 2018 foi proferida a sentença, evento subsequente que determinou a utilização dessa perda por imparidade em 2015, no âmbito da reapresentação das contas desse exercício em maio de 2019;

b) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, sendo que a Transtejo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA.
d) O valor em 31 de dezembro de 2016 refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais da Empresa, concessionados à Gisparques.
e) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços.
f) Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da OTLIS - Operadores Transportes Região Lisboa, ACE (37.815,59€), MOP - Multimédia Outdoors Portugal - Publicidade, SA (11.687,66€), Navalria (4.977,16€) e protocolo assinado em 2014 com a Navalria (343.415,00€), saldo que tem contrapartida nos diferimentos passivos (ver Nota 30).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

	2017	2016
0 a 180 dias	75.912,17	94.464,94
+180 dias	362.263,50	396.628,48
Total	438.175,67	491.093,42

ii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

iii) Acréscimo de rendimentos

a) Protocolo com a Carristur referente ao ano de 2017 no montante de 309.623,39€;

b) Especialização dos gastos suportados pela Transtejo e que são da responsabilidade da Soflusa no montante de 380.291,94€.

iv) Gastos diferidos

Em 2016, a rubrica "outros" incluiu o montante de 19.969,09€ pendente de regularização com a companhia de seguros.

Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Devedor	Credor (Nota 29)	Devedor	Credor (Nota 29)
IRC - Imposto s/ rendimento	82.026,24	-	75.801,04	-
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	642.737,96	-	1.276.945,87	-
IRS - Imposto s/ rendimento	-	82.228,25	-	88.937,47
Contribuições p/ segurança social	-	158.480,25	-	154.287,07
Outros	-	2.844,00	3.731,08	2.544,00
	724.764,20	**243.552,50**	**1.356.477,99**	**245.768,54**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de IVA a receber no montante de 642.737,96€ correspondia ao crédito de imposto cujo reembolso foi solicitado em março de 2018, tendo sido recebido em agosto de 2018.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais dos colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

19 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Transtejo tem registado na rubrica de "diferimentos" os seguintes saldos:

	2017	2016
Turismo - Artigos para venda	-	28.207,56
Outros	30.991,29	17.804,29
Diferimentos de Ativos	**30.991,29**	**46.011,85**

Em "outros" encontram-se essencialmente:

a) Reconhecimento de rendimentos de contratos de concessão dos parques de estacionamento;
b) Receita de 2017 referente ao reembolso de despesas da Carristur.

20 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Caixa	82.845,50	106.718,98
Depósitos bancários	4.383.472,25	2.485.753,10
Caixa e equivalentes de caixa	**4.466.317,75**	**2.592.472,08**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa individual para o exercício findo em dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	2017	2016
Numerário		
- Caixa	82.845,50	106.718,98
	82.845,50	**106.718,98**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	4.383.472,25	2.485.753,10
	4.383.472,25	**2.485.753,10**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**4.466.317,75**	**2.592.472,08**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**4.466.317,75**	**2.592.472,08**
Outros depósitos	-	-
Total	**4.466.317,75**	**2.592.472,08**

Os valores apresentados em Caixa e seus equivalentes no final do período refletem o esforço de liquidação de compromissos efetuados no final de 2017, como medida necessária a salvaguardar a gestão de dotações orçamentais para o exercício de 2018.

21 Capital

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 23.394.193 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
2017	41.605.017	208.025.085,00
Capital Social	**41.605.017**	**208.025.085,00**

	Número de acções	Capital Social
2016	23.394.193	116.970.965,00
Capital Social	**23.394.193**	**116.970.965,00**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

No decurso de 2017 o acionista efetuou aumentos de capital, no montante de 91.054.120,00€, realizado em numerário no valor de 65.811.958,77€ (cobertura do plano de investimentos e serviço da dívida na banca comercial) e por conversão de créditos no valor de 25.242.161,23€ (créditos referentes ao serviço da dívida contratada desde 2013 junto do Estado português/DGTF).

22 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Variações Capital Próprio	Total
1 de janeiro de 2016	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	**-**	**(229.043.911,45)**
(Diminuição)/Adição	1.302.064,33	(11.914.559,94)	-	(10.612.495,61)
31 de dezembro de 2016	**(155.220,88)**	**(239.501.186,18)**	**-**	**(239.656.407,06)**
(Diminuição)/Adição	155.220,88	(12.725.600,90)	189.751,13	(12.380.628,89)
Regularização por resultados	-	(121.428,57)		(121.428,57)
31 de dezembro de 2017	**(0,00)**	**(252.348.215,65)**	**189.751,13**	**(252.158.464,52)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" apresentado em 31 de dezembro de 2016 resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 26 - Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

As contas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 24 de maio de 2018. Foram de igual modo, aprovadas as sucessivas propostas de aplicação de resultados de cada exercício.

O presente documento integra o novo processo de Prestação de Contas do exercício de 2017, reformulado na sequência dos desenvolvimentos, relativamente à aprovação de contas, que se encontrava pendente, referente aos exercícios referidos.

Considerando o tempo entretanto decorrido, foi necessário efetuar análise de factos subsequentes nos anos posteriores a 2015, encontrando-se em reapreciação os documentos de prestação de contas dos exercícios de 2015 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os capitais próprios da Empresa encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

23 Ajustamentos/outras variações de capital próprio

Em 2017, a Transtejo aplicou pela primeira vez o método de equivalência patrimonial à participação na Otlis, ACE. A participação detida é de 14,29% (nota 11), dando deste modo a regularização contabilística e fiscal de uma operação que no antecedente não vinha sendo refletida de forma apropriada.

Os movimentos do exercício decorrentes da aplicação do método decompõem-se da seguinte forma:

	Ajustamentos transição	lucros não atribuídos	Total
A 1 de Janeiro de 2017	-	-	-
Distribuição resultado 2016	68.322,56	-	68.322,56
Reultados n/ atribuídos anos anteriores	-	121.428,57	121.428,57
A 31 de Dezembro de 2017	**68.322,56**	**121.428,57**	**189.751,13**

24 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total		Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de Janeiro de 2017	**186.000,00**	**5.504.285,60**	**5.690.285,60**	**A 1 de Janeiro de 2016**	**193.000,00**	**4.028.647,03**	**4.221.647,03**
Dotação	-	1.777.290,11	1.777.290,11	Dotação	-	1.475.638,57	1.475.638,57
Utilização	-	-	-	Utilização	(7.000,00)	-	(7.000,00)
Outros	-		-	Outros	-	-	-
Reversão	(1.000,00)		(1.000,00)	Reversão	-	-	-
							-
A 31 de Dezembro de 2017	**185.000,00**	**7.281.575,71**	**7.466.575,71**	**A 31 de Dezembro de 2016**	**186.000,00**	**5.504.285,60**	**5.690.285,60**
Saldo corrente	-	-	-	Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	185.000,00	7.281.575,71	7.466.575,71	Saldo não corrente	186.000,00	5.504.285,60	5.690.285,60
	185.000,00	**7.281.575,71**	**7.466.575,71**		**186.000,00**	**5.504.285,60**	**5.690.285,60**

Foi reconhecido na demonstração do rendimento integral de 2017 um gasto líquido o valor de 1.776.290,11€ (1.475.638,57€ em 31 de dezembro de 2016) em dotações de provisões. O valor reconhecido em 2017 inclui 1.777.290,11€ (1.475.638,57€ em 2016) referente ao prejuízo da subsidiária Soflusa (Nota 10).

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2017 e 2016 como segue:

Provisões para processos judiciais em curso	2017	2016
Actual - Activ. Hotel, Lda (Nota 18)	135.000,00	135.000,00
Processos - Passageiros	-	-
Processos - Outros	50.000,00	51.000,00
Total	**185.000,00**	**186.000,00**

O detalhe da Provisão para outros riscos e encargos em 31 dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

Outros riscos e encargos	01.01.17	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.17
Soflusa, SA	5.462.785,60	1.783.812,82	-	(6.522,71)	7.240.075,71
Matérias ambientais	41.500,00	-	-	-	41.500,00
	5.504.285,60	1.783.812,82	-	(6.522,71)	7.281.575,71

Outros riscos e encargos	01.01.16	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.16
Soflusa, SA	3.987.147,03	1.557.310,08	-	(81.671,51)	5.462.785,60
Matérias ambientais	41.500,00	-	-	-	41.500,00
	4.028.647,03	1.557.310,08	-	(81.671,51)	5.504.285,60

25 Financiamentos Obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	55.000.000,00	-	55.000.000,00
Empréstimos bancários	23.762.267,00	57.388.155,99	81.150.422,99	23.050.979,67	78.650.423,00	101.701.402,67
	23.762.267,00	**57.388.155,99**	**81.150.422,99**	**78.050.979,67**	**78.650.423,00**	**156.701.402,67**
Juros a pagar - especialização	124.793,24	-	124.793,24	195.200,34	-	195.200,34
	23.887.060,24	**57.388.155,99**	**81.275.216,23**	**78.246.180,01**	**78.650.423,00**	**156.896.603,01**

A Transtejo contraiu um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000,00 €, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos e vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Este empréstimo vencia juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tinha o aval do Estado Português. Na data prevista, 2 de fevereiro de 2017, a Transtejo procedeu à liquidação deste financiamento.

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€ e, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 6 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em resultado das operações supra descritas, no final de 2016, o montante em dívida ao Estado ascendia a 101.701.402,67€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

A parcela dos empréstimos bancários tem o seguinte plano de reembolsos:

	IGCP	Banca Comercial	Total
2018	23.762.267,00	-	23.762.267,00
2019 e Seguintes	57.388.155,99	-	57.388.155,99
	81.150.422,99	**0,00**	**81.150.422,99**

26 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	-	-	155.220,88
	-	-	-	155.220,88

Em 26 de janeiro de 2007, a Transtejo tinha contratado um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000€, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de fevereiro de 2007. As obrigações foram tomadas firme pelo Depfa ACS e foram cotadas na Euronext Lisbon.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República - 2ª Série - Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português.

Para cobrir o risco da taxa de juro associado a esta operação, a Transtejo procedeu à contratação de swap, conforme enquadrado na nota 5.

Em 2017, na data de vencimento do financiamento, permanecia em vigor um swap com as seguintes características:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2017	Justo valor em 31.12.2016
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	-	(155.220,88)
		Saldo credor	-	(155.220,88)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor deste instrumento foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2016.

Em fevereiro de 2017, o "swap" foi totalmente ajustado em consequência da liquidação integral do referido empréstimo obrigacionista.

27 Diferimentos

O detalhe de diferimentos não correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Subsídio ao investimento	10.247.764,87	10.899.693,27
Outros passivos não correntes	**10.247.764,87**	**10.899.693,27**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram entregues pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no período ascendeu a 651.928,66€ e encontra-se registado na rubrica "Diferimentos" (Nota 30).

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2017 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	Nota	2017	2016
Saldo inicial		**11.551.621,93**	**12.203.550,85**
Adições do período		-	-
Proveitos reconhecidos no período	37	(651.928,66)	(651.928,92)
Saldo final de subsídios a reconhecer		**10.899.693,27**	**11.551.621,93**

28 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição		2017	2016
Fornecedores - Grupo		-	-
Fornecedores - Terceiros	i)	61.204,26	750.953,48
Total		**61.204,26**	**750.953,48**

i) Fornecedores - Terceiros: os saldos mais significativos à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 por entidade são como segue:

Descrição entidade	2017	2016
OTLIS	36.888,55	82.907,32
Fórum Selecção	7.816,82	-
HR - Aluguer Automóveis	5.349,11	-
Faster Ways	4.465,74	-
EDP Comercial	2.832,67	-
Petrogal	-	110.095,28
Companhia Carris Ferro Lisboa	-	170.906,23
Metropolitano de Lisboa	-	176.990,48
Lusitânia - Companhia seguros	-	51.790,53
Gisparques	-	33.299,45
Outras entidades	3.851,37	124.964,19
Total	**61.204,26**	**750.953,48**

Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2017 resultam, essencialmente, de repartição de receita de passes combinados, sobressalentes para navios, serviços de aluguer de viaturas, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2017	2016
0 a 180 dias	61.204,26	750.953,48
+180 dias	-	-
Total	61.204,26	750.953,48

29 Estado e Outros entes públicos e Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica "Estado e Outros entes públicos" e "Outras dívidas a pagar" é como segue:

	Nota	2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos							
Imposto s/ rendimento - IRS	i)	82.228,25	-	82.228,25	88.937,47	-	88.937,47
Contribuições p/ segurança social	i)	158.480,25	-	158.480,25	154.287,07	-	154.287,07
Outros	i)	2.844,00	-	2.844,00	2.544,00	-	2.544,00
		243.552,50	-	243.552,50	245.768,54	-	245.768,54
Outros credores							
Credores diversos	ii)	2.755.420,06	-	2.755.420,06	2.808.465,65	-	2.808.465,65
Acréscimo de gastos							
Juros a pagar	iii)	-	-	-	552.851,85	-	552.851,85
Remunerações a pagar	iv)	1.101.045,61	-	1.101.045,61	846.302,33	-	846.302,33
Outros	v)	754.703,10	-	754.703,10	607.054,28	-	607.054,28
		1.855.748,71	-	1.855.748,71	2.006.208,46	-	2.006.208,46
Outras dívidas a pagar		**4.611.168,77**	**-**	**4.611.168,77**	**4.814.674,11**	**-**	**4.814.674,11**

i) **Estado e outros entes públicos** - ver descritivo Nota 18, "Outros Créditos a Receber";

ii) **Outros credores -** dos saldos acima classificados como Outros credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do protocolo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente ao Terminal do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do Investimento (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo no valor de (10.925.000,00€). Até à data não existem desenvolvimentos quanto à forma de regularização desta dívida.

iii) **Juros a pagar** - especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo (bancos comerciais);

iv) **Remunerações a pagar** - especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros);

v) **Outros** - essencialmente especialização de licenças de ocupação (277.713,86€), operadores de repartição (424.683,92€) e consumo de energia (11.759,18€).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

30 Diferimentos

O detalhe de "Diferimentos" à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

		2017	2016
Subsídio ao investimento (Nota 26)		651.928,66	651.928,92
Antecipação de receita	i)	166.669,41	181.098,34
Licença de ocupação		22.089,35	10.948,04
Outros	ii)	353.440,31	364.371,11
Diferimentos		**1.194.127,73**	**1.208.346,41**

i) Antecipação de receita - Valores de venda de passes e bilhetes recebidos em 2017 cuja faturação será emitida em 2018;

ii) Outros - O montante de 343.415€ diz respeito ao valor a receber na sequência de um protocolo celebrado com a Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., referente à regularização de um montante reconhecido por aquele estaleiro no âmbito de compensações por deficiências do projeto de construção de 2 navios ferryboat (ver Nota 18 - Outros devedores (Navalria)).

31 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2017	2016
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	2.598.005,33	2.360.963,58
Intermodais	ii)	1.389.899,46	1.301.847,35
Passes próprios	iii)	730.397,25	640.828,43
Combinados	iv)	1.432.733,92	1.363.382,71
Zapping	v)	1.292.715,08	1.087.136,03
Tráfego de veículos	vi)	62.646,08	46.886,21
Aluguer de embarcações	vii)	66.350,00	4.950,00
Bilhete 24h	viii)	90.263,42	17.796,44
Outros		710,20	722,62
Total prestações de serviços		**7.663.720,74**	**6.824.513,37**

O montante das prestações de serviços em 2017 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).
ii) **Intermodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.
iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.
iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.
v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.
vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.
vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros.
viii) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

32 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

Descrição	2017	2016
Indemnizações compensatórias	1.094.339,64	1.094.339,63
Sub_23 e 4_18	76.451,28	72.202,92
Compensação Passe Social +	90.741,15	134.179,15
Total subsídios à exploração	**1.261.532,07**	**1.300.721,70**

O valor registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas registadas nesta rubrica pelo valor líquido de IVA, correspondem, ao montante atribuído à Transtejo pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (em 2017 e 2016: Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência, foi fixado por distribuição de plafond, não tendo por base o critério de compensação financeira unitária por passageiro transportado, aplicado nos anos de 2012 a 2014 conforme se encontrava definido no Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Empresa em 21 de Setembro de 2012. Atualmente encontra-se em fase de preparação um novo projeto de contratualização do serviço público de transporte, de suporte à atribuição de compensações financeiras à Transtejo.

A distribuição das compensações financeiras entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias foi publicada na RCM nº133/2017 e RCM nº37-B/2016.

Em 2017 a empresa encontrava-se em fase de negociação do contrato de serviço público com o seu acionista.

33 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2017	2016
Combustíveis	2.552.581,32	2.201.956,71
Consumo de lubrificantes	56.312,79	60.746,41
Materiais de consumo	41.675,11	39.019,09
Economato	102.714,58	97.360,72
Consumo de sobressalentes	378.908,66	197.887,81
Consumo mat. Reparações	52.974,68	43.015,62
Total	**3.185.167,14**	**2.639.986,36**

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pela Empresa entre as margens norte e sul do rio Tejo.

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2017 e 2016 foi determinado como segue:

	2017	2016
Existências iniciais (Nota 14)	725.171,05	605.040,19
Compras de materiais diversos	3.917.577,41	3.402.764,52
Regularização de existências	(642.647,30)	(642.647,30)
Existências finais (Nota 14)	(814.934,02)	(725.171,05)
Gastos do exercício	**3.185.167,14**	**2.639.986,36**

34 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

		2017	2016
Conservação e reparação	i)	1.753.253,71	1.673.806,62
Trabalhos especializados	ii)	870.504,56	670.763,90
Vigilância e Segurança	iii)	599.857,91	606.487,31
Fretamento de navios	iv)	634.700,00	528.000,00
Seguros	v)	232.061,30	350.769,86
Rendas e alugueres	vi)	256.694,18	217.341,55
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	193.774,24	195.240,57
Eletricidade	viii)	156.241,27	148.088,05
Outros		322.232,80	368.253,72
Fornecimentos e serviços externos		**5.019.319,97**	**4.758.751,58**

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiros, no valor de 1.611.027,36€ (1.604.273,52€ em 2016). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pela Transtejo com os serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) **Fretamento de navios:** encargos suportados pela Transtejo com os contratos de fretamento de duas embarcações à Soflusa ("Cesário Verde" e "Pedro Nunes");

v) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante se refere à cobertura de riscos relacionados com as 19 embarcações que compõem a frota da Transtejo (ramo marítimo-cascos);

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo;

vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;

viii) **Eletricidade:** estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

35 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, desdobram-se do seguinte modo:

	2017	2016
Remunerações		
Orgãos sociais	263.765,29	236.460,75
Pessoal	5.819.716,35	5.311.882,08
Sub-total	**6.083.481,64**	**5.548.342,83**
Encargos sobre remunerações	1.496.146,11	1.320.069,90
Seguros acidentes de trabalho	92.027,09	149.498,15
Indemnizações	-	123.728,41
Outros gastos com pessoal	744.924,73	621.075,14
Sub-total	**2.333.097,93**	**2.214.371,60**
Gastos com o pessoal	**8.416.579,57**	**7.762.714,43**

O número efetivo de empregados da Transtejo em 31 de dezembro de 2017 foi de 301 (297 em 31 de dezembro de 2016).

Em 2017, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal deve-se essencialmente a: reversão das reduções remuneratórias e da reposição parcial de componentes da massa salarial, e, reposição de 50% dos direitos adquiridos, conforme determinado na Lei do OE2017; assim como, a promoção de técnicos administrativos de acordo com o disposto no AE da Transtejo.

36 Outros rendimentos e gastos

O detalhe da rubrica dos outros rendimentos e gastos em 2017 e 2016 é o seguinte:

	2017	2016
Outros gastos		
Impostos	41.522,46	29.431,69
Perdas em investimentos não financeiros	79.466,70	-
Outros gastos	93.786,41	223.592,46
	214.775,57	**253.024,15**
Outros rendimentos		
Aluguer de equipamento	305.216,61	295.240,33
Cedências	34.256,16	24.859,79
Concessão/protocolo	428.321,05	354.803,69
Cartões para passes e outros	384.020,71	317.878,27
Outros	252.196,09	63.477,25
	1.404.010,62	**1.056.259,33**

A rubrica "Outros gastos" é composta, essencialmente, por taxas diversas (serviços municipalizados), sinistros de navios e outros gastos (donativos, quotizações e outros não especificados).

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2017 e 2016 é o seguinte:

Descrição	Nota	2017	2016
Activos intangíveis	9	20.410,22	10.186,10
Activos fixos tangíveis	8	2.017.323,80	2.059.411,60
Subsídios reconhecidos no exercício	27	(651.928,66)	(651.928,92)
		1.385.805,36	**1.417.668,78**

38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

		2017	2016
Gastos financeiros			
Juros suportados	i)	(2.265.577,82)	(3.753.712,64)
Outros gastos financeiras		(56.222,22)	(167.594,89)
		(2.321.800,04)	**(3.921.307,53)**
Rendimentos financeiros			
Juros obtidos	ii)	292.383,31	279.098,14
Rendimentos participação capital	iii)	-	75.646,05
Juros mora		-	-
		292.383,31	**354.744,19**

i) **Juros suportados –** inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista.

ii) **Juros obtidos –** referem-se essencialmente a juros obtidos no âmbito do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa à taxa de 2,18%.

iii) **Rendimentos participação capital –** referem-se à quota parte dos resultados da OTLIS ACE em 2016. Em 2017, a Transtejo passou a aplicar o MEP, refletindo na rubrica "ganhos em empreendimentos conjuntos" a sua quota parte (14,29%) nos resultados da sua participada.

39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2017 e 2016, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 11.659.069,46€ e 12.725.600,90€, respetivamente.

40 Passivos contingentes

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a empresa havia solicitado a emissão de garantias, como segue:

Beneficiário	Natureza	Banco	2017	2016
APL - Administração do Porto de Lisboa	Doca Jardim do Tabaco	BPI	688,34	688,34
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Cartão Galp Frota	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Barreiro	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Sul e Sueste - Lisboa	BPI	2.173,00	2.173,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Montijo - Seixalinho	BPI	7.639,56	7.639,56
SLE - Electricidade do Sul, S.A.	Terminal Fluvial Seixal	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	Toda a Empresa	BES	35.424,00	35.424,00
			58.512,75	**58.512,75**

Adicionalmente, as garantias prestadas pela Empresa ou pelo acionista ao abrigo dos empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 26.

41 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, mantendo-se esta entidade como seu acionista único.

41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 263.765,29€ (236.460,75€ em 2016):

	2017	2016
Conselho de Administração	231.908,66	215.809,44
Assembleia Geral	-	-
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	31.856,63	20.651,31
	263.765,29	**236.460,75**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas estão contabilizados em "Fornecimentos e Serviços Externos - Trabalhos Especializados" e ascenderam a 24.030€ em 2017 e 14.652€ em 2016.

A estrutura de fiscalização da sociedade foi alterada a partir de julho de 2008, por força da alínea a) do nº2 do art.º 413º do Código das Sociedades Comerciais, adotando a modalidade prevista na alínea b) do nº 1 do mesmo artigo.

41.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista:

Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças

Subsidiária:

Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Empreendimentos Conjuntos:

Otlis, ACE

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionista e as suas partes relacionadas:

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Transtejo efetuou as seguintes transações com o seu Acionista e as suas partes relacionadas (SEE), apresentando os seguintes saldos à data do relato financeiro:

	2017				2016			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	124.469,04	-	-	-	162.713,32	-	-	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	825.328,77	239,49	260,72	-	981.632,73	1.057,68	-	170.906,23
CP - Comboios de Portugal EPE	47.489,72	-	-	-	182.608,93	-	-	565,93
Metropolitano de Lisboa, EPE	465.846,70	8.459,59	21.215,61	-	379.525,30	-	1.545,01	176.990,48
	1.463.134,23	**8.699,08**	**21.476,33**	-	**1.706.480,28**	**1.057,68**	**1.545,01**	**348.462,64**

ii) Subsidiária:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações com a sua subsidiária Soflusa:

	2017					2016				
	Transacções		Saldos		Acréscimos	Transacções		Saldos		Acréscimos
	Débito	Crédito	Devedor (Nota 17)	Credor	Débito (Nota 19)	Débito	Crédito	Devedor (Nota 17)	Credor	Débito (Nota 19)
Soflusa - Sociedade fluvial de transportes, SA	635.724,98	359.261,98	15.325.948,23	277.713,86	380.291,94	528.000,00	279.278,10	11.557.736,24	-	380.291,94
	635.724,98	**359.261,98**	**15.325.948,23**	**277.713,86**	**380.291,94**	**528.000,00**	**279.278,10**	**11.557.736,24**	-	**380.291,94**

As transações a débito realizadas nos exercícios de 2017 e 2016 referem-se aos custos associados aos contratos de fretamento de navios casco nu, celebrados a 23 de fevereiro de 2005, para as embarcações "Cesário Verde" e "Pedro Nunes".

As transações a crédito referem-se a juros obtidos respeitantes à remuneração do empréstimo de tesouraria corrente concedido à Soflusa, o qual ascendia a 15.325.948,23€ em 31 de dezembro de 2017 (11.557.736,24€ em 31 de dezembro de 2016) e à imputação de gastos com o consumo de gasóleo dos navios da frota utilizados pela Soflusa em 2017.

iii) Empreendimentos conjuntos:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações e apresenta os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com os seus empreendimentos conjuntos:

	2017				2016			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	119.597,30	274.282,94	37.815,59	55.046,89	80.496,69	419.560,69	23.394,93	89.057,32
	119.597,30	**274.282,94**	**37.815,59**	**55.046,89**	**80.496,69**	**419.560,69**	**23.394,93**	**89.057,32**

42 Eventos subsequentes

Na sequência da aprovação das contas dos exercícios de 2010 a 2014 em maio de 2018, tal como referido na nota 22, foi feita uma análise aos eventos ocorridos após 2015 até à presente data, que resultou numa diminuição das Provisões no Balanço à data de 31 de dezembro de 2017, em consequência do desfecho favorável à Empresa nos anos posteriores a 2015 de vários processos judiciais que se encontravam em curso àquela data, tendo esse desfecho sido refletido no próprio exercício de 2015 no âmbito da nova versão das contas de 2015 integrada no processo de prestação de contas de 2015, 2016 e 2017, que se concluiu na presente data.

A Transtejo detém 100% do capital social da Soflusa e de acordo com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, esta sociedade apresentava um capital próprio negativo de 7.026.904,84 euros, verificando-se esta condição por um período de três exercícios económicos consecutivos. Tendo em vista cumprir o disposto no n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), foi proposto pela Transtejo, na Assembleia Geral de aprovação de contas da Soflusa referentes ao exercício de 2017 a aprovação de uma medida, destinada a superar a situação deficitária da empresa. Tal operação, concretizada em 2018, consistiu na recomposição do capital próprio da Soflusa, através de um aumento de Capital, por conversão de suprimentos, no montante de 15.000.000 € (quinze milhões de euros).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2017

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

&

ANEXO

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2017	2016
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	9	41.292.332,67	44.654.545,67
Ativos intangíveis	10	207.976,47	54.407,40
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	238.868,26	125.690,29
Outros investimentos financeiros	13	2.109,17	531,96
Total do Ativo não corrente		**41.741.286,57**	**44.835.175,32**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	965.728,50	872.684,04
Clientes	15	386.249,86	306.043,26
Imposto sobre o rendimento corrente	16	51.437,52	43.861,44
Outros créditos a receber	17	1.742.532,17	1.393.881,13
Estado e outros entes públicos	17	1.101.717,96	1.693.202,83
Diferimentos	18	30.991,29	46.011,85
Caixa e depósitos bancários	19	7.535.908,49	4.006.931,92
Total do Ativo corrente		**11.814.565,79**	**8.362.616,47**
Total do ativo		**53.555.852,36**	**53.197.791,79**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	20	208.025.085,00	116.970.965,00
Reservas de cobertura	21	-	(155.220,88)
Resultados transitados	21	(252.348.215,65)	(239.501.186,18)
Ajustamentos/outras variações capital próprio	22	189.751,13	-
Resultado consolidado liquido		(11.659.069,46)	(12.725.600,90)
Total do capital próprio		**(55.792.448,98)**	**(135.411.042,96)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	24	57.388.155,99	78.650.423,00
Instrumentos financeiros derivados	25	-	155.220,88
Provisões	23	1.049.558,18	427.732,56
Diferimentos	26	18.651.097,76	20.866.463,72
Total do Passivo não corrente		**77.088.811,93**	**100.099.840,16**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	24	23.887.060,24	78.246.180,01
Fornecedores	27	69.461,49	1.443.760,68
Imposto sobre o rendimento corrente	16	33.974,52	9.679,77
Outras dívidas a pagar	28	5.003.964,72	5.460.270,73
Estado e outros entes públicos	17	352.427,58	354.752,30
Diferimentos	29	2.912.600,86	2.994.351,10
Total do passivo corrente		**32.259.489,41**	**88.508.994,59**
Total do passivo		**109.348.301,34**	**188.608.834,75**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**53.555.852,36**	**53.197.791,79**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados			
Serviços prestados	30	16.659.540,69	15.283.589,89
Subsídios à exploração	31	1.795.837,65	1.806.918,88
Ganhos / perdas imputados às subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos		70.320,83	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(6.171.811,05)	(5.536.728,38)
Fornecimentos e serviços externos	33	(7.862.147,29)	(7.700.490,96)
Gastos com o pessoal	34	(12.369.362,43)	(11.440.327,14)
imparidades de inventários (perdas / reversões)	14	(14.797,30)	(14.417,20)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15 e 17	-	(25.556,79)
Provisões (aumentos / reduções)	23	(621.825,62)	(65.030,56)
Outros rendimentos	35	1.958.069,08	1.500.330,42
Outros gastos	36	(406.031,87)	(339.855,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.962.207,31)	(6.531.567,08)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	37	(4.556.453,75)	(4.554.058,93)
Amortizações de subsídios ao investimento	37	2.215.366,16	2.215.366,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9.303.294,90)	(8.870.259,65)
Juros e gastos similares suportados	38	(2.321.800,04)	(3.921.307,53)
Juros e rendimentos similares obtidos	38	-	75.646,05
Resultado antes de impostos		(11.625.094,94)	(12.715.921,13)
Imposto sobre o rendimento do período	16	(33.974,52)	(9.679,77)
Resultado líquido do período		**(11.659.069,46)**	**(12.725.600,90)**
Outros rendimentos do período			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	21	155.220,88	1.302.064,33
Total do rendimento integral do período		**(11.503.848,58)**	**(11.423.536,57)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(11.659.069,46)	(12.725.600,90)
Resultado por acção básico		(1,03)	(1,12)
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(11.503.848,58)	(11.423.536,57)
Resultado por acção básico		(,99)	(,98)

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luis Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2016		**58.248.220,00**	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	-	**(11.914.559,94)**	**(182.710.251,39)**
Aplicação do resultado de 2015:							
Transferência para resultados transitados	21	-	-	(11.914.559,94)	-	11.914.559,94	-
Realização de Capital em 2016		58.722.745,00	-	-	-	-	58.722.745,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio		-	1.302.064,33	-	-	-	1.302.064,33
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(12.725.600,90)	(12.725.600,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**116.970.965,00**	**(155.220,88)**	**(239.501.186,18)**	-	**(12.725.600,90)**	**(135.411.042,96)**
Alterações políticas contabilísticas				-121.428,57	189.751,13		68.322,56
Aplicação do resultado de 2016:							-
Transferência para resultados transitados	21	-	-	(12.725.600,90)	-	12.725.600,90	-
Realização de Capital em 2017	20	91.054.120,00	-	-	-	-	91.054.120,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	21	-	155.220,88	-	-	-	155.220,88
Total do rendimento integral do período	21	-	-	-	-	(11.659.069,46)	(11.659.069,46)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**208.025.085,00**	**0,00**	**(252.348.215,65)**	**189.751,13**	**(11.659.069,46)**	**(55.792.448,98)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		19.951.356,30	19.435.382,56
Pagamentos a Fornecedores		(20.069.168,55)	(20.596.211,74)
Pagamentos ao Pessoal		(11.232.029,25)	(7.990.455,26)
Caixa gerada pelas operações		**(11.349.841,50)**	**(9.151.284,44)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		146.996,43	(47.174,42)
Outros Recebimentos / Pagamentos da atividade operacional		3.638.462,34	1.237.084,32
		3.785.458,77	**1.189.909,90**
Fluxos de caixa das Atividades Operacionais (1)		**(7.564.382,73)**	**(7.961.374,54)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1.542.534,61)	(9.776.077,22)
Empréstimos Concedidos à Subsidiária		-	-
		(1.542.534,61)	**(9.776.077,22)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Ativos Intangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento (2)		**(1.542.534,61)**	**(9.776.077,22)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		2.500.000,00	16.446.510,62
Aumentos de capital		65.811.958,77	-
Outras operações de financiamento		68.322,56	-
		68.380.281,33	**16.446.510,62**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(55.000.000,00)	-
Juros e gastos Similares		(744.387,42)	(1.330.854,73)
Outras operações de financiamento		-	-
		(55.744.387,42)	**(1.330.854,73)**
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento (3)		**12.635.893,91**	**15.115.655,89**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**3.528.976,57**	**(2.621.795,87)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	4.006.931,92	6.628.727,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	7.535.908,49	4.006.931,92

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Drª Ema Maria de Almeida Ferreira

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa") (Ver Nota 8).

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que se rege pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na Nota 3.1.

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo ocorreu em dezembro de 2001, com a aquisição pela Transtejo da totalidade do capital da Soflusa constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente atividades marítimo - turísticas, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no referido diploma .

Apesar da relevância social destes serviços, os mesmos não se encontravam em 31 de dezembro de 2011 contratualizados. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos, através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo na Área Metropolitana de Lisboa, para o período de 2012-2014.

Atualmente, o Grupo encontra-se em fase de negociação do futuro contrato de serviço público com o seu acionista.

Neste contrato serão definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se nas obrigações do serviço público a prestar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Serão, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na

preparação das demonstrações financeiras separadas a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras separadas são apresentadas na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 7 - Revisão das divulgações(alteração)	1-Jan-2017	Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.
Alteração à IAS 12 – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas	1-Jan-2017	Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.
Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016	1-Jan-2017	Estas melhorias incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais uma é aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017: • IFRS 12 Divulgações de interesses noutras entidades

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

IFRS 16 - Locações	1-Jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1-Jan-18	A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016	1-Jan-18	Estas melhorias incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018: • IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS • IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações	Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na norma não eram muitos claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018
Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017	Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue: • IFRS 3 concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 acordos conjuntos • IAS 12 Imposto sobre o rendimento • IAS 23 custos de empréstimos obtidos

	Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de2019.
IFRIC 22 - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada	Esta norma estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma contraprestação paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Transtejo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

4.2. Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo).

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transações e os saldos entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação, bem como os dividendos distribuídos.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

4.3. Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

4.4. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Outros gastos" ou "Outros rendimentos ".

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2017	2016
USD	1,1993	1,0541
GBP	0,8872	0,8562

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

4.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações elegíveis são reconhecidas no custo do ativo, se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa e, caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

As embarcações de uma das empresas do Grupo (Soflusa SA) encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.7).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas', embora passe a ser registado ao menor do valor de mercado (deduzido de custos para vender) ou valor líquido contabilístico.

4.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira consolidada do Grupo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à

transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.8. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos

substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" (Nota 15) e "Outros créditos a receber" (Nota 17), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.9. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 - 'Instrumentos financeiros - Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

O Grupo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.10. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

O Grupo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de se qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de se qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração consolidada do rendimento integral.

4.11. Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

4.12. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração consolidada do rendimento integral, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Os créditos a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido dos créditos a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.13. Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

4.14. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa mãe, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.15. Passivos financeiros

A IAS 39 - 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

ii) Outros passivos financeiros.

Os "Outros passivos financeiros" incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 24), "Fornecedores" (Nota 27) e "Outras dívidas a pagar" (Nota 28). Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.17. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira consolidada, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira consolidada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efetiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada período e não se perspetiva que tal situação venha a ser alterada no futuro.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.20. Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Diferimentos", sendo subsequentemente creditados na demonstração consolidada do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

4.21. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 24). Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.22. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", correntes, não vencem juros e os montantes são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

A rubrica de "Outras dívidas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.23. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualifiquem como tal.

4.24. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;

ii) Venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa), ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa) é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração consolidada do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.25. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira consolidada são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira consolidada são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

4.27. Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que o Grupo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades do Grupo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

Até 1 de fevereiro de 2017, o Grupo tinha contratado um empréstimo obrigacionista no montante de 55 M€, emitido com taxa variável, que expunha o Grupo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, o Grupo contratou no antecedente, duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assumia a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda correspondia a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank, que terminou em 2013. Estas operações permitiram ao Grupo reduzir os impactos financeiros associados às oscilações da taxa de juro do financiamento negociado.

Ao longo da vigência do contrato de empréstimo de 55M€, o Grupo efetuou a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica, utilizando diversos cenários, através dos quais calculou o impacto em custos e proveitos associado às efetivas flutuações da taxa de juro.

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

31 de dezembro de 2017:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.287.542,29€.

31 de dezembro de 2016:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.749.849,64€.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes a AML - Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outros créditos a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O Grupo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre o Grupo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

2017	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 887 060,24	56 971 489,32	416 666,67	81 275 216,23
Empréstimo Obrigacionista	-	-	-	-
Derivados de Cobertura Passivos	-	-	-	-
Passivos Correntes				
Fornecedores	69 461,49	-	-	69 461,49
Outras dívidas a pagar	5 003 964,72	-	-	5 003 964,72
Diferimentos	2 912 600,86	-	-	2 912 600,86
	31 873 087,31	**56 971 489,32**	**416 666,67**	**89 261 243,30**

2016	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 246 180,01	77 939 139,17	711 283,83	101 896 603,01
Empréstimo Obrigacionista	55 000 000,00	-	-	55 000 000,00
Derivados de Cobertura Passivos	155 220,88	-	-	155 220,88
Passivos Correntes				-
Fornecedores	1 443 760,68	-	-	1 443 760,68
Outras dívidas a pagar	5 460 270,73	-	-	5 460 270,73
Diferimentos	2 994 351,10	-	-	2 994 351,10
	88 299 783,40	**77 939 139,17**	**711 283,83**	**166 950 206,40**

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os

julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 23).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração consolidada do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade de dívidas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras consolidadas, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Perdas por Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros do Grupo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos

instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2017.

7 Segmentos operacionais

O Grupo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente o Grupo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

		Percentagem efectiva do capital	
Denominação social	Sede	2017	2016
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

Estas entidades foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (possa exercer, ou exerça efetivamente, influência dominante ou controlo).

9 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	16.100.987,32	130.022.020,74	247.398,65	217.967,10	1.207.774,42	946.033,17	768.387,50	149.555.565,69
Adições	-	22.526,80	1.063.489,87	-	2.392,17	58.074,83	700,74	765.412,89	1.912.597,30
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(666.547,50)	(666.547,50)
Abates	-	(27.117,23)	-	-	(1.091,87)	(98.009,25)	-	(79.890,00)	(206.108,35)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**44.996,79**	**16.096.396,89**	**131.085.510,61**	**247.398,65**	**219.267,40**	**1.167.840,00**	**946.733,91**	**787.362,89**	**150.595.507,14**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	7.562.724,47	94.785.904,62	247.398,65	210.393,72	1.187.082,51	907.516,05	-	104.901.020,02
Depreciação - exercício (nota 36)	-	401.808,87	4.081.908,95	-	3.722,98	30.393,02	10.206,39	-	4.528.040,21
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	(27.117,23)	-	(1.091,87)	(97.064,46)	(612,20)	-	(125.885,76)
Saldo final	**-**	**7.964.533,34**	**98.840.696,34**	**247.398,65**	**213.024,83**	**1.120.411,07**	**917.110,24**	**-**	**109.303.174,47**
	44.996,79	**8.131.863,55**	**32.244.814,27**	**-**	**6.242,57**	**47.428,93**	**29.623,67**	**787.362,89**	**41.292.332,67**

A rubrica de Equipamento básico a 31 de dezembro de 2017 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 23.256.938,42€ (26.256.252,60€ a 31 de dezembro de 2016).

Adições

No exercício de 2017, registaram-se aumentos no valor total de 1.912.597,30€ (10.531.904,06€ em 2016). Neste montante, destaca-se como mais relevante, a capitalização dos projetos que se encontravam em curso em períodos anteriores, designadamente o projeto de reparação do reforço das estacas dos pontões de interface do Terreiro do Paço e de aquisição de meios de salvação na frota; como aquisições diretas, destaca-se a aquisição de diversas MAVB para os terminais. Estas aquisições encontram-se registadas na rubrica de equipamento básico (960.108€). A rubrica Ativos em Curso inclui o montante de 489.4220€ referente aos projetos de revisão das caixas redutoras e dos motores diesel MTU dos navios Fernando Namora e Gil Vicente, e, aquisição e instalação de 100 validadores para os terminais de fiscalização.

Abates

No exercício de 2017, foram abatidos ativos fixos tangíveis no montante de 125.671,56€, de acordo com deliberação do Conselho de Administração, por se encontrarem obsoletos.

Alienações

No exercício de 2017 não ocorreram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	16.100.987,32	120.245.943,81	247.398,65	209.182,91	1.192.218,98	943.733,17	39.200,00	139.023.661,63
Adições	-	-	9.776.076,93	-	8.784,19	15.555,44	2.300,00	729.187,50	10.531.904,06
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**44.996,79**	**16.100.987,32**	**130.022.020,74**	**247.398,65**	**217.967,10**	**1.207.774,42**	**946.033,17**	**768.387,50**	**149.555.565,69**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	7.161.103,34	90.672.997,10	240.586,15	208.134,34	1.176.532,80	897.793,46	-	100.357.147,19
Depreciação - exercício (nota 36)	-	401.621,13	4.112.907,52	6.812,50	2.259,38	10.549,71	9.722,59	-	4.543.872,83
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**7.562.724,47**	**94.785.904,62**	**247.398,65**	**210.393,72**	**1.187.082,51**	**907.516,05**	-	**104.901.020,02**
	44.996,79	**8.538.262,85**	**35.236.116,12**	-	**7.573,38**	**20.691,91**	**38.517,12**	**768.387,50**	**44.654.545,67**

Adições

No exercício de 2016, registaram-se aumentos no montante total de 10.531.904,35€ (48.069,91€ em 2015). Neste montante, destaca-se como mais relevante, o projeto de aquisição ao Metro de Lisboa, de 5 pontões em estado de uso no Terminal do Terreiro do Paço. Esta aquisição encontra-se registada na rubrica de Equipamento básico (9.776.077,32€). A rubrica Ativos em Curso inclui o montante de 729.187,50€ referente aos projetos de reparação do reforço das estacas dos pontões de interface ao Terreiro do Paço e à aquisição de meios de salvação na frota (projeto de substituição de jangadas rígidas por balsas pneumáticas).

Alienações

No exercício de 2016 não ocorreram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Descrição	2017	2016
Motores diesel MTU e revisão caixas redutoras	597.951,39	-
Projeto aquisiçãoe instalação 100 validadores	167.461,50	-
Meios salvação para os navios	-	707.237,50
Reparação estaca pontão	21.950,00	21.950,00
	787.362,89	729.187,50

10 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2017				2016		
	Software	Activos Intangíveis em curso	Total		Software	Activos Intangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO				**ACTIVO BRUTO**			
Saldo Inicial	1.025.972,12	40.432,00	1.066.404,12	Saldo Inicial	1.005.144,12	23.792,00	1.028.936,12
Adições	167.219,73	14.762,88	181.982,61	Adições	20.828,00	16.640,00	37.468,00
Transferências e abates	(398,00)	-	(398,00)	Transferências e abates	(796,00)	-	(796,00)
Reclassificações				Reclassificações	-	-	-
Saldo final	**1.192.793,85**	**55.194,88**	**1.247.988,73**	**Saldo final**	**1.025.176,12**	**40.432,00**	**1.065.608,12**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-	-	-	**AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS**			
Saldo inicial	1.011.996,72	-	1.011.996,72	Saldo inicial	1.001.810,62	-	1.001.810,62
Depreciações (Nota 36)	28.413,54	-	28.413,54	Depreciações (Nota 36)	10.186,10	-	10.186,10
Transferências e abates	(398,00)	-	(398,00)	Transferências e abates	(796,00)	-	(796,00)
Reclassificações	-	-	-	Reclassificações	-	-	-
Saldo final	**1.040.012,26**	**-**	**1.040.012,26**	**Saldo final**	**1.011.200,72**	**-**	**1.011.200,72**
	152.781,59	**55.194,88**	**207.976,47**		**13.975,40**	**40.432,00**	**54.407,40**

O aumento registado em 2017 na rubrica de intangíveis diz respeito à aquisição de software para módulos de pagamento eletrónico e software de faturação certificada para todos os terminais do Grupo.

O aumento registado em 2016 na rubrica de intangíveis diz respeito à implementação de um novo software para organização e gestão da manutenção, migração de plataforma Glose para plataforma WEB.

11 Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos da rubrica de "participações financeiras - método da equivalência patrimonial" foram os seguintes:

	2017	2016
1 de janeiro	**125.690,29**	**125.690,29**
Movimentos do exercício	**113.177,97**	-
31 de dezembro	**238.868,26**	**125.690,29**

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, as suas respetivas sedes sociais, a proporção do capital detido e o valor de balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

		Percentagem efectiva de capital		Valor de balanço	Valor de balanço
Denominação social	Sede	2017	2016	2017	2016
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Otlis, ACE.	Lisboa	14,29%	14,29%	238.868,26	125.690,29
				238.868,26	125.690,29

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

No exercício de 2017, foi aplicado pela primeira o método de equivalência patrimonial à participação na empresa Otlis ACE. Os movimentos do exercício no valor de 113.177,97€ refletem os ajustamentos efetuados pela aplicação do MEP.

A contrapartida deste montante está refletida na rubrica "Ajustamentos/outras variações no capital próprio" (nota22).

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2017	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.535.908,49	-	-	-	-	7.535.908,49
Outros ativos financeiros	-	2.109,17	-	-	-	2.109,17
Clientes	386.249,86	-	-	-	-	386.249,86
Outros créditos a receber	1.049.285,08	-	-	824.004,10	970.960,95	2.844.250,13
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	30.991,29	-	30.991,29
Total ativos	**8.971.443,43**	**2.109,17**	**-**	**854.995,39**	**970.960,95**	**10.799.508,94**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(81.275.216,23)	-	(81.275.216,23)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	(69.461,49)	-	(69.461,49)
Outras dívidas a pagar	-	-	-	(4.318.878,49)	(1.037.513,81)	(5.356.392,30)
Diferimentos	-	-	-	(11.441.892,60)	(10.121.806,02)	(21.563.698,62)
Total passivos	**-**	**-**	**-**	**(97.105.448,81)**	**(11.159.319,83)**	**(108.264.768,64)**

2016	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4.006.931,92	-	-	-	-	4.006.931,92
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	306.043,26	-	-	-	-	306.043,26
Outros créditos a receber	1.029.453,84	-	-	1.720.905,28	336.724,84	3.087.083,96
Empréstimos concedidos		-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	46.011,85		46.011,85
Total ativos	**5.342.429,02**	**531,96**	**-**	**1.766.917,13**	**336.724,84**	**7.446.602,95**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(156.896.603,01)	-	(156.896.603,01)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(155.220,88)	-	-	(155.220,88)
Fornecedores	-	-	-	(1.443.760,68)	-	(1.443.760,68)
Outras dívidas a pagar	-	-	-	(15.758.197,06)	(1.106.071,00)	(16.864.268,06)
Diferimentos	-	-	-	(1.068.474,42)	(1.786.004,69)	(2.854.479,11)
Total passivos	**-**	**-**	**(155.220,88)**	**(175.167.035,17)**	**(2.892.075,69)**	**(178.214.331,74)**

13 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de "Outros investimentos financeiros" detalha-se como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital 2017	Percentagem efetiva de capital 2016	Valor de balanço 2017	Valor de balanço 2016
Outros activos financeiros					
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	Lisboa	0,00%	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro				496,05	496,05
Fundo Compensação de Trabalho				1.577,21	-
				2.109,17	**531,96**

Quer a participação na Comundo, quer as Obrigações do Tesouro, são ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Nota	2017	2016
Combustíveis		159.921,08	134.205,74
Lubrificantes		22.517,26	19.761,28
Materiais de consumo		34.121,33	47.384,97
Bilhetes		25.086,77	7.286,09
Sobresselentes		1.468.975,38	1.398.687,83
Materiais para reparações		145.010,41	140.464,56
Subtotal	32	1.855.632,23	1.747.790,47
Imparidades de inventários		(889.903,73)	(875.106,43)
Total inventários		**965.728,50**	**872.684,04**

O saldo da rubrica de "Inventários" compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos Inventários reconhecidos, em 2017, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 6.171.811,05€ (5.536.728,38€ em 31 de dezembro de 2016) (Nota 32).

Imparidade de inventários

	2017	2016
A 1 de janeiro	875 106,43	860 689,23
Aumentos	14 797,30	14 417,20
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	**889 903,73**	**875 106,43**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2017 e 2016, foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns.

Em 2017, foi reconhecido um reforço da imparidade na empresa Soflusa SA no montante de 14.797,30€.

15 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	461.981,70	-	461.981,70	384.865,22	-	384.865,22
Clientes de cobrança duvidosa	186.056,30	-	186.056,30	183.082,09	-	183.082,09
	648.038,00	-	648.038,00	567.947,31	-	567.947,31
Imparidade de Clientes	(261.788,14)	-	(261.788,14)	(261.904,05)	-	(261.904,05)
Total Clientes	**386.249,86**	**-**	**386.249,86**	**306.043,26**	**-**	**306.043,26**

i) Clientes - terceiros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.), assim como, valores a receber de concessionários de espaços comerciais e publicitários arrendados nos Terminais Fluviais.

Imparidade de clientes

	2017	2016
A 1 de Janeiro	261.904,05	242.344,67
Aumentos	(115,91)	19.559,38
A 31 de Dezembro	**261.788,14**	**261.904,05**

A dívida ajustada em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 respeita ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização à Soflusa se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.082,09€), pela cedência do direito de utilizar as infraestruturas da Transtejo para atracação permanentemente de embarcações por parte da Turisbuilding, SA (30.302,16€) e pelo protocolo celebrado entre a Transtejo e a João Lagos Sport, SA, no âmbito do evento Regata Volvo Race 2011-2012 (24.197,60€).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade, é como segue para os exercícios apresentados:

	2017	2016
0 a 180 dias	335 207,78	236 819,47
+180 dias	51 042,08	69 223,79
	386 249,86	**306 043,26**

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto a recuperar	51.437,52	43.861,44
Imposto a pagar	(33.974,52)	(9.679,77)
Total	**17.463,00**	**34.181,67**
Estimativa de imposto a pagar	(33.974,52)	(9.679,77)
Retenções na fonte de terceiros	51.437,52	43.861,44
	17.463,00	**34.181,67**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2017	2016
Imposto corrente	(33.974,52)	(9.679,77)
	(33.974,52)	**(9.679,77)**

As Empresas são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2013), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração das Empresas entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2017	2016	Ano limite de utilização
Gerados no exercício de 2017	10.020.870,21	-	2022
Gerados no exercício de 2016	9.916.048,72	9.916.048,72	2028
Gerados no exercício de 2015	7.088.014,40	7.088.014,40	2027
Gerados no exercício de 2014	2.800.504,20	2.800.504,20	2026
Gerados no exercício de 2013	15.929.315,03	15.929.315,03	2018
	45.754.752,56	**35.733.882,35**	

As Empresas não reconhecem ativos impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.
As empresas encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de Dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; (ii) o art.º 52 do Código do IRC e a partir de 2015 inclusive, a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.
Em 31 de dezembro de 2017 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 45.754.752,56€ (2016: 35.733.882,35€). As Empresas não reconhecem os impostos diferidos ativos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

17 Outros créditos a receber e estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica de "Outros créditos a receber", é como segue:

		2017	2016
Outros devedores	i)	627.541,63	597.992,90
Pessoal	ii)	96.359,63	34.192,97
Outros		-	-
		723.901,26	632.185,87
Perdas de imparidade		(90.249,93)	(90.249,93)
Outros Devedores		**633.651,33**	**541.935,94**
Indemnizações a receber de seguradoras		110.825,56	41.412,69
Direcção-Geral do Tesouro		-	-
Operações repartição		10.957,75	1.521,11
Outros		949.317,34	725.099,01
Acréscimos de rendimentos		**1.071.100,65**	**768.032,81**
Outros		37.780,19	83.912,38
Gastos diferidos		**37.780,19**	**83.912,38**
	Total	**1.742.532,17**	**1.393.881,13**

i) Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2017			2016		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Actual	a)	-	-	-	-	-	-
Caistejo	b)	61.904,48	(61.904,48)	-	61.904,48	(61.904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro	c)	20.825,00	(20.825,00)	-	20.825,00	(20.825,00)	-
Gisparques	d)	-	-	-	94.068,13	-	94.068,13
Cristina de Jesus Vaz da Costa	e)	1.523,04	(1.523,04)	-	1.523,04	(1.523,04)	-
Outros	f)	543.289,11	(5.997,41)	537.291,70	419.672,25	(5.997,41)	413.674,84
Total		**627.541,63**	**(90.249,93)**	**537.291,70**	**597.992,90**	**(90.249,93)**	**507.742,97**

a) O saldo a receber referia-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo tinha registado uma perda de imparidade referente à expetativa de realização. Em outubro de 2018 foi proferida a sentença, evento subsequente que determinou a utilização dessa perda por imparidade em 2015, no âmbito da reapresentação das contas desse exercício em maio de 2019;

b) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, sendo que o Grupo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA.

d) O valor em 31 de dezembro de 2016 refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais da Empresa, concessionados à Gisparques.

e) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços.

f) Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da OTLIS - Operadores Transportes Região Lisboa, ACE (37.815,59€), MOP - Multimédia Outdoors Portugal - Publicidade, SA (11.687,66€), Navalria (4.977,16€) e protocolo assinado em 2014 com a Navalria (343.415,00€).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

	2017	2016
0 a 180 dias	175.028,20	111.114,49
+180 dias	362.263,50	396.628,48
	537.291,70	**507.742,97**

ii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a aguardar posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

Acréscimos de rendimentos

Nesta rubrica encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de acidentes e sinistros ocorridos com a frota dos navios do Grupo (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império - Lusitânia);

ii) Protocolo com a Carristur referente ao período de Setembro a Dezembro de 2017 e, protocolos com diversas entidades nomeadamente: GNR, MOP e PSP; especialização dos gastos suportados pela Transtejo e que são da responsabilidade da Soflusa; especialização da quota-parte atribuível à Soflusa pela venda de passes intermodais por outros operadores públicos de transporte, e ainda especialização das compensações pela venda dos passes "4_18", Sub_23" e "Social +"; especialização das concessões dos parques de estacionamento, publicidade, licenças de ocupação de espaços e receitas dos terminais.

Gastos diferidos

A rubrica "outros" inclui montantes pendentes de regularização com a companhia de seguros.

Estados e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2017	2016
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC		
Pagamento Especial por Conta	130.427,33	124.202,13
Pagamentos por conta	-	43.212,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	971.290,63	1.522.057,62
Outros	-	3.731,08
	1.101.717,96	**1.693.202,83**
Saldos credores:		
Retenção na fonte de rendimentos - IRS	117.202,25	123.730,47
Contribuições para a Segurança Social	231.735,03	227.831,53
Outros	3.490,30	3.190,30
	352.427,58	**354.752,30**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de IVA a receber de 971.290,63€ corresponde ao crédito de imposto cujos reembolsos foram solicitados em fevereiro e março de 2018 e recebidos em agosto 2018.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de IVA a receber no montante de 1.522.057,62€, compreende o pedido de reembolso dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro das empresas do Grupo, cujo recebimento ocorreu entre janeiro e abril de 2017.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

18 Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo tem registado na rubrica de "Diferimentos Ativos" os seguintes saldos:

	2017	2016
Turismo - Artigos para venda	-	28.207,56
Outros	30.991,29	17.804,29
Diferimentos de Ativos	**30.991,29**	**46.011,85**

Em "outros" encontram-se essencialmente:

a) contratos de concessão dos parques de estacionamento
b) Receita de 2017 referente ao reembolso de despesas da Carristur

19 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Caixa	128.795,80	153.114,58
Depósitos bancários	7.407.112,69	3.853.817,34
Caixa e seus equivalentes	**7.535.908,49**	**4.006.931,92**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa consolidada para o exercício findo em dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	2017	2016
Numerário		
- Caixa	128.795,80	153.114,58
	128.795,80	**153.114,58**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7.407.112,69	3.853.817,34
	7.407.112,69	**3.853.817,34**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**7.535.908,49**	**4.006.931,92**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**7.535.908,49**	**4.006.931,92**
Outros depósitos	-	-
Total	**7.535.908,49**	**4.006.931,92**

Os valores apresentados em Caixa e seus equivalentes no final do período refletem o esforço de liquidação de compromissos efetuados no final de 2017, como medida necessária a salvaguardar a gestão de dotações orçamentais para o exercício de 2018.

Em 2017 o saldo de caixa e equivalentes de caixa está concordante com o saldo do balanço.

20 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 23.394.193 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
2017	41.605.017	208.025.085,00
Capital Social	41.605.017	208.025.085,00

	Número de acções	Capital Social
2016	23.394.193	116.970.965,00
Capital Social	23.394.193	116.970.965,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

No decurso de 2017 o acionista efetuou aumentos de capital no montante de 91.054.120,00€, realizado em numerário o valor de 65.811.958,77€ (plano de investimentos e serviço da dívida da banca comercial) e por conversão de créditos o valor de 25.242.161,23€ (créditos referentes ao serviço da dívida contratada desde 2013 junto do Estado Português/DGTF).

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

Nome	%	2017	2016
Estado Português - Direcção Geral do Tesouro e Finanças	100,00%	208.025.085,00	116.970.965,00
		208.025.085,00	116.970.965,00

21 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Variações Capital Próprio	Total
1 de janeiro de 2016	**(1.457.285,21)**	**(227.586.626,24)**	**-**	**(229.043.911,45)**
Adições	1.302.064,33	(11.914.559,94)	-	(10.612.495,61)
31 de dezembro de 2016	**(155.220,88)**	**(239.501.186,18)**	**-**	**(239.656.407,06)**
Adições	155.220,88	(12.725.600,90)	189.751,13	(12.380.628,89)
Regularização por resultados	-	(121.428,57)	-	(121.428,57)
31 de dezembro de 2017	**0,00**	**(252.348.215,65)**	**189.751,13**	**(252.158.464,52)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 25 - Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

As contas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 24 de maio de 2018. Foram de igual modo, aprovadas as sucessivas propostas de aplicação de resultados de cada exercício.

O presente documento integra o novo processo de Prestação de Contas do exercício de 2017, reformulado na sequência dos desenvolvimentos, relativamente à aprovação de contas, que se encontrava pendente, referente aos exercícios referidos.

Considerando o tempo decorrido, foi necessário efetuar análise de factos subsequentes nos anos posteriores a 2015, encontrando-se em reapreciação os documentos de prestação de contas dos exercícios de 2015 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os capitais próprios da Empresa encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

22 Ajustamentos/outras variações de capital próprio

Em 2017, aplicou-se pela primeira vez o método de equivalência patrimonial à participação na Otlis, ACE. A participação detida é de 14,29% (nota 11).

Os movimentos do exercício decorrentes da aplicação do método decompõem-se da seguinte forma:

	Ajustamentos transição	lucros não atribuídos	Total
A 1 de Janeiro de 2017	-	-	-
Distribuição resultado 2016	68.322,56	-	68.322,56
Reultados n/ atribuídos anos anteriores	-	121.428,57	121.428,57
A 31 de Dezembro de 2017	**68.322,56**	**121.428,57**	**189.751,13**

23 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	427.732,56	369.702,00
Aumentos	626.325,62	71.532,72
Utilização	-	(7.000,00)
Reduções	(4.500,00)	(6.502,16)
Saldo final	1.049.558,18	427.732,56

Foi reconhecido na demonstração do rendimento integral um gasto líquido de 621.825,62€ (65.030,56€ em 31 de dezembro de 2016) de dotações e reversões de provisões.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2017 e 2016 como segue:

Descrição		2017	2016
Processos judiciais em curso:			
Actual - Activ. Hotel., Lda. (Nota 17)		135.000,00	135.000,00
Processos - Passageiros		-	-
Processos - Outros	a)	873.058,18	251.232,56
		1.008.058,18	386.232,56

a) Esta rubrica inclui, essencialmente:

(i) Uma provisão no montante de 155.232,56€, para fazer face as ações intentadas pela Soc-Gestão de Navios e tripulações, Lda (68.384,74€), Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da marinha Mercante (30.000,01€) e Sustentâncora - Construção e reparação Naval, Lda (56.847,81€).

(ii) Uma provisão no montante de 616.325,62€ correspondente a processos pendentes com funcionários.

(iii) Uma provisão no montante de 50.000,00€ correspondente a processos pendentes com passageiros.

24 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	23.762.267,00	57.388.155,99	81.150.422,99	23.050.979,67	78.650.423,00	**101.701.402,67**
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	**55.000.000,00**	-	**55.000.000,00**
	23.762.267,00	**57.388.155,99**	**81.150.422,99**	**78.050.979,67**	**78.650.423,00**	**156.701.402,67**
Juros a pagar - acréscimo de custo	124.793,24	-	124.793,24	195.200,34	-	**195.200,34**
	124.793,24	-	**124.793,24**	**195.200,34**	-	**195.200,34**
	23.887.060,24	**57.388.155,99**	**81.275.216,23**	**78.246.180,01**	**78.650.423,00**	**156.896.603,01**

A Transtejo contraiu um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000,00 €, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos e vencimento previsto em 1 de fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português. Na data prevista, 2 de fevereiro de 2017, a Transtejo procedeu à liquidação deste financiamento.

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€ e, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 6 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em Capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€ (nota 21)), contemplado juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em resultado das operações supra descritas, no final de 2016, o montante em dívida ao Estado ascendia a 101.701.402,67€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os créditos concedidos e os montantes utilizados por cada linha de financiamento são os seguintes:

				2017		
	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	Limite	Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	-	-	01.02.2017
	DGTF			81.150.422,99	81.150.422,99	30.11.2024
				81.150.422,99	81.150.422,99	

	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	2016 Limite	2016 Montante utilizado	2016 Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
	DGTF			101.701.402,67	101.701.402,67	30.11.2023
				156.701.402,67	156.701.402,67	

25 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017		2016	
	Devedor	**Credor**	**Devedor**	**Credor**
Swap taxa de juro – não corrente	-	-	-	155.220,88
	-	-	-	155.220,88

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de fevereiro de 2007. As obrigações foram tomadas firme pelo Depfa ACS e encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República - 2ª Série - Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português.

Informação detalhada das características e valor do "*swap*" e do "*collar*" contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 2017	Justo valor em 2016
27,500,000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	-	(155.220,88)
		Saldo credor	-	(155.220,88)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor deste instrumento foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado

monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2016.

Em fevereiro de 2017, o "swap" foi totalmente ajustado em consequência da liquidação integral do referido empréstimo obrigacionista.

26 Diferimentos - Passivo não corrente

O detalhe de diferimentos não correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Subsídios ao investimento	18.651.097,76	20.866.463,72
Diferimentos - Passivo não corrente	18.651.097,76	20.866.463,72

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram atribuídos pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no exercício de 2017 ascende a 2.215.366,16€ e encontra-se registado na rubrica "Amortizações" (Nota 37).

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2017 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	23.409.679,78	25.625.046,14
Adições do exercício	-	-
Rendimentos reconhecidos no exercício (Nota 37)	(2.215.366,16)	(2.215.366,36)
Saldo final de subsídios a reconhecer	21.194.313,62	23.409.679,78

27 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição entidade	2017	2016
OTLIS	37.396,38	121.133,83
Fórum Selecção	7.816,82	-
CP - Comboios de Portugal SA	7.715,70	-
HR - Aluguer Automóveis	5.349,11	-
Petrogal	-	231.745,47
Metropolitano de Lisboa	-	264.719,14
Companhia Carris Ferro Lisboa	-	265.707,10
Soc. Consultores Marítimos, Lda	-	123.428,34
Estaleiros Navais de Peniche, S.A.	-	53.665,18
Powerserv, Lda	-	48.576,53
Rinave	-	35.085,92
Sustentâncora	-	47.547,13
Lusitânia	-	51.790,53
Gisparques	-	33.299,45
Operandus, Lda	-	13.643,19
Viapre, Lda	-	12.054,00
Outras entidades	11.183,48	141.364,87
Total fornecedores	69.461,49	1.443.760,68

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de repartição de receita de passes combinados, sobressalentes para navios, serviços de aluguer de viaturas, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores - conta corrente	2017	2016
0 a 180 dias	69.461,49	1.443.760,68
+180 dias	-	-
	69.461,49	1.443.760,68

28 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica "Outras dívidas a pagar" é como segue:

		2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores							
Credores diversos		2.768.708,00	-	2.768.708,00	2.852.295,33	-	2.852.295,33
		2.768.708,00	**-**	**2.768.708,00**	**2.852.295,33**	**-**	**2.852.295,33**
Acréscimos de gastos							
Juros a pagar	i)	-	-	-	552.851,85		552.851,85
Remunerações a liquidar	ii)	1.632.275,72	-	1.632.275,72	1.322.609,06		1.322.609,06
Outros	iii)	602.981,00	-	602.981,00	732.514,49		732.514,49
		2.235.256,72	**-**	**2.235.256,72**	**2.607.975,40**	**-**	**2.607.975,40**
Outras dívidas a pagar		**5.003.964,72**	**-**	**5.003.964,72**	**5.460.270,73**	**-**	**5.460.270,73**

Outros credores - dos saldos acima classificados como Outros Credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do protocolo celebrado em 2014 entre registado como gasto do ano 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, EPE e Transtejo, referente ao terminal do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do investimento (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo no valor de (10.925.000,00€). Até à data não existem desenvolvimentos quanto à forma de regularização desta dívida.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

i) Juros a pagar - especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo (bancos comerciais);

ii)Remunerações a liquidar - especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros;

iii) Outros - essencialmente especialização operadores de repartição.

29 Diferimentos Passivos

O detalhe de "Diferimentos Passivos" à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

		2017	2016
Subsídios ao investimento		2.215.366,16	2.215.366,36
Antecipação de receita	i)	321.705,04	403.665,59
Outros	ii)	375.529,66	375.319,15
Diferimentos passivos		2.912.600,86	2.994.351,10

i) Antecipação de receita - valores de venda de passes e bilhetes recebidos em 2017 cuja faturação será emitida em 2018;

ii) Outros - O montante de 343.415€ diz respeito ao valor a receber na sequência de um protocolo celebrado com a Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., referente à regularização de um montante reconhecido por aquele estaleiro no âmbito de compensações por deficiências do projeto de construção de 2 navios ferryboat (ver Nota 17 - Outros devedores (Navalria)).

30 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2017	2016
Tráfefo de passageiros:			
Bilhetes	i)	4.188.738,89	3.854.909,24
Intermodais	ii)	3.808.000,52	3.498.174,63
Passes próprios	iii)	1.230.998,76	1.108.590,36
Combinados	iv)	4.909.251,99	4.717.949,68
Zapping	v)	2.302.163,45	2.033.193,25
Tráfego de veículos	vi)	62.646,08	46.886,21
Aluguer de embarcações	vii)	66.350,00	4.950,00
Bilhete 24h	viii)	90.263,42	17.796,44
Serviço de turismo		-	-
Outros		1.127,58	1.140,08
Total prestações de serviços		16.659.540,69	15.283.589,89

O montante das prestações de serviços em 2017 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática);

ii) **Intermodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público;

iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo / Soflusa;

iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte;

v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens;

vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão;

vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros;

viii) **Bilhete 24h**: rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

31 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

Descrição	2017	2016
Indemnizações compensatórias	1.333.018,88	1.539.400,95
Passes 4_18@escola.tp, Passes Sub23@superior.tp, Passes "Social +"	229.025,74	123.725,34
Passe social +	233.793,03	143.792,59
	1.795.837,65	1.806.918,88

O valor registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas registadas nesta rubrica pelo valor líquido de IVA, correspondem, ao montante atribuído à Transtejo pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (em 2017 e 2016: Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência, foi fixado por distribuição de plafond, não tendo por base o critério de compensação financeira unitária por passageiro transportado, aplicado nos anos de 2012 a 2014 conforme se encontrava definido no Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Empresa em 21 de Setembro de 2012. Atualmente encontra-se em fase de preparação um novo projeto de contratualização do serviço público de transporte, de suporte à atribuição de compensações financeiras à Transtejo.

A distribuição das compensações financeiras entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias foi publicada na RCM nº133/2017 e RCM nº37-B/2016.

Em 2017 a empresa encontrava-se em fase de negociação do contrato de serviço público com o seu acionista.

32 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2017	2016
Combustíveis	5.457.011,13	5.005.504,30
Consumo de lubrificantes	105.163,89	119.323,51
Materiais de consumo	41.675,11	39.019,09
Economato	136.077,58	131.978,05
Consumo de sobressalentes	378.908,66	197.887,81
Consumo material reparações	52.974,68	43.015,62
Custo das matérias consumidas	6.171.811,05	5.536.728,38

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pelo Grupo entre as margens norte e sul do rio Tejo.

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2017 e 2016 foi determinado como segue:

	2017	2016
	Materiais de consumo	Materiais de consumo
Existências iniciais (Nota 14)	872.684,04	773.129,03
Compras de materiais diversos	7.154.759,24	6.511.389,82
Regularização de existências	(889.903,73)	(875.106,43)
Existências finais (Nota 14)	(965.728,50)	(872.684,04)
	6.171.811,05	5.536.728,38

33 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

Descrição		2017	2016
Conservação e reparação	i)	3.704.736,68	3.823.807,52
Seguros	ii)	659.148,73	593.509,04
Trabalhos Especializados	iii)	1.154.657,51	932.640,75
Vigilância e Segurança	iv)	950.517,38	964.867,40
Limpeza, higiene e conforto	v)	343.632,61	335.302,36
Rendas e alugueres	vi)	302.826,48	398.012,05
Electricidade	vii)	315.249,75	193.488,80
Comunicação		21.985,85	14.133,54
Honorários		14.213,75	13.769,50
Bilhetes e outros impressos		84.249,31	71.829,87
Publicidade e propaganda		5.852,54	8.713,42
Combustíveis		14.890,79	16.352,33
Subcontratos		3.320,75	-
Afretamento de Navios		-	-
Outros		286.865,16	334.064,38
		7.862.147,29	7.700.490,96

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiro. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura

de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 30 embarcações que compõem a frota do Grupo (ramo marítimo-cascos);

iii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

iv) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

v) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13), com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

vii) **Eletricidade:** estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

34 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, desdobram-se do seguinte modo:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal:		
Órgãos sociais	263.765,29	236.460,75
Pessoal	8.571.694,44	7.916.511,90
Encargos sociais	2.181.666,84	1.979.136,27
Outros	1.352.235,86	1.308.218,22
	12.369.362,43	11.440.327,14

O número médio de empregados do Grupo em 2017 foi de 440 (443 em 2016).

Em 2017, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal deve-se essencialmente a: reversão das reduções remuneratórias e da reposição parcial de componentes da massa salarial, e, reposição de 50% dos direitos adquiridos, conforme determinado na Lei do OE2017; assim como, a promoção de técnicos administrativos de acordo com o disposto no AE das empresas do Grupo Transtejo.

35 Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos" em 2017 e 2016 é o seguinte:

Descrição	2017	2016
Rendas e alugueres	596.215,81	582.991,57
Cartões para passes e outros	461.846,16	392.656,27
Cedência de energia e água	69.640,49	65.032,52
Alienações	-	-
Outros	830.366,62	459.650,06
	1.958.069,08	1.500.330,42

A rubrica "Outros rendimentos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

A rubrica "Cartões para passes e outros" respeita às receitas de cartões "Lisboa Viva" e "Viva Viagens".

36 Outros gastos

O detalhe da rubrica de "Outros gastos" em 2017 e 2016 é o seguinte:

Descrição	2017	2016
Impostos	83.561,62	75.881,29
Perdas em investimentos não financeiros - sinistros	215.472,20	4.858,00
Quotizações	19.543,63	20.820,67
Outros gastos operacionais	87.454,42	238.295,28
	406.031,87	339.855,24

A rubrica "Outros gastos" é composta, essencialmente, por taxas diversas (serviços municipalizados), sinistros de navios e outros gastos (donativos, quotizações e outros não especificados).

37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2017 e 2016 é o seguinte:

Descrição	Notas	2017	2016
Ativos fixos tangíveis	9	4.528.040,21	4.543.872,83
Ativos intangíveis	10	28.413,54	10.186,10
Subsídios reconhecidos no exercício	25	(2.215.366,16)	(2.215.366,36)
		2.341.087,59	2.338.692,57

38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

Descrição		2017	2016
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	(2.265.577,82)	(3.753.712,64)
Outros gastos e perdas financeiras		(56.222,22)	(167.594,89)
		(2.321.800,04)	(3.921.307,53)
Resultados financeiros		(2.321.800,04)	(3.845.661,48)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros obtidos		-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros		-	75.646,05
		-	75.646,05

Juros suportados – inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista.

39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2017 e 2016, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 11.659.069,46€ e 12.725.600,90€, respetivamente.

40 Passivos contingentes

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo solicitou a emissão de garantias, como segue:

Descrição	Validade	Banco	2017	2016
APL-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA	Ilimitada	BPI	688,34	688,34
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	7.639,56	7.639,56
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.173,00	2.173,00
SLE-ELECTRICIDADE DO SUL,S.A.	Ilimitada	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	1 ano renovável	BES	35.424,00	35.424,00
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	3.500,00	3.500,00
			62.012,75	62.012,75

Adicionalmente, as garantias prestadas pela Empresa ou pelo acionista ao abrigo dos empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 24.

41 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 263.765,29€ (236.460,75€ em 2016).

Descrição	2017	2016
Conselho de Administração	231.908,66	215.809,44
Assembleia Geral	-	-
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	31.856,63	20.651,31
	263.765,29	236.460,75

41.2. Transações entre partes relacionadas

Entidades relacionadas por via do Acionista:

	2017				2016			
	Saldos		Transacções		Saldos		Transacções	
	Clientes (Nota 15)	Fornecedores (Nota 26)	Serviços obtidos	Serviços prestados	Clientes (Nota 15)	Fornecedores (Nota 26)	Serviços obtidos	Serviços prestados
APL -- Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-	-	124.469,04	-	-	-	162.713,32	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	2.483,30	-	1.699.946,52	528,38	-	265.707,10	982.426,50	5.472,12
CP - Comboios de Portugal EPE								
Metropolitano de Lisboa, EPE	21.215,61	-	526.328,22	8.459,59	1.545,01	264.719,14	379.525,30	-
OTLIS ACE	-							
	23.698,91	-	2.350.743,78	8.987,97	1.545,01	530.426,24	1.524.665,12	5.472,12

Entidades relacionadas por via de Empreendimentos conjuntos:

	2017				2016			
	Saldos		Transacções		Saldos		Transacções	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito
Otlis ACE	37.815,59	55.046,89	119.597,30	274.282,94	23.394,93	89.057,32	80.496,69	419.560,69
	37.815,59	**55.046,89**	**119.597,30**	**274.282,94**	**23.394,93**	**89.057,32**	**80.496,69**	**419.560,69**

42 Eventos subsequentes

Na sequência da aprovação das contas dos exercícios de 2010 a 2014 em maio de 2018, tal como referido na nota 22, foi feita uma análise aos eventos ocorridos após 2015 até à presente data, que resultou numa diminuição das Provisões no Balanço à data de 31 de dezembro de 2017, em consequência do desfecho favorável à Empresa nos anos posteriores a 2015, de vários processos judiciais, que se encontravam em curso àquela data, tendo esse desfecho sido refletido no próprio exercício de 2015, no âmbito da nova versão das contas de 2015, integrada no processo de prestação de contas de 2015, 2016 e 2017, que se concluiu na presente data.

Mantém-se como principal evento subsequente a continuidade do processo, empreendido em 2017, de recompor a estrutura organizacional e recuperar processos, recursos, competências técnicas e fatores críticos para o negócio da empresa (com principal destaque, para a recuperação do atraso nas intervenções de manutenção da frota de navios).

Neste contexto, persiste o foco na criteriosa gestão orçamental determinada pelas condicionantes decorrentes da aplicação da disciplina do Orçamento do Estado, situação a que a Transtejo continua sujeita, enquanto persistir o seu enquadramento no perímetro de Consolidação do Estado como EPR - Entidade Pública Reclassificada.

Face à atual condição de vetustez da frota de navios e elevados custos de manutenção associados, revela-se necessário promover, a curto prazo, a renovação da frota da Transtejo, sendo este investimento uma medida imprescindível para permitir assegurar a continuidade de serviço público, em condições compatíveis com a missão da empresa.

Neste sentido, foi conferida à Transtejo autorização para proceder à assunção de encargos plurianuais, através Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2019, publicada no Diário da República, 1ª série, de 18.01.2019, habilitando o lançamento de um procedimento de aquisição de até 10 novos navios, bem como a respetiva manutenção, no período de 2020 a 2035. A Despesa autorizada à concretização deste "Plano de Renovação da Frota" ascende a 57.000.000 € referentes à componente aquisição e 32.946.000 € referentes à componente manutenção (valores aos quais acresce IVA à taxa em vigor).

Nos termos da referida RCM, é expectável que o investimento a realizar seja financiado pelo Fundo Ambiental, por fundos europeus no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) e por receitas próprias da Transtejo.

Em 15 de fevereiro de 2019 foi lançado o Procedimento de Negociação com Publicidade Internacional (anúncio DR nº 1480/2019), através da plataforma de contratação pública vortal, para "Fornecimento com Manutenção Global Integrada de 10 Navios para a Transtejo, SA" - Proc. nº 035/2019-DLP/TT, encontrando-se a decorrer, na presente data, a fase de apreciação de candidaturas.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Drª Sara Maria Murta Ribeiro

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ema Maria de Almeida Ferreira